

“GRANFPOLIS”

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES E
PRESTAÇÃO DE CONTAS**

EXERCÍCIO 2007

MUNICÍPIOS - PREFEITOS

ÁGUAS MORNAS	Elmar Antônio Thiesen
ANGELINA	Sérgio Murilo Costa
ALFREDO WAGNER	Wanderley da Silva
ANITÁPOLIS	Saulo Weiss
ANTÔNIO CARLOS	Ivens Antônio Scherer
BIGUAÇU	Vilmar Astrogildo Tuta de Souza
CANELINHA	Eloir João Reis
FLORIANÓPOLIS	Dário Elias Berger
GAROPABA	Luiz Carlos da Silva
GOVERNADOR CELSO RAMOS	Anísio Anatólio Soares
LEOBERTO LEAL	Ivo Scheidt Filho
MAJOR GERCINO	Zelásio Ângelo Dell'Agnolo
NOVA TRENTO	Sandra Regina Eccel
PALHOÇA	Ronério Heiderscheidt
PAULO LOPES	Volnei Adolfo Zanela
RANCHO QUEIMADO	Valcir Huguen
SANTO AMARO DA IMPERTRIZ	José Rodolfo Turnes
SÃO BONIFÁCIO	Paulo Exterkoetter
SÃO JOÃO BATISTA	Aderbal Manoel dos Santos
SÃO JOSÉ	Fernando Melquíades Elias
SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA	Ernei José Stähelin
TIJUCAS	Elmis Mannrich

MUNICÍPIOS - PRESIDENTES DE CÂMARA MUNICIPAL

ÁGUAS MORNAS	Jonas Vambomell
ANGELINA	Neri João Ventura
ALFREDO WAGNER	Clóvis Oge Kretzer
ANITÁPOLIS	Alberto Bennert Neto
ANTÔNIO CARLOS	Onélio Richarts
BIGUAÇU	Manoel Airton Pereira
CANELINHA	Francisco H. Cardoso Filho
FLORIANÓPOLIS	Ptolomeu Bittencourt Júnior
GAROPABA	Paulo Sérgio de Araújo
GOVERNADOR CELSO RAMOS	Antônio Marcos Testoni
LEOBERTO LEAL	Zeli Wermohlen Scheidt
MAJOR GERCINO	Modestino José Otto
NOVA TRENTO	Leonir José Maestri
PALHOÇA	Nirido Artur Luz
PAULO LOPES	José Antônio Rogério
RANCHO QUEIMADO	Neri Erhardt
SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	José César da Silva
SÃO BONIFÁCIO	Vilmar Airton Stock
SÃO JOÃO BATISTA	Elias Germano Mafeçoli
SÃO JOSÉ	Édio Osvaldo Vieira
SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA	Joselito Kretzer
TIJUCAS	Sérgio Murilo Cordeiro

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

SUMÁRIO

1 - OFÍCIO À ASSEMBLÉIA GERAL	9
2 - PARECER DO CONSELHO FISCAL	11
3 - MENSAGEM	13
4 - ORGANIZAÇÃO	16
5 - ATIVIDADES DA SECRETARIA EXECUTIVA	19
5.1 - ASSEMBLÉIAS GERAIS.....	19
5.2 - ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIAS.....	19
5.3 - ASSEMBLÉIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIAS.....	22
5.4 - PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS.....	25
5.5 - MOVIMENTO ECONÔMICO.....	39
6 - ATIVIDADES DAS ASSESSORIAS TÉCNICAS	47
6.1 - ASSESSORIA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, CONTÁBEIS, FINANCEIROS E DE INFORMÁTICA.....	47
6.2 - ASSESSORIA PARA ASSUNTOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	57
6.3 - ASSESSORIA PARA ASSUNTOS DE EDUCAÇÃO.....	64
6.4 - ASSESSORIA PARA ASSUNTOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA.....	72
6.5 - ASSESSORIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS.....	88
6.6 - ASSESSORIA PARA ASSUNTOS PREVIDENCIÁRIOS.....	94
6.7 - ASSESSORIA PARA ASSUNTOS DE SAÚDE.....	96
PRESTAÇÃO DE CONTAS	99

DA : DIRETORIA EXECUTIVA
A : ASSEMBLÉIA GERAL
ASSUNTO : RELATÓRIO DE ATIVIDADES E PRESTAÇÃO DE CONTAS
PERÍODO : DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2007

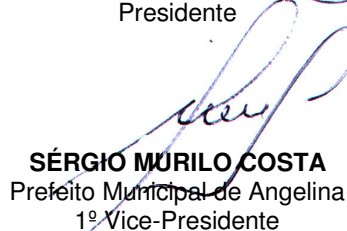
A Diretoria Executiva da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis, eleita e empossada na Assembléia Geral Ordinária realizada dia 09 de março de 2007, no Município de Governador Celso Ramos, em observância ao que estabelece o Artigo 28, XI, dos Estatutos Sociais, submete à aprovação da Assembléia Geral da **GRANFPOLIS** o Relatório Geral de Atividades e a Prestação de Contas referentes ao exercício de 2007.

Atendendo preceito estatutário, o Relatório e a Prestação de Contas mereceram o parecer prévio do Conselho Fiscal, conforme documento anexo.

Florianópolis, 07 de janeiro de 2008.



FERNANDO MELOQUIADES ELIAS
Prefeito Municipal de São José
Presidente



SÉRGIO MURILO COSTA
Prefeito Municipal de Angelina
1º Vice-Presidente



ELMAR ANTÔNIO THIESEN
Prefeito Municipal de Águas Mornas
2º Vice-Presidente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

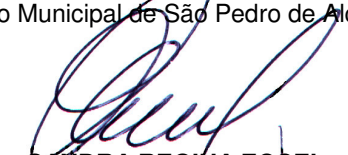
Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis, em cumprimento às disposições estatutárias do Artigo 23, II, combinado com o Artigo 28, XI, declaram que, tendo procedido, nesta data, ao exame do Relatório Geral de Atividades e Prestação de Contas, referentes ao exercício de 2007 e achando tudo em perfeita ordem e exatidão, recomendam que os mesmos sejam aprovados pela Assembléia Geral da **GRANFPOLIS**.

Florianópolis, 07 de janeiro de 2008.



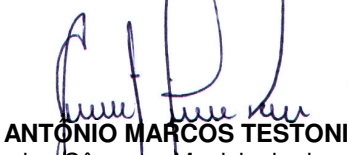
ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara



SANDRA REGINA ECCEL

Prefeita Municipal de Nova Trento



ANTÔNIO MARCOS TESTONI

Presidente da Câmara Municipal de Governador Celso Ramos

3 - MENSAGEM

A Diretoria Executiva, cumprindo às disposições estatutárias, tem a satisfação de apresentar, ainda que resumidamente, as principais atividades desenvolvidas em 2007, bem como a Prestação de Contas dos recursos recebidos e as despesas executadas no exercício.

A entidade, a exemplo dos anos anteriores, envidou todo esforço na busca de transmitir aos Prefeitos, Presidentes de Câmaras Municipais e a seus Assessores informações úteis para o seu trabalho diário e, também, deu seqüência, com muita ênfase, ao trabalho de elaboração dos Planos Diretores Participativos em 13 (treze) Municípios, sendo que os outros 09 (nove) tiveram o acompanhamento nas tratativas junto ao DNIT e CODESC para o andamento célere dos trabalhos, o que efetivamente veio a ocorrer no final do exercício.

Importante ressaltar a entrega ainda em 2007 dos Planos Diretores da Águas Mornas e Rancho Queimado, para o devido encaminhamento às respectivas Câmaras Municipais.

A Diretoria Executiva, contando com o acompanhamento do Secretário Executivo, esteve sempre presente em todos os movimentos municipalistas, participando, efetivamente, de todos os eventos realizados pela Confederação Nacional dos Municípios – CNM e pela Federação Catarinense de Municípios – FECAM, defendendo os interesses dos Municípios da Microrregião. Foram inúmeras as viagens a Brasília, ressaltando-se a IX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, quando a delegação da GRANFPOLIS, composta por 64 integrantes, destacou-se, mais uma vez, como a maior dentre as 20 Associações de Municípios do Estado Catarinense.

Com satisfação, registramos a aprovação e promulgação pelo Congresso Nacional da Emenda Constitucional nº 55 que aumentou em 1% (um por cento) o Fundo de Participação dos Municípios, luta antiga do Movimento Municipalista Brasileiro, sendo que em dezembro de 2007, foi paga, ainda que parcialmente, a primeira parcela, que veio ajudar sobremaneira as Prefeituras no pagamento do 13º vencimento dos servidores municipais.

Esta conquista, ensina que não devemos desistir e, sim, lutar cada vez mais irmanados, sob a firme liderança da Confederação Nacional de Municípios – CNM e da Federação Catarinense de Municípios – FECAM, para, em 2008, obter novas e importantes conquistas em prol dos Municípios Brasileiros.

Não poderíamos deixar de registrar e agradecer a imensa e permanente dedicação e o empenho de cada um dos Prefeitos, Vice-Prefeitos, Presidentes de Câmaras Municipais, Vereadores, Secretários e Técnicos dos Municípios associados em apoiar, de modo incondicional, todas as

iniciativas das entidades representativas dos Municípios. (CNM, FECAM e GRANFPOLIS), demonstrando assim, de forma inequívoca, a força, a coesão e a pujança do Movimento Municipalista.

No transcorrer do exercício findo, foram realizadas as já tradicionais reuniões com Contadores e Controladores Internos das Prefeituras, Câmaras, Fundações, Autarquias e Fundos, sob a competente coordenação dos Assessores Técnicos, Contadores, Gilberto Brasil e Luiz Antônio Gerardi, tratado da uniformização de procedimentos e permanente atualização da legislação, em cooperação direta com os Colegiados Estaduais de Contadores e Controladores Internos, ambos coordenados pela Federação Catarinense de Municípios.

O Movimento Econômico Ano-Base 2006, a exemplo dos anos anteriores, merece atenção especial, culminando com a publicação em 21 de dezembro, dos índices definitivos de retorno do ICMS para 2008, observando que a região cresceu 3,6 % em relação a 2007, permanecendo em 3º lugar em relação às 20 (vinte) Associações de Municípios do Estado de Santa Catarina, registrando-se o esforço dedicado dos técnicos da Associação que em parceria com os técnicos municipais responsáveis pelo Movimento Econômico, obtiveram este expressivo resultado em prol da Região.

No que diz respeito às contas municipais de 2006, obteve-se a aprovação das contas de 21 Municípios, sendo uma das Associações que atingiu os maiores índices de aprovação das contas municipais de 2006, ficando demonstrado o importante trabalho de orientação e acompanhamento desenvolvido pelos técnicos da Associação, em conjunto com os técnicos municipais.

Em relação à Prefeitura Municipal que teve indicação do Tribunal de Contas do Estado pela rejeição das contas de 2006, os técnicos da GRANFPOLIS, estarão diuturnamente, à inteira disposição para auxiliá-la na obtenção da reversão do posicionamento do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, através do pedido de reexame das contas.

Não poderíamos deixar de registrar a importante parceria com a Federação Catarinense de Municípios e a Escola de Gestão Municipal – EGEM, criada em 2007 pela Federação Catarinense de Municípios, tendo as Associações como sócias, visando a capacitação permanente dos servidores municipais e dos agentes políticos, com extensa programação realizada em 2007 e também programada para 2008.

Devemos também registrar o importante fato ocorrido na Assembléia Geral, realizada em Nova Trento, quando, por unanimidade, foi deliberada a construção da nova sede da Associação e formada a Comissão Pró Construção composta pelos Prefeitos de: Águas Mornas, Elmar Antônio Thiesen; Angelina, Sérgio Murilo Costa; Antônio Carlos, Ivens Antônio Scherer e Garopaba, Luiz Carlos da Silva, que se reuniram no dia 02 de outubro e vistoriaram as áreas possíveis para a construção, aprovando por unanimidade, uma área de, aproximadamente 4.000 m² (quatro mil metros quadrados), no bairro de Capoeiras, em Florianópolis, de propriedade da Prefeitura Municipal da

Capital. Após visita ao Prefeito Municipal, Dário Elias Berger, este encaminhou Projeto de Lei à Câmara Municipal, cedendo à Associação a área, com a Associação ficando responsável pela aquisição da posse de 02 (dois) posseiros lindeiros à área da Prefeitura. O Projeto de Lei nº 12.636/07 se encontra em fase de votação na Câmara Municipal, o qual, se aprovado e sancionado permitirá a elaboração dos projetos de engenharia. Em seguida, obtidas as indispensáveis licenças, iniciaremos a obra, pretendendo concluí-la no menor tempo possível.

Por justiça, registramos o apoio do Presidente da Câmara Municipal de Florianópolis, Vereador Ptolomeu Bittencourt, que recebeu, em audiência, a Comissão Pró-Construção de Nova Sede, e também de todos os Vereadores, especialmente os líderes dos partidos que compõem aquela Casa Legislativa.

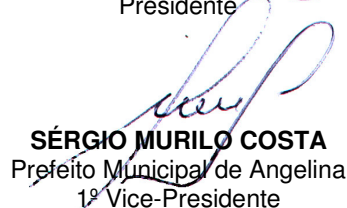
Entendemos que a construção da nova sede, além de necessária, marcará com brilhantismo a comemoração em 2009 dos 40 anos da fundação da nossa entidade municipalista, hoje, reconhecida, nacionalmente.

Assim, ao concluir este relatório sucinto, no qual destacamos algumas atividades desenvolvida, como se pode observar na sua leitura. Fica demonstrado, cristalinamente, que os recursos municipais investidos na Associação foram muito bem aplicados, com critério e parcimônia, rendendo bons frutos, de modo muito especial, às pequenas comunidades, que carecem de uma estrutura técnica mais ampla e efetiva.

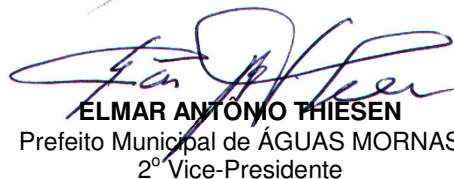
Florianópolis(SC) em 07 de janeiro de 2008.



FERNANDO MELQUIÁDES ELIAS
Prefeito Municipal de São José
Presidente



SÉRGIO MURILO COSTA
Prefeito Municipal de Angelina
1º Vice-Presidente



ELMAR ANTÔNIO THIESEN
Prefeito Municipal de ÁGUAS MORNAS
2º Vice-Presidente

4 - ORGANIZAÇÃO

4.1 - ASSEMBLÉIA GERAL

A Assembléia Geral da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis - **GRANFPOLIS** é constituída pelos Prefeitos e Presidentes de Câmaras Municipais da Microrregião, ou seus representantes devidamente credenciados.

Dentre as atribuições que lhe são conferidas cabe, ainda, à Assembléia Geral aprovar o presente Relatório de Atividades e a Prestação de Contas.

4.2 - DIRETORIA EXECUTIVA

A Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis – **GRANFPOLIS** é administrada por uma Diretoria Executiva, que se compõe dos seguintes membros, eleitos por um ano, pela Assembléia Geral:

- Presidente** : Fernando Melquíades Elias
Prefeito Municipal de São José
- 1º Vice-Presidente** : Sérgio Murilo Costa
Prefeito Municipal de Angelina
- 2º. Vice-Presidente** : Elmar Antônio Thiesen
Prefeito Municipal de Águas Mornas

4.3 - CONSELHO FISCAL

Aos membros do Conselho Fiscal compete, em cumprimento às disposições estatutárias, examinar o Relatório de Atividades e a Prestação de Contas e submetê-los à aprovação da Assembléia Geral, emitindo seu parecer prévio.

São membros do Conselho Fiscal:

- Titulares** : Ernei José Stähelin
Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara
- Sandra Regina Eccel
Prefeita Municipal de Nova Trento
- Antônio Marcos Testoni
Presidente da Câmara Municipal de Governador Celso Ramos
- Suplentes**: Ivo Scheidt Filho
Prefeito Municipal de Leoberto Leal
- Wanderley da Silva
Prefeito Municipal de Alfredo Wagner
- Vereador Nirdo Artur Luz
Presidente da Câmara Municipal de Palhoça

Para dar apoio a Diretoria Executiva e dar suporte técnico aos Municípios associados a entidade conta com a seguinte estrutura organizacional:

4.4 - SECRETARIA EXECUTIVA

Membros:

Secretário Executivo : Miguel Augusto Forbeck Faraco
Recepcionista / Telefonista : Margarete Almeida
Auxiliar de Serviços Gerais I : Mário César Souza

4.5 - ASSESSORIA TÉCNICA

4.5.1 - Assessoria para Assuntos Administrativos

Membros:

Assistente Administrativo : Sueli Venâncio Luiz
Auxiliar de Serviços Gerais I : Marisete de Almeida

4.5.2 – Assessoria para Assuntos de Assistência Social

Membro:

Assistente Social : Kelly Cristina Wehmuth

4.5.3 – Assessoria para Assuntos de Educação

Membro:

Professor : Antão Antônio David

4.5.4 – Assessoria para Assuntos de Saúde

Membro:

Administradora : Teresinha Niehues

4.5.5 - Assessoria para Assuntos Contábeis, Financeiros e de Informática

Membros:

Contador : Gilberto Brasil
Contador : Luiz Antônio Gerardi
Auxiliar de Serviços Gerais II : Bento Patrocínio Ramos Filho

4.5.6 - Assessoria para Assuntos de Engenharia e Arquitetura

Membros:

Engenheiro Civil : João Augusto Demaria da Silveira
Arquiteta : Márcia Cardoso Lorenzi
Técnico em Agrimensura : Nazário Espíndola
Técnico em Agrimensura : Odilson Martins
Técnico em Agrimensura : Marcelo Zulmar da Silva
Assistente Técnico (desenhista) : Luiz Ari Bittencourt
Auxiliar Técnico : Alcides Manoel da Silva

4.5.7- Assessoria para Assuntos Jurídicos

Membro:

Advogado : Waldir Gorges Alves

4.5.8- Assessoria para Assuntos Previdenciários

Membro:

Advogada : Andréa Cristine Krause

4.5.9- Assessoria para Planos Diretores

Membros:

Arquiteta : Valesca Menezes Marques - Coordenadora
Arquiteta : Silvia Maia
Arquiteta : Tatiana Cristina da Silva
Arquiteta : Leilane de Moura Paegle Franco de Paula
Geógrafo : Vinicius Tavares Constate
Operador de AUTO CAD : Juliano Garcia Paiva
Estagiário : Engenheiro Agrimensor Maicon Rodrigues Oiveira

Consultores Contratados

: Prof^ª - Dra. Geógrafa Eugênia Karnau Khour
: Prof^º - Dr. Arquiteto Renato Tibiriçá de Saboya
: Adv. Ambientalista – Dr. Marcelo Leao

5 - ATIVIDADES DA SECRETARIA EXECUTIVA

Órgão responsável pela execução dos serviços administrativos da Associação, pela coordenação das Assembléias Gerais, pelo assessoramento aos técnicos municipais durante a realização do Movimento Econômico, pelo despacho e recebimento de correspondências, participação em eventos, além de contatos com órgãos Federais e Estaduais, buscando o atendimento às solicitações dos Senhores Prefeitos Municipais e aos interesses da Associação.

No decorrer do exercício de 2007 foram expedidos 587 ofícios e despachados 931 expedientes recebidos, extraídas 467.837 fotocópias, 339 cópias heliográficas e realizadas 437 encadernações, atendendo a todos os Municípios filiados.

5.1 - ASSEMBLÉIAS GERAIS

A Assembléia Geral da Associação dos Municípios é constituída pelos Prefeitos Municipais, Vice-Prefeitos, Presidentes de Câmaras Municipais, ou seus representantes, devidamente credenciados.

É órgão soberano em suas decisões e, quando Ordinária, reúne-se a cada dois meses, na sede de um dos Municípios associados e Extraordinária, realizada sempre que houver matéria urgente a ser deliberada, por iniciativa do Presidente, ou a pedido de 1/5 dos Associados, em dia com suas obrigações estatutárias.

5.2 - ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIAS

No exercício de 2007 foram realizadas 05 (cinco) Assembléias Gerais Ordinárias, com a participação de autoridades convidadas e as presenças de Prefeitos, Vice-Prefeitos, Presidentes de Câmaras Municipais, Vereadores, Secretários e técnicos municipais, das quais apresentamos um sucinto relato:

1ª ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

GOVERNADOR CELSO RAMOS - 09.03.07

Realizada nas dependências do Hotel Águas de Palmas no Município de Governador Celso Ramos, para eleger e empossar a nova Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal para cumprir mandato de 1 (um) ano.

Na oportunidade usou da palavra para proferir palestra aos presentes o Professor Fábio Ghedin, Gestor de Pós-Graduação o Instituto Blumenauense de Estudos Superiores – IBES que reportou-se sobre o Curso de Pós-Graduação de Gerentes de Cidades, oferecendo a oportunidade para os Municípios da Região inscreverem servidores interessados com preços subsidiados.

Foram tratados ainda assuntos relacionados a Previdência Municipal pela Advogada Andréa Cristine Krause; FUNDEB e Transporte Escolar pelo Professor Antão Antônio David, Assessor Técnico em Assuntos da Educação da Associação; Pavilhão da Agricultura Familiar, pelo Diretor Administrativo e Financeiro da CEASA-GRANFPOLIS, Senhor Nilton Volpato de Souza.

Prestigiaram o evento os Senhores: Deputados Estaduais: Sérgio José Grando; Renato Luiz Hinnig e Marcos Vieira; Luiz Napoleão Telles e Neri Luz de Azevedo, ex-Prefeitos de Governador Celso Ramos, Jairo Henckes, Diretor Técnico da CEASA – Grande Florianópolis; Celso Vedana,

Diretor Executivo da Federação Catarinense de Municípios; Aarão Luiz Schmitz Júnior, Gerente Regional da CIDASC, Ernani Matos, representando o Deputado Federal Edinho Bez e o ex-Prefeito de Rancho Queimado e ex-Presidente da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis, Isaac Diniz; Vereadores e Secretários Municipais de Governador Celso Ramos.

Foram apresentados para análise, discussão e deliberação o Relatório de Atividades e a Prestação de Contas do exercício de 2006, que foram aprovados por unanimidade.

Realizada a eleição por aclamação tendo em vista o registro de chapa única, foram eleitos e empossados os Senhores e Senhoras: Presidente: Fernando Melquíades Elias, Prefeito Municipal de São José; 1º Vice-Presidente: Sérgio Murilo Costa, Prefeito Municipal de Angelina; 2º Vice-Presidente: Elmar Antônio Thiesen, Prefeito Municipal de Águas Mornas. Conselho Fiscal – Membros Titulares: Ernei José Stähelin, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara; Sandra Regina Eccel, Prefeita Municipal de Nova Trento e o Vereador Antônio Marcos Testoni, Presidente da Câmara Municipal de Governador Celso Ramos. Membros Suplentes: Ivo Scheidt Filho, Prefeito Municipal de Leoberto Leal; Wanderlei da Silva, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner e o Vereador Nirdo Artur Luz, Presidente da Câmara Municipal de Palhoça.

Foram registradas com pesar os falecimentos dos ex-Prefeitos Antônio Henrique Bulcão Viana, ex-Presidente da Associação quando exerceu o mandato de Prefeito da Capital e Delbrantino Gerônimo Albanaes – Tininho, de Major Gercino.

2ª ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

LEOBERTO LEAL - 22.04.07

Realizada nas dependências do Salão Paroquial de Leoberto Leal, contou com a participação do Professor Paulo Hertz, Vice-Reitor Acadêmico da Universidade de São José que abordou o tema Universidade Aberta, tendo informado sobre a possibilidade de realização de cursos de Pedagogia e Ciências Contábeis nos Municípios da Região, tendo em vista que a Universidade de São José esta devidamente credenciada junto ao Ministério da Educação, durante sua exposição contou com a colaboração da Professora Alissane Lia Tasca da Silveira, Vice-Reitora de Administração da mesma Universidade. Foi justificada a ausência de última hora do Secretário de Estado da Educação Deputado Federal Paulo Roberto Bauer.

O plenário aprovou por unanimidade a inclusão da Associação na Escola de Gestão Municipal - EGEM da Federação Catarinense de Municípios.

Participaram do evento os Senhores: Celso Vedana – Diretor Executivo da Federação Catarinense de Municípios, representando o Presidente José Milton Scheffer; Deputados Estaduais Sérgio José Grandó e Kennedy Nunes; ex-Prefeitos de Leoberto Leal, Azizo Flores da Cunha; Herberto Roberto Marian; Waldir Gorges Alves; Ivo Truppel Scheidt e Edson Flores da Cunha.

Na oportunidade foi manifestado solidariedade ao Prefeito Municipal Anísio Anatólio Soares de Governador Celso Ramos, tendo em vista seu afastamento do cargo pelo Tribunal Superior Eleitoral, com votos de breve retorno ao convívio dos colegas da Região da Grande Florianópolis.

3ª ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

MAJOR GERCINO - 29.06.07

Realizada nas dependências do Salão Paroquial de Major Gercino, com a participação especial do Secretário de Estado da Infra Estrutura, Deputado Federal Mauro Mariani que proferiu palestra sobre a situação atual das rodovias, portos e aeroportos do Estado de Santa Catarina e os projetos em andamento, especialmente para a Região da Grande Florianópolis, contado com a colaboração e o apoio técnico dos Senhores: Engenheiros Rogério Puppo e Dilnei Chaves Cabral Filho, Silvio dos Santos e Edson Flores da Cunha, respectivamente de Projetos e Capacitação; Transportes; Transportes Marítimos e Infra Estrutura.

Participaram do evento os Senhores: Deputado Estadual José Natal Pereira; ex-Prefeitos de Major Gercino, Rubens Silveira, Nésio Domingos Dellagnololo e Bruno Kertzendorf.

4ª ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

NOVA TRENTO - 28.09.07

Realizada nas dependências do Centro de Convenções do Mosteiro Park Hotel com a participação do ex-Deputado Federal Engenheiro Leodegar Tiscoski, Secretário Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, que reportou-se sobre os programas e projetos que podem ser acessados pelos Municípios para obras especialmente de saneamento com destinação através do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, além de outros de menor monta destinados às outras áreas especialmente a capacitação técnica, habitação e infraestrutura urbana, tendo comentado ainda sobre a estrutura da sua Secretaria, bem como acessa-la para a apresentação de pleitos municipais.

Na oportunidade ainda usou da palavra o Chefe de Gabinete do Conselheiro César Filomeno Fontes do Tribunal de Contas do Estado, Economista José Ademir Deschamps, que alertou os Senhores Prefeitos sobre problemas na liberação de recursos pela Caixa Econômica Federal, que tem causado em alguns momentos déficit financeiro para as Prefeituras o que leva o Tribunal de Contas do Estado a rejeitar as contas anuais dos Prefeitos.

Foi criada a comissão Pró Construção da Nova Sede da Associação composta pelos Prefeitos de Águas Mornas, Elmar Antônio Thiesen; Angelina, Sérgio Murilo Costa; Antônio Carlos, Ivens Antônio Scherer; Canelinha, Eloir João Reis e Garopaba, Luiz Carlos da Silva, ficando marcada para o dia 02 de outubro a primeira reunião.

O Presidente Fernando Melquíades Elias e a Prefeita anfitriã saudaram o Deputado Estadual João Henrique Blasi, líder do Governo na Assembléia Legislativa por sua indicação ao cargo de Desembargador, ressaltando sua capacidade jurídica e sua brilhante atuação na Assembléia Legislativa, agradecendo-o pelo intenso e frutífero desempenho em prol da Microrregião e pela constante presença nas Assembléias Gerais da Associação.

Participaram do evento os Senhores Deputados Estaduais: José Natal Pereira, Sérgio José Grando e João Henrique Blasi; Economista José Ademir Deschamps, representante do Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado César Filomeno Fonte, Ernani Matos, Diretor Geral da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania; Celso Vedana, Diretor Executivo da Federação Catarinense de Municípios; Edson Flores da Cunha, ex-Prefeito de Leoberto Leal e atual Diretor de Infra Estrutura da Secretaria de Estado da Infra Estrutura.

5ª ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

PALHOÇA - 23.11.07

Realizada nas dependências da Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL, Campus da Pedra Branca e Palhoça, contou com as participações dos Senhores: José Parente Filho e José Maria Rodrigues, respectivamente Assessor Técnico da Diretoria de Programas e Projetos Educacionais do Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar – FNDE que abordou o tema Plano de Ações Articuladas – PAR e do Coordenador Geral do Programa de Transporte e Saúde Escolar que abordou o Programa Caminho na Escola, sendo que ambos estavam acompanhados por técnicos da Coordenação de Alimentação Escolar do FNDE.

Antecedendo o início da Assembléia Geral Ordinária presidida pelo 1º Vice-Presidente Sérgio Murilo Costa, Prefeito Municipal de Angelina, em virtude da ausência do Presidente Fernando Melquíades Elias em viagem de trabalho à Brasília, o Senhor Dilnei Bittencourt, representante do Grupo Empreendedor do Loteamento Pedra Branca, que apresentou o projeto de expansão do Loteamento para os próximos anos, transformando-o num bairro independente, com todas os equipamentos necessários para um crescimento e desenvolvimento sustentável.

Na oportunidade foi aprovada a Proposta Orçamentária da Associação para 2008 e alterações no Regulamento de Pessoal da Associação, tendo em vista posicionamento recente do Supremo Tribunal Federal sobre aposentadoria.

Participaram do evento: Os Senhores Deputados Estaduais: Sérgio José Grando e Renato Hinnig; Professor Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, Secretário Municipal da Educação de Florianópolis e Vice-Presidente da União dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME; Professora Mari Terezinha Hang, Secretária Municipal de Educação de São José e Coordenadora do Colegiado de Secretários Municipais de Educação da Grande Florianópolis; Eduardo Manyari, Assessor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar – FNDE; Francisco da Silva, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Palhoça – ACIP; Secretários Municipais e Vereadores de Palhoça; Secretários de Educação dos Municípios da Grande Florianópolis.

5.3 - ASSEMBLÉIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIAS

No presente exercício, não foi realizada nenhuma Assembléia Geral Extraordinária.

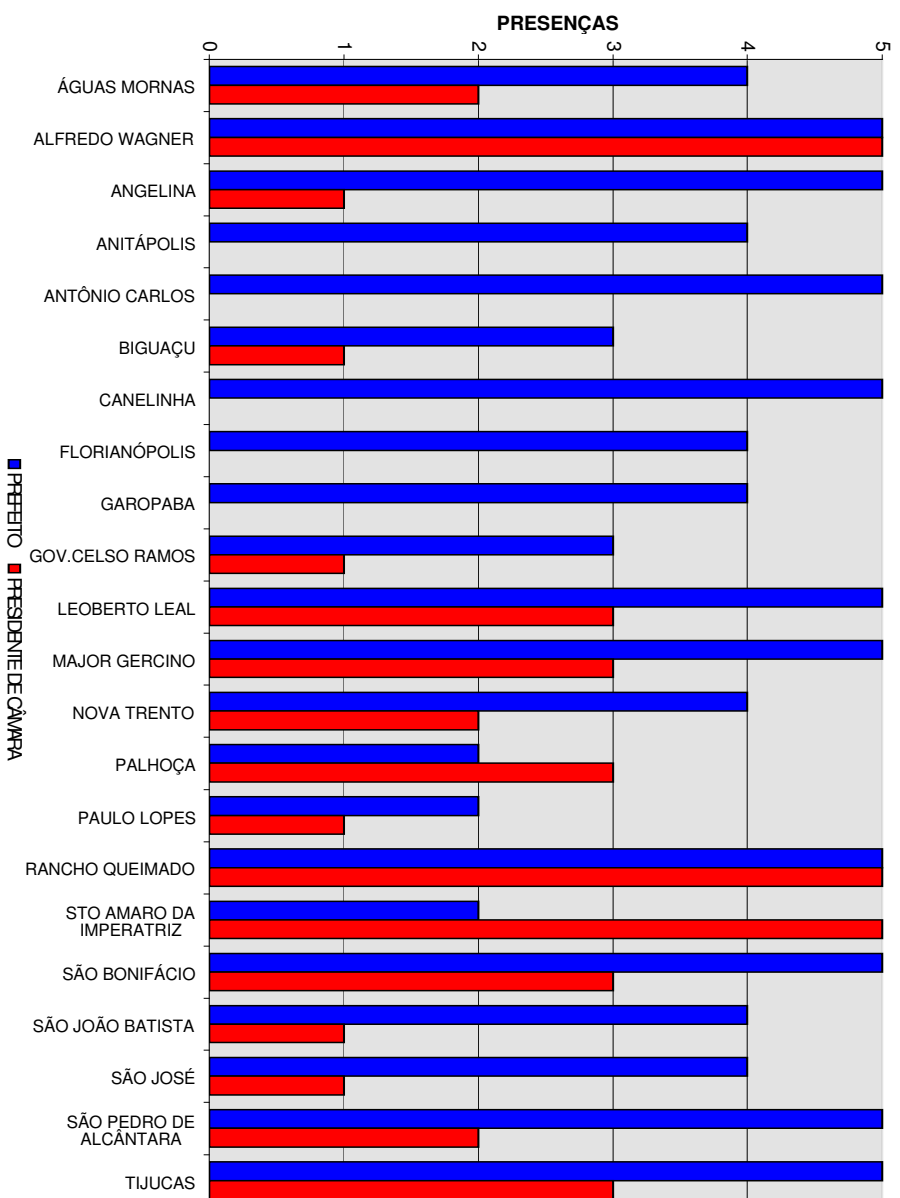
FREQUÊNCIA ÀS ASSEMBLÉIAS GERAIS

MUNICÍPIO	PREFEITOS E PRESIDENTE DE CÂMARAS	ORDINÁRIAS				
		MAR	ABR	JUN	SET	NOV
ÁGUAS MORNAS	ELMAR ANTÔNIO THIESEN	X	-	X	X	X
	JONAS VAMBOMELL	-	-	X	X	-
ALFREDO WAGNER	WANDERLEY DA SILVA	X	X	X	X	X
	CLÓVIS OGE KRETZER	X	X	X	X	X
ANGELINA	SÉRGIO MURILO COSTA	X	X	X	X	X
	NERI JOÃO VENTURA	X	-	-	-	-
ANITÁPOLIS	SAULO WEISS	X	X	X	X	-
	ALBERTO BENNETT NETO	-	-	-	-	-
ANTÔNIO CARLOS	IVENS ANTÔNIO SCHERER	X	X	X	X	X
	ONÉLIO RICHARTZ	-	-	-	-	-
BIGUAÇU	VILMAR ASTROGILDO TUTA DE SOUZA	X	X	-	X	-
	MANOEL AIRTON PEREIRA	-	X	-	-	-
CANELINHA	ELOIR JOÃO REIS	X	X	X	X	X
	FRANCISCO HONORATO CARDOSO FILHO	-	-	-	-	-
FLORIANÓPOLIS	DÁRIO ELIAS BERGER	X	X	X	-	X
	PTOLOMEU BITTENCOURT JÚNIOR	-	-	-	-	-
GAROPABA	LUIZ CARLOS DA SILVA	-	X	X	X	X
	PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO	-	-	-	-	-
GOV.CELSO RAMOS	ANÍSIO ANATÓLIO SOARES	X	-	X	-	X
	ANTÔNIO MARCOS TESTONI	X	-	-	-	-
LEOBERTO LEAL	IVO SCHEIDT FILHO	X	X	X	X	X
	ZELI VERMOHLEN SCHEIDT	-	X	X	X	-
MAJOR GERCINO	ZELÁSIO ANGELO DELL'AGNOLO	X	X	X	X	X
	MODESTINO JOSÉ OTTO	-	X	X	-	X
NOVA TRENTO	SANDRA REGINA ECCEL RACHADEL	X	X	X	X	-
	LEONIR JOSÉ MAESTRI	-	X	-	X	-
PALHOÇA	RONÉRIO HEIDERSCHIEDT	X	-	-	-	X
	NIRDO ARTUR LUZ	X	-	X	-	X
PAULO LOPES	VOLNEI ADOLFO ZANELA	-	-	-	X	X
	JOSÉ ANTÔNIO ROGÉRIO	-	-	-	X	-
RANCHO QUEIMADO	VALCIR HUGEN	X	X	X	X	X
	NERI ERHARDT	X	X	X	X	X
STO AMARO DA IMPERATRIZ	JOSÉ RODOLFO TURNES	X	-	-	-	X
	JORGE CÉSAR DA SILVA	X	X	X	X	X
SÃO BONIFÁCIO	PAULO EXTERKOETTER	X	X	X	X	X
	VILMAR AIRTON STOCK	X	-	-	X	X
SÃO JOÃO BATISTA	ADERBAL MANOEL DOS SANTOS	X	X	X	X	-
	ELIAS GERMANO MAFEÇOLI	-	-	X	-	-
SÃO JOSÉ	FERNANDO MELQUIADES ELIAS	X	X	X	X	-
	ÉDIO OSWALDO VIEIRA	-	-	-	X	-
SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA	ERNEI JOSÉ STÄHELIN	X	X	X	X	X
	JOSELITO KRETZER	-	X	-	-	X
TIJUCAS	ELMIS MANNRICH	X	X	X	X	X
	SÉRGIO MURILO CORDEIRO	-	X	X	X	-

Granf/Tabelas Relatório/Relat1



FREQÜÊNCIA ÀS ASSEMBLÉIAS GERAIS



5.4 - PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

5.4.1 – I ENCONTRO NACIONAL DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS

Realizado em Brasília nos dias 06, 07 e 08 de fevereiro, o evento contou com a participação de representantes da Confederação Nacional de Municípios; da Presidência da República – Subchefia de Assuntos Federativos do Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID) e de Presidentes e Secretários das entidades estaduais e Microrregionais de Municípios, ocasião em que foram elaborados os seguintes temas:

- O Fortalecimento da Gestão Federativa;
- A nova lei nº 11.107/05 – Conceitos e natureza jurídica;
- Gestão Financeira dos Consórcios Públicos;
- Gestão Associada dos Serviços Públicos;
- Consórcios de Planejamento Urbano;
- Consórcios de Transportes Públicos;
- Consórcios de Produção e Abastecimento;
- Consórcios de Saúde;
- Consórcios de Defesa do Consumidor;
- Consórcios de Saneamento e Resíduos Sólidos.

Participou do evento representante da Associação o Secretário Executivo Miguel Augusto Forbeck Faraco.

5.4.2 – VIII CICLO DE ESTUDOS DE AUDITORIA DO MOVIMENTO ECONÔMICO

Evento acontecido no Município de Criciúma nos dias 13, 14 e 15 de fevereiro nas dependências da Associação dos Municípios da Região Carbonífera - AMREC, para tratar dos seguintes temas:

- O resgate da essência humana – Ética;
- Sistema "SC MOVEC";
- Responsabilidade Penal dos Agentes Públicos;
- Direito Administrativo – Recursos Sobre o Valor Adicionado;
- Impugnação ao cálculo do Valor Adicionado – Portaria nº 087/91;
- Lei Complementar nº 123/06 – "Super Simples"
- Transferências;
- Sistema SIS – RURAL;
- Legislação da Nota Fiscal do Produtor Rural;
- SAT;
- Prestação de Contas das Notas Fiscais de Produtor Rural.

Participou do evento o Contador Luiz Antônio Gerardi, representando a Associação, acompanhado por técnicos das Prefeituras Municipais de São José e Florianópolis.

5.4.3 – 35º ENCONTRO DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE

Realizado nas dependências da Sociedade Cultural Artística de Jaraguá do Sul, nos dias 01 e 02 de março, tendo sido realizada pela Dra. Liane Beatriz Righi a conferência “Dificuldades Cotidianas dos Gestores Municipais de Saúde e Possíveis Soluções”.

Após a conferência foi realizada a eleição e posse da nova Diretoria do COSEMS/SC.

Participou do evento representando a Associação a Assessora Técnica em Saúde, Administradora Terezinha Niehues.

5.4.4 – III CONGRESSO CATARINENSE DE SECRETÁRIOS DE FINANÇAS, CONTADORES E CONTROLADORES INTERNOS MUNICIPAIS

Evento realizado no Salão de Atos da Universidade Planalto Catarinense – UNIPLAC em Lages, nos dias 12 e 13 de março, promovido pela Federação Catarinense de Municípios, com o apoio da Confederação Nacional de Municípios – CNM, do Tribunal de Contas do Estado – TCE, do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina – CRC/SC, dos Colegiados Estaduais de Contadores e Controladores Internos e das Associações de Municípios, sendo abordados os seguintes temas:

- Controle Interno;
- Lei das Microempresas – Super Simples e Arrecadação Municipal;
- Portal de Contas Públicas, Legislação e Integração da Rede Cim;
- Licitações Públicas pela Internet: Pregão Eletrônico;
- Denúncias junto ao Conselho Regional de Contadores de Santa Catarina;
- Projeto de Alteração da Lei 4.320/64;
- Destinação de Recursos;
- Alterações Orçamentárias, Planos de Contas da União e Conta Única;
- Contabilidade Pública Gerencial: Evidenciado o valor do Contador Público;
- Regulamentação, Contabilização, definição dos valores, vantagens, desvantagens e funcionalidades.

Representaram a Associação no evento os Contadores, Gilberto Brasil e Luiz Antônio Gerardi.

5.4.5 – IX ENCONTRO NACIONAL DO COLEGIADO NACIONAL DE GESTORES MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Evento realizado nos dias 21, 22 e 23 de março, no Centro de Convenções de Salvador-BA, sendo abordados os seguintes temas:

- A importância dos Conselhos Regionais de Assistência Social no acompanhamento do Bolsa Família;
- Proteção Social Básica nos Municípios de Pequeno Porte;
- Proteção Social Básica nos Municípios de Médio Porte;
- Proteção Social Básica nos Municípios de Grande Porte;
- Proteção Social Básica nas Metrópoles;
- População em situação de Rua e a Ação Intersectorial e Intermunicipal;
- Capacitação continuada;
- Inclusão Produtiva;
- Benefícios Assistenciais;
- Ações Sócioeducativas;

- Norma Operacional Básicas – NOB de Recursos Humanos – Avanços, desafios e vigências;
- O Sistema Único da Assistência Social e as despesas para os próximos 4 anos.

A Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis esteve representada no evento pela Assistente Social Kelly Cristina Wehmuth.

5.4.6 – “ENCONTRO DE DISCUSSÃO DO FORMATO DO NOVO CICLO DE ESTUDOS DE ESTUDOS DE CONTROLE PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL”

Evento realizado no dia 22 de março no Auditório do Tribunal de Contas do Estado em Florianópolis, com a participação de representantes do Tribunal de Contas do Estado – TCE/SC, Instituto de Contas; Federação Catarinense de Municípios; Associações de Municípios – FECAM; União dos Vereadores de Santa Catarina – UVESC; Associações de Vereadores; Tribunal de Contas da União – TCU e Ministério Público de Santa Catarina – MP/SC, ocasião em que foram tratados os seguintes temas:

- Apresentação dos resultados da Pesquisa de Opinião dos Jurisdicionados sobre as atividades de controle municipal e da avaliação do IX Ciclo;
- Apresentação do novo formato do Ciclo de Estudos de Controle Público da Administração Municipal, proposta de itinerário e aspectos gerais da operacionalização e definição das cidades – sede;
- Apresentação da proposta do Novo Formato, contemplando as sugestões apresentadas os agentes necessários.

A Associação dos Municípios da Grande Florianópolis esteve representada no evento pelo Secretário Executivo Miguel Augusto Forbeck Faraco e pelo Assessor Técnico Contador Gilberto Brasil.

5.4.7 – “X MARCHA A BRASÍLIA EM DEFESA DOS MUNICÍPIOS”

Realizada no período de 1º a 12 de abril, no Blue Tree Park Hotel em Brasília por convocação da Confederação Nacional de Municípios, com o apoio da Frente Nacional de Prefeitos e das entidades estaduais e microrregionais.

Dentre os temas abordados podemos destacar:

- Diagnóstico da Crise dos Municípios;
- O Pacto pela Saúde;
- O FUNDEB e os Municípios;
- O Papel dos Legislativos Municipais;
- Desenvolvimento Urbano;
- Saneamento, Habitação e Consórcios;
- O Desafio do Desenvolvimento Municipal e a Lei Geral da Pequena Empresa;
- A Reforma Tributária e os Municípios;
- A Reforma Política;
- A Reforma Federativa – Os Governos Estaduais e Municipais.

Foram realizados ainda, mais painéis tratando de assuntos de interesse dos Municípios destacando-se a participação do Presidente da GRANFPOLIS, Prefeito Municipal de São José, Fernando Melquíades Elias, que proferiu palestra no Painel dos Regimes de Previdência, abordando o tema “Importância de Vantagens que o Regime Geral de Previdência Social representa para o Município e seus Servidores”.

Registramos também a instalação da bancada municipalista junto a Câmara Federal e ao Senado da República e os encontros com as bancadas federais de cada Estado e debates com os Presidentes da Câmara e do Senado e os líderes partidários sobre os Projetos de interesse dos Municípios Brasileiros em tramitação.

A GRANFPOLIS a exemplo das Marchas anteriores destacou-se com uma delegação de 64 pessoas entre Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores, Primeiras Damas e Secretários Municipais, sendo a maior delegação dentre aquelas de Santa Catarina, e registra-se mais uma vez, com orgulho redobrado, que a delegação catarinense foi a maior dentre todos os Estados Brasileiros.

A delegação da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis foi chefiada pelo Presidente Fernando Melquíades Elias, Prefeito Municipal de São José sendo assessorado pelo Secretário Executivo Miguel Augusto Forbeck Faraco e pelo Assessor em Assuntos Educacionais Professor Antão Antônio David.

5.4.8 – REUNIÃO DESCENTRALIZADA E AMPLIADA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS

Realizada no período de 23 a 26 de abril em São Paulo, tendo por local o Parque Anhembi, sendo na ocasião abordados os seguintes temas:

- Diretrizes para VI Conferência Nacional;
- O exame da realidade: o que dizem as Pesquisas:
 - a) Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD/IBGE;
 - b) Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Municípios);
 - c) Pesquisa de Entidade de Assistência Social (PEAS).
- Automatização dos Processos de Trabalho e Fluxos do CNAS: o novo SICNAS Web;
- A importância da Certificação de Entidades no Aprimoramento e Consolidação da Rede Suas-Comissão de Normas do CNAS;
- As Implicações do Financiamento na Execução da PNAS e no Controle Social;
- A relação do SUAS com a política de garantia de direito da Criança e do Adolescente;
- Controle-Social – Plano de Acompanhamento e Fortalecimento dos Conselhos.

Representaram a Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis no evento a Assistente Social Kelly Cristina Wehmuth.

5.4.9 – XXº ENCONTRO DOS COLEGIADOS DE CONTADORES E CONTROLADORES INTERNOS

Evento realizado em Piratuba (AMAUC) no dia 20 de abril e coordenado pela Federação Catarinense de Municípios – FECAM, sendo tratados os seguintes assuntos:

- Eleição dos Colegiados;
- Destinação dos Recursos do FUNDEB;
- DCTF (FECAM);
- Destinação da receita pública – TCE (AMFRI);
- Execução da Despesa por Fonte de Recursos (AMUNESC);
- Decisão 3253/2005 – Doação de Medicamentos Contabilizados na Saúde e não na Assistência Social (GRANFPOLIS);
- Prejulgado 0700 (Mudança de cargo/GRANFPOLIS)
- Preenchimento da página na CEF-SISTN, duplicidade de informação (GRANFPOLIS);
- Dispensas e Inexigibilidade de Licitação que o TCE vem aplicando multas (GRANFPOLIS);
- Ciclo de Estudos do Tribunal de Contas (FECAM);
- Taxa de administração do Instituto de Previdência.

Participaram representando a GRANFPOLIS, os Contadores Gilberto Brasil e Luiz Antônio Gerardi.

5.4.10 – FORUM ORDINÁRIO DA UNIÃO DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

Evento realizado nos dias 25, 26 e 27 de abril na cidade de Caçador, tendo por local o Parque de Exposições do Município, sendo abordados os seguintes temas:

- Relação da Educação: Município e Estado;
- Um olhar sobre o Sistema Educacional Brasileiro: Reflexões e Propostas Úteis;
- O Ensino de Nove Anos: Dilema e Perspectivas.

Na ocasião foram realizadas várias oficinas sobre o tema Educação e relatadas experiências, bens necessários em diversos municípios catarinenses, tendo representado a Associação o Professor Antão Antônio David, Assessor para Assuntos Educacionais.

5.4.11 – II CONGRESSO IBERO AMERICANO DE DIREITO ADMINISTRATIVO.

Realizado no período de 13 a 16 de maio em Curitiba – PR, tendo por local o Centro de Convenção Estação Embratel, sendo organizada pela Associação Ibero Americana de Direito Administrativo com o apoio da Associação Argentina de Direito Administrativo; do Foro Mundial de Jovens Administrativistas; do Instituto Chileno de Direito Administrativo e da Universidade de Santa Cruz do Sul, tendo sido abordados na ocasião os seguintes temas, dentre outros:

- O princípio da igualdade e o princípio da dignidade humana como fundamentos do Estado Social e Democrático de Direito;
- Eficiência Administrativa no Estado Pós-moderno;
- O controle judicial dos atos do Estado entre o passado e o futuro do Direito Administrativo;
- Direito Administrativo e o novo Código Civil;
- Serviços Públicos: estudos dirigidos;
- Parceria público-privada: aspectos do direito público econômico (Lei nº 11.079/2004);
- A contratualização entre Estado e Mercado: concessões, permissões, autorizações e outros pactos jurídicos de parceria;
- Novas perspectivas sobre as licitações públicas e a redução procedimental com vistas à efetividade da ação estatal;
- O Direito Administrativo entre a legalidade e direitos fundamentais;
- Controle das Organizações Sociais;
- Restrições ao direito de propriedade pela atividade administrativa

Representou a Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis no evento o Secretário Executivo Miguel Augusto Forbeck Faraco.

5.4.12 – III CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL E EXPOFECAM – MOSTRA DE PRODUTOS E SERVIÇOS PARA AS PREFEITURAS

Realizado em Chapecó, uma promoção da Federação Catarinense de Municípios – FECAM, com o apoio das Associações de Municípios, nos dias 21, 22 e 23 de maio, tendo por local o Parque de Exposições – Tancredo Neves – EPAFI, dentre os temas abordados destacamos:

- Execução de Políticas Públicas Sociais Participativas;
- Programas de Habitação e Auto Sustentabilidade;
- Incursão Escolar de Alunos com Necessidades Especiais;
- Programa Merenda Escolar;
- Integração de Servidores – Ações na Área de Gestão de Pessoas;
- Organização do Movimento Municipalista Brasileiro;
- Eficiência na Arrecadação, Gestão de Gastos e Compras – Cidade Compras;
- Programa Emergencial de Auxílio Desemprego – PEAD;
- A Importância da capacitação dos Servidores Públicos na Gestão Municipal: A Escola de Gestão Pública.

Representaram a Associação no evento o Secretário Executivo Miguel Augusto Forbeck Faraco e a Assessora Técnica da Saúde Teresinha Niehues, acompanhados pelos Prefeitos de Águas Mornas, Antônio Carlos, Biguaçu, Garopaba, Nova Trento, Paulo Lopes, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São Pedro de Alcântara e pelos Presidentes de Câmaras Municipais de Governador Celso Ramos e Leoberto Leal.

5.4.13 – ENCONTRO REGIONAL DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE CONSELHEIROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

Evento realizado pela União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação nos dias 30, 31 de maio e 01 de junho em Laguna, abordando os seguintes assuntos:

- O Controle Social e Democracia;
- O Município na organização da educação;
- Os problemas e desafios mais comuns no âmbito dos Conselhos Municipais de Educação;
- O Controle Social das Políticas Públicas: processo de articulação inter-regional;
- O Desafio da Colaboração: o princípio da interdependência entre os sistemas.

Na oportunidade foram realizadas oficinas sobre os temas relacionados com a Educação, sendo a Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis representada no evento pelo Assessor para Assuntos da Educação Professor Antão Antônio David.

5.4.14 – 1º ENCONTRO CATARINENSE DE APRIMORAMENTO DOS MECANISMOS DE CONTROLE DE OBRAS PÚBLICAS

Evento realizado no auditório da Sede da Polícia Federal em Florianópolis, no dia 05 de junho, promovido pela Superintendência Regional da Polícia Federal em Santa Catarina com o apoio da Federação Catarinense de Municípios – FECAM, Ministério Público de Santa Catarina – MP/SC, Ministério Público Federal, Tribunal de Contas da União – TCU, Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, Controladoria Geral da União – CGU, Caixa Econômica Federal – CEF, sendo na ocasião abordados os seguintes temas:

- Forma e limites de atuação da perícia de Engenharia Civil do Departamento de Polícia Federal;
- Forma e limite de atuação da área de Desenvolvimento Urbano da Caixa Econômica Federal;
- Forma e limite de atuação do Tribunal de Contas da União;
- Forma e limites de atuação do Tribunal de Contas do Estado;
- Projeto básico: orientação técnica do Instituto Brasileiro de Obras Públicas;
- Debates sobre a necessidade e possibilidades de cooperação técnica e intercâmbio de informações para melhorar o processo de controle nas fases iniciais.

Participaram do evento representando a Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis, o Secretário Executivo Miguel Augusto Forbeck Faraco, o Engenheiro Civil João Augusto Demaria da Silveira.

5.4.15 – INSTALAÇÃO DO CONSELHO DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DA FAZENDA (CONFAZ – MUN)

O evento ocorreu no dia 26 de junho no auditório do Interlegis em Brasília, sendo promovido pela Confederação Nacional de Municípios, tendo sido abordados na oportunidade aspectos relacionados com a nova proposta de Reforma Tributária e também foi feito relato sobre o trabalho de regulamentação do Simples Nacional.

No encerramento foi instalado o Conselho dos Secretários Municipais de Fazenda (CONFAZ-MUN) contando com a representação de 03 (três) Secretários Municipais de cada Estado indicados pelas entidades municipalistas estaduais.

Representou a Associação dos Municípios da Grande Florianópolis no evento o Secretário Executivo Miguel Augusto Forbeck Faraco.

5.4.16 – XXIII CONGRESSO NACIONAL DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE IV CONGRESSO BRASILEIRO DE SAÚDE CULTURA DE PAZ E NÃO VIOLÊNCIA

Eventos realizados no período de 27 a 30 de junho no CENTREVENTOS CAU HANSEN em Joinville sendo abordados os seguintes temas, dentre outros:

- Legislação Financeira e Responsabilidade Sanitária/Instrumentos Político-Organizacional (PPA-LDO-LOA) Avaliação de Desempenho Econômico-Financeiro (Geral e Setorial)/Participação e Controle da Sociedade (Conselhos de Saúde);
- Pacto de Gestão – Blocos financeiros e seus componentes/Planejamento e Organização Orçamentária (Plano de Saúde/Programação Anual e Relatório de Gestão) / Instrumentalização e operacionalização de Fundos de Saúde (Protocolos – Contas – Fluxos e Movimentações)/Controle (Interno – Monitoramento e Avaliação – SNA/ Externo – Ministério Público).

Na oportunidade foram realizadas várias oficinas sobre o tema “Saúde Pública”.

Representou a Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis no evento a Assessora para Assuntos de Saúde Administradora Teresinha Niehues.

5.4.17– ENCONTRO REGIÃO SUL DO COLEGIADO NACIONAL DOS GESTORES MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Realizado em Blumenau nos dias 28 e 29 de julho, nas dependências do Grande Hotel, abordando os seguintes assuntos:

- Sistema Único de Assistência Social – SUAS e NOBRH e seus desdobramentos.
- Decreto de Regulamentação às Entidades Beneficentes de Assistência Social;
- Conferência Nacional de Assistência Social e sua fundamentação;
- CONGEMAS e os COEGEMAS e suas realidades;

- Financiamento da Política de Assistência Social;
- Financiamento, estruturação e organização do SUAS e de RH, experiências dos Municípios de Toledo/PR, São Leopoldo/RS e Blumenau/SC.

Representou a Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis a Assistente Social Kelly Cristina Wehmuth.

5.4.18 – SEMINÁRIO: O MUNICÍPIO FRENTE AO NOVO MARCO REGULATÓRIO DO SANEAMENTO

Realizada nos dias 11 e 12 de julho no Auditório Antonieta de Barros na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, uma promoção da Federação Catarinense de Municípios – FECAM – Escola de Gestão Pública Municipal em parceria com a Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa, visando abordar os seguintes temas:

- Os novos desafios do Poder Público frente à Política Nacional de Saneamento – Lei nº 11.445/2007;
- A Política Estadual de Saneamento: Planejamento e Investimentos do Governo;
- A Política e o Plano Municipal de Saneamento Básico: O exercício da titularidade;
- O Associativismo Municipal na Estruturação da Gestão do Saneamento Básico;
- A Regulação dos Serviços de Saneamento Básico;
- A Experiência Brasileira na Regulação dos Serviços de Saneamento Básico;
- Aspectos Técnicos e o Controle Social dos Serviços de Saneamento;
- Gestão Compartilhada dos Serviços de Água e Esgoto;
- A Experiência Municipal na Prestação dos Serviços de Saneamento Básico;
- Alternativas para os Serviços Públicos de Saneamento: Parcerias com a FUNASA, Consórcios Públicos e Gestão Associada;
- A Experiência de Consórcio Intermunicipal em Infra-Estrutura para o Saneamento Ambiental;
- Linhas de Crédito do BRDE;
- Parcerias Público-Privadas em Saneamento Básico – PP's;
- Programas de Financiamento da Caixa Econômica Federal;
- Financiamento dos Serviços de Saneamento Básico: Política Federal de Saneamento Básico;
- Programa de Modernização do Setor de Saneamento – PMSS.

A Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis foi representada pelo Secretário Executivo, Miguel Augusto Forbeck Faraco, acompanhado pelo 1º Vice-Presidente, Prefeito Municipal de Angelina, pelo Prefeito Municipal de Biguaçu e do Prefeito Municipal de São Bonifácio além de representantes dos Municípios de São Pedro de Alcântara, São José e Florianópolis.

5.4.19 – III CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE CIDADES E GOVERNOS LOCAIS

Realizado nos dias 25, 26 e 27 de julho no CENTROSUL em Florianópolis, sendo promovido pela Federação Latino Americana de Municípios – FLACMA, com o apoio da Confederação Nacional de Municípios – CNM e da Federação Catarinense de Municípios – FECAM, trazendo à Florianópolis representantes de diversos países da América Latina, Estados Unidos e Europa.

Na ocasião, dentre outros foram abordados os seguintes temas:

- Inclusão Social no Planejamento Urbano Participativo;
- Plano Diretor como Mecanismo de Promoção da Equidade;
- SUL e o Desenvolvimento de Capacidades;
- O Meio Ambiente Sustentável: o Problema das Mudanças Climáticas;

- Agências Internacionais no Financiamento das Iniciativas Municipais;
- Descentralização e o Financiamento de Políticas Educacionais e de Saúde;
- Segurança Pública: nas mãos de quem?
- Inclusão Digital: Modernização da Gestão;
- As Experiências dos Bancos na Promoção de Políticas Públicas;
- As Metas do Milênio e as Políticas Locais;
- O Associativismo e as Redes Municipais;
- Conexão Internet sem fio para Governos Locais na América Latina.

Além dos temas elencados foram realizadas oficinas com a participação de técnicos de diversos países relatando suas experiências e os modelos de associativismo municipal de cada país.

Representou a Associação dos Municípios da Grande Florianópolis no evento o Secretário Executivo Miguel Augusto Forbeck Faraco.

5.4.20 – X CICLO DE ESTUDOS DE CONTROLE PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Realizado no dia 31 de julho, tendo por local as dependências da Federação das Indústrias de Santa Catarina – FIESC, o evento foi promovido pelo Tribunal de Contas do Estado e Instituto de Contas, com o apoio da Federação Catarinense de Municípios - FECAM, da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis, Ministério Público Estadual e União dos Vereadores de Santa Catarina – UVESC, sendo abordados os seguintes temas:

- A importância do Controle Externo para o Chefe do Poder Executivo e as possibilidades de parceria/interação entre as Câmaras Municipais e o TCE/SC;
- Atuação do Controle Interno;
- Fiscalização do TCE/SC em editais de licitação;
- Termo de Ajustamento – MP/SC;
- A importância do Controle Interno para assegurar a regularidade da gestão e afastar a responsabilidade do Prefeito;
- A Tomada de Contas Especial como instrumento para identificar responsáveis nos casos de danos ao erário;
- O papel do TCE/SC e da Câmara Municipal no julgamento das contas municipais;
- Revisão das leis orgânicas para adequação às modificações constitucionais: aspectos pontuais;
- E_Sfinge: especificação de fontes de recursos, plano de contas, certidão e alterações orçamentárias;
- FUNDEB: contabilização e utilização dos recursos;
- Terceirização de mão de obra para substituição de servidores e regimes de contratação de pessoal para atendimento ao PSF e PACS;
- Consórcios Públicos; aspectos gerais;
- O controle do TCE/SC nos benefícios concedidos pelos regimes próprios de Previdência Social;
- E_Sfinge obra;
- Saneamento básico: Lei 11.445/07;
- Critérios para estimar o valor da licitação;

No evento participaram como palestrantes, representantes do Tribunal de Contas e do Ministério Público Estadual.

Representaram a Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis no evento os servidores, Miguel Augusto Forbeck Faraco – Secretário Executivo; Gilberto Brasil – Assessor Contábil; Luiz Antônio Gerardi – Assessor Contábil; Waldir Gorges Alves - Assessor Jurídico e os Prefeitos Municipais de Águas Mornas, Alfredo Wagner, Angelina, Anitápolis, Antônio Carlos, Biguaçu, Canelinha, Garopaba, Major Gercino, Paulo Lopes, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São João Batista e São Pedro de Alcântara, além de técnicos dos todos os Municípios da Região.

5.4.21 – CURSO “ISS X SUPERSIMPLES: O que fazer para evitar perda de receita.

Evento realizado no auditório do Conselho Regional de Contadores – CRC/SC em Florianópolis, no dia 09 de agosto promovido pela GRANFPOLIS, tendo sido abordados os seguintes temas:

1 – O SUPERSIMPLES

- 1.1 – Ementário do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
- 1.2 – Conteúdo Jurídico do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
- 1.3 – Normas Gerais relativas ao Tratamento Diferenciado e Favorecido a ser Dispensado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte;
- 1.4 – Gestão do Tratamento Diferenciado e Favorecido a ser Dispensado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte;
- 1.5 – Definição de Microempresa e de Empresa de Pequeno Porte;
- 1.6 – Definição de Receita Bruta;
- 1.7 – Não-inclusão no Regime Diferenciado e Favorecido a ser Dispensado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte;
- 1.8 – Exclusão no Regime Diferenciado e Favorecido a ser Dispensado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte;
- 1.9 – Vedações ao Ingresso no Regime Diferenciado e Favorecido a ser Dispensado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte;
- 1.10 – Tributos e Contribuições Inseridos no Regime Diferenciado e Favorecido a ser Dispensado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte;
- 1.11 – Enquadramento no Regime Diferenciado e Favorecido a ser Dispensado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte;
- 1.12 – Base de Cálculo e Alíquota do Regime Diferenciado e Favorecido a ser Dispensado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte;
- 1.13 – Opção pela Aplicação de Outras Faixas de Receita no Regime Diferenciado e Favorecido a ser Dispensado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte;
- 1.14 – Recolhimento dos Tributos Devidos no Regime Diferenciado e Favorecido a ser Dispensado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte;
- 1.15 – Repasse do Produto da Arrecadação dos Tributos Devidos no Regime Diferenciado e Favorecido a ser Dispensado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte;
- 1.16 – Créditos no Regime Diferenciado e Favorecido a ser Dispensado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte;
- 1.17 – Obrigações Fiscais Acessórias no Regime Diferenciado e Favorecido a ser Dispensado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte;
- 1.18 – Exclusão do Regime Diferenciado e Favorecido a ser Dispensado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte;

1.19 – Fiscalização do Regime Diferenciado e Favorecido a ser Dispensado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte;

1.20 – Omissão de Receita no Regime Diferenciado e Favorecido a ser Dispensado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte;

1.21 – Acréscimos Legais no Regime Diferenciado e Favorecido a ser Dispensado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

1.22 – Processo Administrativo Fiscal no Regime Diferenciado e Favorecido a ser Dispensado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte;

1.23 – Processo Judicial no Regime Diferenciado e Favorecido a ser Dispensado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte;

1.24 – Disposições Finais e Transitórias do Regime Diferenciado e Favorecido a ser Dispensado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte;

2 – O SUPERISSQN

2.1 – Estratégias Cadastrais

2.1.1 – Fazer a Exclusão, de Ofício, de Microempresas – MEs e Empresas de Pequeno Porte – EPPs no Supersimples

2.2 – Estratégias Tributárias;

2.3 – Estratégias Fiscais;

2.4 – Estratégias Arrecadacionais;

2.5 – Estratégias Procedimentais;

2.6 – Estratégias Políticas

Representaram a Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis no evento os Servidores: Miguel Augusto Forbeck Faraco – Secretário Executivo; Waldir Gorges Alves – Assessor Jurídico e Contadores Gilberto Brasil e Luiz Antônio Gerardi, além de representantes do Fisco dos 22 (vinte e dois) Municípios da Região.

5.4.22 – REUNIÃO DOS COLEGIADOS DE CONTADORES E CONTROLADORES INTERNOS

Realizada em Rio do Sul nos dias 13 e 14 de agosto, na Sede da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí para tratar dos seguintes temas:

- Detalhamento do Manual da Receita Pública;
- Detalhamento do Manual da Dívida Ativa;
- Avaliação do X Ciclo de Estudos do Controle da Administração Pública;
- Congresso Estadual de Contadores – 2008.

Representaram a Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis no evento os Contadores Gilberto Brasil e Luiz Antônio Gerardi.

5.4.23 – MOBILIZAÇÃO NACIONAL EM BRASÍLIA

Realizada por convocação da Confederação Nacional de Municípios – CNM no dia 29 de agosto, tendo por local o Auditório Petrônio Portela – Senado Federal para discussão dos seguintes temas:

- Lançamento da Campanha: Saúde, essa luta é dos Municípios – EC Nº 29 regulamentação já!;
- O aumento de 1% do FPM;
- A regulamentação dos precatórios (PEC 12/06);
- Piso Nacional do Professor;
- Transporte Escolar – Apresentar proposta final do Grupo de Trabalho para solucionar o problema;
- Emancipação de Municípios.

Representaram a Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis no evento o 2º Vice-Presidente Elmar Antônio Thiesen, Prefeito Municipal de Águas Mornas, acompanhado pelo Secretário Executivo Miguel Augusto Forbeck Faraco, pelos Prefeitos de Antônio Carlos, Governador Celso Ramos e São Pedro de Alcântara, além de Vereadores de São José e Técnicos da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos.

5.4.24 – “I CONFERÊNCIA MACRO-REGIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE”.

Realizada em Blumenau, nos dias 13 e 14 de setembro, visando tratar dos seguintes temas:

- Sistema Nacional de Atendimento Sócio Educativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento sócio educativo;
- Plano Nacional de Convivência familiar e comunitária;
- Orçamento criança e adolescente: garantia de direitos;

Na abertura do evento foi realizada a Conferência “Concretizar Direitos Humanos da Criança e do Adolescente: Investimento Obrigatório” pelo Juiz aposentado e filósofo – Pedro Caetano de Carvalho.

Representou a Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis no evento Assistente Social Kelly Cristina Wehmuth.

5.4.25 – SEMINÁRIO “SIMPLES NACIONAL EM DEBATE”

Evento realizado em Porto Alegre no dia 01 de outubro, nas dependências do Auditório Dante Barone na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, promotora do evento juntamente com a Associação dos Agentes Fiscais da Receita Municipal de Porto Alegre e da Fundação Escola Superior de Direito Tributário, tendo sido abordados os seguintes temas:

- O SIMPLES NACIONAL à luz da Constituição. Questões Polêmicas e Pacto Federativo;
- O Processo Tributário Administrativo. Consulta, fiscalização, lançamento, contencioso e repetição de indébito;
- Ingresso. Condições e Impedimentos. Desenquadramento. Causas e Efeitos.
- Obrigações Acessórias. Hipóteses e Limites. Efeitos do Descumprimento;
- Apuração. Créditos Fiscais no âmbito do ICMS, da COFINS e do PIS;
- Benefícios Fiscais Estaduais e Municipais.

Participou do evento representando a Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis, o Secretário Executivo Miguel Augusto Forbeck Faraco.

5.4.26 – XXXVI ENCONTRO ESTADUAL DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE

Evento realizado em Joaçaba-SC nos dias 03, 04 e 05 de outubro, tendo como local o Teatro Alfredo Sigwalt, sendo abordados os seguintes temas:

- Pacto pela Saúde em Santa Catarina: avanços e desafios na sua implantação;
- Desafios Diários dos Gestores Municipais de Saúde: dúvidas e possíveis soluções.

Na oportunidade foram realizadas reuniões da Comissão Estadual do SAMU, do Conselho de Representantes do COSENS/SC – Prévia da CIB/SC e da Comissão Intergestores Bipartite.

Representou a Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis a Administradora Teresinha Niehues.

5.4.27 – ENCONTRO NACIONAL DE GESTÃO SOCIAL

Evento realizado no período de 09 a 11 de outubro em Brasília, tendo por local as dependências do o Parla Mundi, para tratar dos seguintes assuntos:

- Balanço das políticas sociais;
- Estratégias para Implementação de Projetos Sociais, Gestão de Recursos e Formação de Parcerias;
- Desigualdade, Pobreza e Gênero.
 - que relação é essa?
 - uma análise da questão de gênero no Brasil.
- Empreendedorismo Social;
- Projetos Sociais e Gestão de Recursos;
- O Serviço Social na Gestão Social: o papel do profissional;
- Os objetivos de Desenvolvimento do Milênio;
- Tecnologia da Informação a serviço das políticas sociais;
- Responsabilidade Social no Brasil;
- Direitos Sociais Básicos;
- Administração e Sustentabilidade de ONGs e OSCIPs.

Representou a Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis no evento a Assistente Social Kelly Cristina Wehmuth.

5.4.28 – “XXI CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO TRIBUTÁRIO” – Sistema Tributário Brasileiro: uma visão do presente e do futuro.

Evento realizado em São Paulo no período de 17 a 19 de outubro, promovido pelo Instituto Geraldo Ataliba abordando os seguintes temas:

- O papel discursivo dos princípios da retórica jurídico-tributária;
- Sistema tributário brasileiro: alterações e proposta de reforma;
- Super Receita e Simples Nacional (Supersimples);

- Anteprojeto de reforma da lei de execuções fiscais. Anteprojeto da lei de transações fiscais;
- Direitos Humanos e Tributação;
- Eficiência Administrativa e Supressão de direitos do contribuinte;
- A não-acumulatividade das contribuições de PIS/CONFINS. A compensação de créditos entre os diversos regimes;
- Qualificação jurídica de “receita” em face das normas de incidência do IR, CSLL, PIS e COFINS;
- Contribuições Interventivas;
- Compensação de tributos – limites legais;
- Súmulas vinculantes em matéria tributária;
- Tribunais Administrativos. Competência. Missão constitucional e revisibilidade.

Representou a Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis no evento o Secretário Executivo Miguel Augusto Forbeck Faraco.

5.4.29 – XXXVII ENCONTRO DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Evento realizado em Criciúma nos dias 28, 29 e 30 de novembro, tendo por local o Teatro Municipal Elias Angeloni, sendo tratados os seguintes temas:

- Pacto de Gestão (financiamento);
- Palestras Motivacionais;
- Relação do Sistema Único de Saúde – SUS com a mídia;

O evento contou com a participação do Deputado Federal – CRS/ Darcísio Perardi, Presidente da Frente Parlamentar da Saúde.

Representou a Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis no evento a Administradora Teresinha Niehues.

5.5 - MOVIMENTO ECONÔMICO

No transcurso do exercício de 2007, foram repassadas aos técnicos das Prefeituras Municipais responsáveis pelo Movimento Econômico inúmeras orientações sobre os procedimentos relativos aos trabalhos de levantamento e análise dos dados (DIMES) fornecidos pelas empresas e pelos agricultores de cada Município da Microrregião.

Os técnicos e os representantes credenciados da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis – GRANFPOLIS participaram ativamente de cursos, reuniões, seminários e treinamentos para análise dos valores informados pelas empresas comerciais e industriais e pelos agricultores, fixando finalmente os índices definitivos para o exercício de 2008, com a publicação no Diário Oficial do Estado em 21 de dezembro de 2007, após apresentação e julgamento dos recursos em 1ª e 2ª Instâncias.

Assim, podemos afirmar que o trabalho profícuo realizado no decorrer de 2007 foi muito importante pois, levou a Região a obter um crescimento de 3,60%, mantendo a tendência de aumento desde, 2003, com a GRANFPOLIS permanecendo em 3º lugar dentre as 20 Associações de Municípios, conforme poderá ser observado nos quadros e gráficos a seguir:

**ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS
GRANFPOLIS**

**ÍNDICES DEFINITIVOS REFERENTES A PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NO PRODUTO
DA ARRECADAÇÃO DO ICMS PARA O EXERCÍCIO DE 2008**

BASE : ANOS 2005 e 2006 - APURAÇÃO 2007

EXERCÍCIO : 2008

MUNICÍPIO	TOTAL VALOR ADICIONADO/05 R\$	PARTICIPAÇÃO RELATIVA 2005	TOTAL VALOR ADICIONADO/06 R\$	PARTICIPAÇÃO RELATIVA 2006	ÍNDICES PARA 2008
ÁGUAS MORNAS	17.593.628	0,028900	16.972.732,33	0,023936	0,075130
ALFREDO WAGNER	55.773.211	0,091610	55.131.788,49	0,076796	0,127990
ANGELINA	18.586.431	0,030530	19.474.275,26	0,026346	0,077541
ANITÁPOLIS	7.994.001	0,013130	8.894.415,49	0,011687	0,062882
ANTÔNIO CARLOS	176.020.233	0,289120	155.453.985,52	0,229630	0,280824
BIGUAÇU	991.846.276	1,629170	907.309.656,54	1,315463	1,366658
CANELINHA	31.024.860	0,050960	34.819.108,73	0,045569	0,096763
FLORIANÓPOLIS	2.581.400.345	4,240120	2.894.774.548,83	3,789871	3,841065
GAROPABA	87.307.928	0,143410	87.850.003,84	0,121274	0,172469
GOV.CELSO RAMOS	17.739.537	0,029140	22.566.797,42	0,027879	0,079073
LEOBERTO LEAL	23.341.643	0,038340	21.486.526,72	0,031051	0,082246
MAJOR GERCINO	15.562.722	0,025560	15.522.323,85	0,021525	0,072719
NOVA TRENTO	47.799.969	0,078510	67.396.765,78	0,079649	0,130844
PALHOÇA	325.533.704	0,534710	405.143.122,46	0,505456	0,556650
PAULO LOPES	23.606.590	0,038780	24.405.306,25	0,033238	0,084432
RANCHO QUEIMADO	12.461.737	0,020470	12.854.255,76	0,017525	0,068720
STO AMARO IMPERATRIZ	48.443.384	0,079570	54.121.945,50	0,070981	0,122175
SÃO BONIFÁCIO	12.862.151	0,021130	11.752.830,37	0,017050	0,068244
SÃO JOÃO BATISTA	140.583.273	0,230920	166.787.764,36	0,212672	0,263867
SÃO JOSÉ	1.628.302.264	2,674590	1.727.029.616,05	2,322652	2,373846
SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA	7.379.853	0,012120	8.440.435,19	0,010946	0,062141
TIJUCAS	280.780.822	0,461200	307.765.209,68	0,407352	0,458546
TOTAL DA ASSOCIAÇÃO	6.551.944.564	10,761990	7.025.953.414	9,398546	10,52483

ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS
GRANFPOLIS

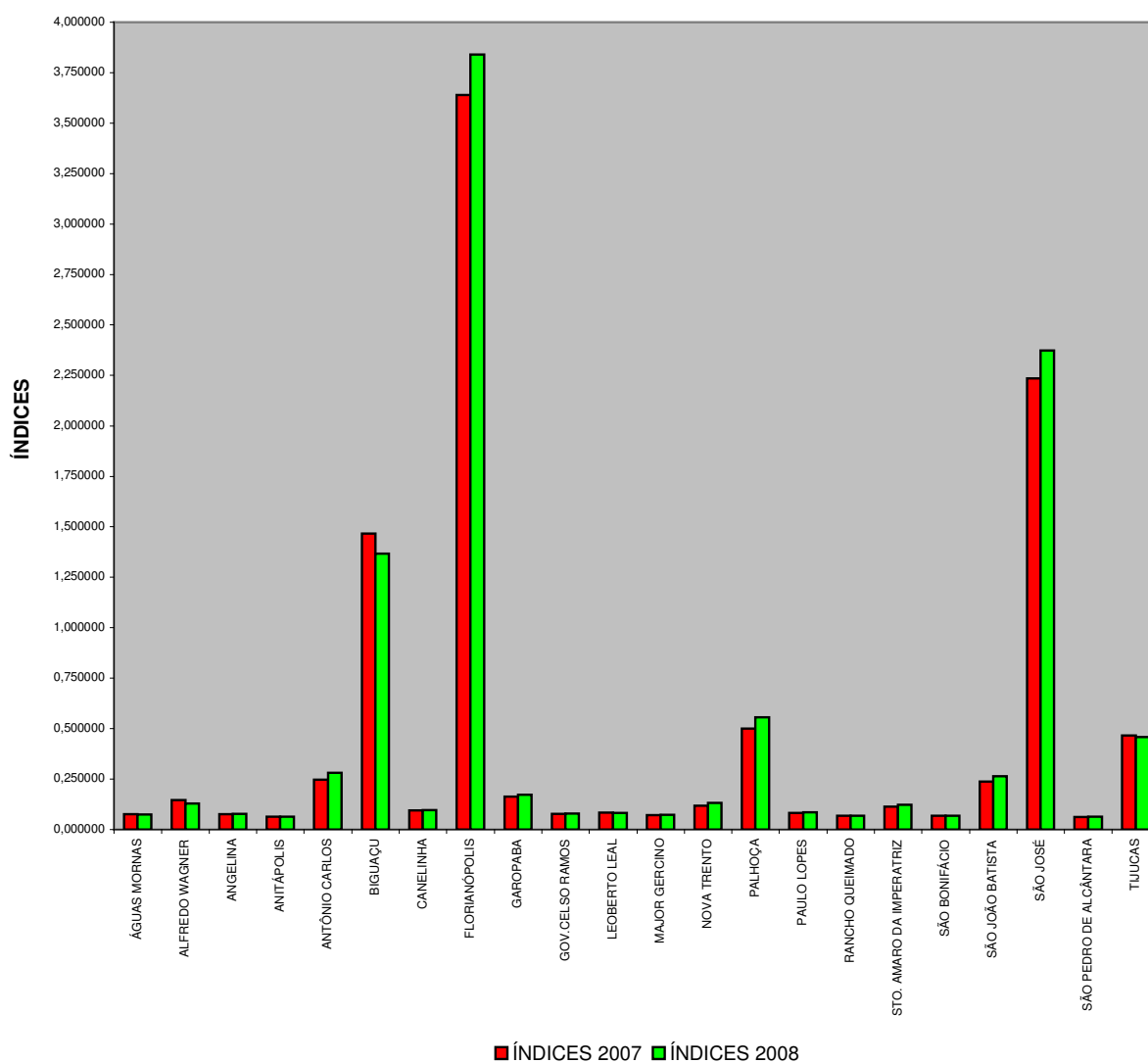
COMPARATIVO ENTRE ÍNDICE DE MUNICÍPIOS ANO 2008 E ANO 2007

VALOR FIXO/2008 = 15%

MUNICÍPIO	PARTICIPAÇÃO RELATIVA 2005	PARTICIPAÇÃO RELATIVA 2006	VARIAÇÃO %	ÍNDICES ANO 2007	ÍNDICES ANO 2008	VARIAÇÃO %
ÁGUAS MORNAS	0,024565	0,023307	-5,12	0,075370	0,075130	-0,32
ALFREDO WAGNER	0,077886	0,075706	-2,80	0,145810	0,127990	-12,22
ANGELINA	0,025951	0,026742	3,05	0,076130	0,077541	1,85
ANITÁPOLIS	0,011161	0,012214	9,44	0,063050	0,062882	-0,27
ANTÔNIO CARLOS	0,245795	0,213465	-13,15	0,247140	0,280824	13,63
BIGUAÇU	1,385033	1,245894	-10,05	1,465880	1,366658	-6,77
CANELINHA	0,043325	0,047813	10,36	0,094380	0,096763	2,53
FLORIANÓPOLIS	3,604714	3,975028	10,27	3,639400	3,841065	5,54
GAROPABA	0,121916	0,120633	-1,05	0,161380	0,172469	6,87
GOV.CELSO RAMOS	0,024769	0,030988	25,11	0,077190	0,079073	2,44
LEOBERTO LEAL	0,032598	0,029505	-9,49	0,083930	0,082246	-2,01
MAJOR GERCINO	0,021735	0,021315	-1,93	0,072010	0,072719	0,98
NOVA TRENTO	0,066751	0,092547	38,65	0,117940	0,130844	10,94
PALHOÇA	0,454580	0,556332	22,38	0,499570	0,556650	11,43
PAULO LOPES	0,032963	0,033513	1,67	0,081910	0,084432	3,08
RANCHO QUEIMADO	0,017400	0,017651	1,45	0,069250	0,068720	-0,77
STO. AMARO DA IMPERATRIZ	0,067643	0,074319	9,87	0,113030	0,122175	8,09
SÃO BONIFÁCIO	0,017961	0,016139	-10,14	0,068700	0,068244	-0,66
SÃO JOÃO BATISTA	0,196316	0,229029	16,66	0,236010	0,263867	11,80
SÃO JOSÉ	2,273793	2,371511	4,30	2,236090	2,373846	6,16
SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA	0,010302	0,011590	12,50	0,060770	0,062141	2,26
TIJUCAS	0,392088	0,422615	7,79	0,466320	0,458546	-1,67
TOTAL DA ASSOCIAÇÃO	9,14924	9,647853	5,45	10,151260	10,52483	3,68

Granf/Tabelas Relatório/Relat2.XLT

COMPARATIVO ENTRE ÍNDICES DE MUNICÍPIOS ANO 2008 / 2007



ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS
GRANFPOLIS

CLASSIFICAÇÃO EM RELAÇÃO AOS ÍNDICES DE REPASSE AOS MUNICÍPIOS PARA O ANO DE 2008

BASE: ANOS 2005 E 2006 - APURAÇÃO 2007

MUNICÍPIO	CLASSIFICAÇÃO		ÍNDICE	VARIÇÃO %
	ESTADO	GRANFPOLIS		
FLORIANÓPOLIS	005	001	3,841065	5,54
SÃO JOSÉ	006	002	2,373846	6,16
BIGUAÇU	011	003	1,366658	-6,77
PALHOÇA	029	004	0,556650	11,43
TIJUCAS	039	005	0,458546	-1,67
SÃO JOÃO BATISTA	064	006	0,263867	11,80
ANTÔNIO CARLOS	071	007	0,280824	13,63
GAROPABA	112	008	0,172469	6,87
NOVA TRENTO	137	009	0,130844	10,94
ALFREDO WAGNER	149	010	0,127990	-12,22
SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	151	011	0,122175	8,09
CANELINHA	192	012	0,096763	2,53
PAULO LOPES	222	013	0,084432	3,08
GOVERNADOR CELSO RAMOS	231	014	0,079073	2,44
LEOBERTO LEAL	234	015	0,082246	-2,01
ANGELINA	243	016	0,077541	1,85
AGUAS MORNAS	252	017	0,075130	-0,32
MAJOR GERCINO	259	018	0,072719	0,98
RANCHO QUEIMADO	269	019	0,068720	-0,77
SÃO BONIFÁCIO	270	020	0,068244	-0,66
ANITÁPOLIS	285	021	0,062882	-0,27
SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA	288	022	0,062141	2,26
TOTAL			10,524826	3,68

Granf/Tabelas Relatório/Relat6.XLS

ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS
GRANFPOLIS

EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES - PERÍODO DE 2004 A 2007 (EXERCÍCIO)

MUNICÍPIO	ANO BASE 2003 / EXERCÍCIO 2004		ANO BASE 2004 / EXERCÍCIO 2005		ANO BASE 2005 / EXERCÍCIO 2006		ANO BASE 2006 / EXERCÍCIO 2007	
	Índices para 2006	Classificação	Índices para 2006	Classificação	Índices para 2007	Classificação	Índices para 2008	Classificação
ÁGUAS MORNAS	0,07362	266	0,07400	264	0,07537	264	0,07513	262
ALFREDO WAGNER	0,13063	163	0,14927	141	0,14681	143	0,12799	149
ANGELINA	0,07031	266	0,07302	268	0,07613	251	0,07764	243
ANITÁPOLIS	0,06416	263	0,06379	288	0,06306	286	0,06288	286
ANTÔNIO CARLOS	0,23921	080	0,22654	086	0,24714	080	0,28082	071
BIGUAÇU	1,03866	017	1,30096	012	1,46688	012	1,36666	011
CANELINHA	0,09564	202	0,09460	213	0,09438	213	0,09676	192
FLORIANÓPOLIS	3,57837	006	3,54984	006	3,63940	005	3,84107	006
GAROPABA	0,11667	171	0,13690	152	0,16138	132	0,17247	112
GOVERNADOR CELSO RAMOS	0,07866	240	0,07867	242	0,07719	248	0,07907	231
LEONARDO LEAL	0,07867	239	0,08183	234	0,08393	228	0,08225	234
MAJOR GERCINO	0,06721	271	0,06909	270	0,07201	262	0,07272	269
NOVA TRENTO	0,11193	176	0,11696	177	0,11794	172	0,13084	137
PALHOÇA	0,62036	040	0,60763	040	0,49967	039	0,56666	029
PAULO LOPES	0,08662	219	0,08170	236	0,08191	234	0,08448	222
RANCHO QUEIMADO	0,06438	281	0,06819	272	0,06825	271	0,06872	269
SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	0,11319	173	0,10906	194	0,11303	181	0,12218	161
SÃO BONIFÁCIO	0,06486	279	0,06691	276	0,06870	273	0,06824	270
SÃO JOÃO BATISTA	0,19049	106	0,21266	063	0,23601	064	0,26387	064
SÃO JOSÉ	2,16641	006	2,16292	006	2,23609	006	2,37386	006
SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA	0,06906	292	0,06962	292	0,06077	291	0,06214	288
TIJUCAS	0,57796	038	0,52482	038	0,46632	040	0,46866	039
TOTAL GRANFPOLIS	9,56982		9,88676		10,15126		10,52483	

Gráfico sobre a Prestação de Contas

ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS
GRANFPOLIS

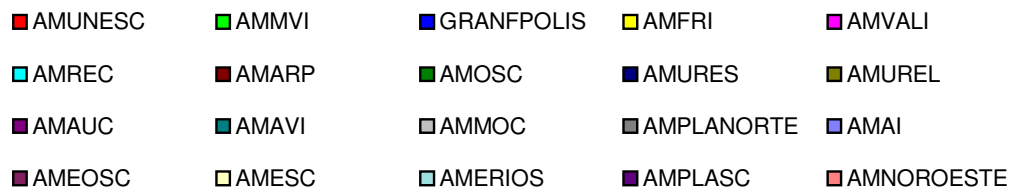
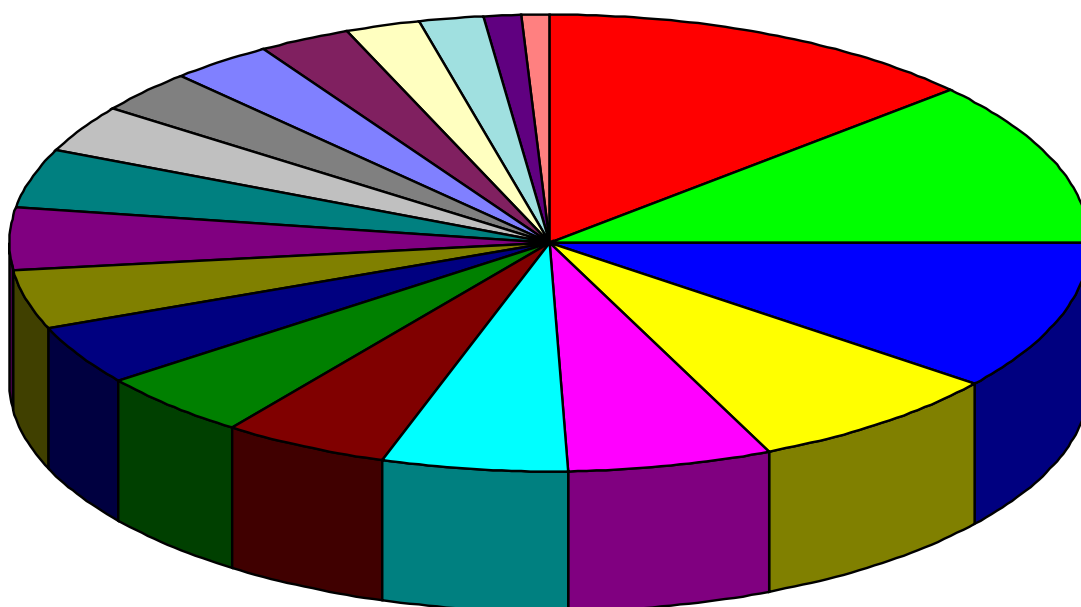
ÍNDICES DEFINITIVOS REFERENTES A PARTICIPAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS
NO PRODUTO DA ARRECADAÇÃO DO ICMS PARA O EXERCÍCIO DE 2008

BASE : ANOS 2005 e 2006 - APURAÇÃO 2007

EXERCÍCIO : 2008

ASSOCIAÇÃO	TOTAL VALOR ADICIONADO/05 R\$	PARTICIPAÇÃO RELATIVA 2005	TOTAL VALOR ADICIONADO/06 R\$	PARTICIPAÇÃO RELATIVA 2006	ÍNDICE PARA 2008
AMUNESC	9.047.120.950	12,633567	9.647.694.112	13,247958	13,401513
AMMVI	7.614.913.903	10,633602	8.280.839.727	11,371029	11,719039
GRANFPOLIS	6.551.944.564	9,149239	7.025.953.414	9,647853	10,524826
AMFRI	5.308.099.018	7,440288	4.984.277.543	6,844278	7,705423
AMVALI	4.011.696.243	5,602002	4.435.102.148	6,090165	6,204445
AMREC	3.397.836.456	4,744802	3.516.484.900	4,828744	5,349913
AMARP	3.130.440.227	4,371414	2.944.853.304	4,043794	5,180300
AMOSC	2.584.690.364	3,609296	2.545.876.341	3,495930	4,576503
AMURES	2.443.830.655	3,384641	2.443.188.956	3,354922	4,291283
AMUREL	2.404.401.641	3,357534	2.397.720.727	3,292486	4,195317
AMAUC	2.658.404.789	3,712239	2.318.869.187	3,184210	4,267337
AMAVI	2.106.053.572	2,940915	2.135.159.320	2,931944	4,369877
AMMOC	1.968.071.838	2,748246	1.840.261.151	2,526998	3,303151
AMPLANORTE	2.594.218.767	2,394867	1.733.418.581	2,380284	2,899521
AMAI	1.275.373.014	2,498082	1.627.447.928	2,234768	3,083149
AMEOSC	1.124.587.975	1,780946	1.262.221.448	1,733249	2,729794
AMESC	918.980.746	1,570401	1.093.818.749	1,502003	2,304120
AMERIOS	796.028.672	1,047608	766.726.344	1,052848	1,869341
AMPLASC	541.192.303	0,755735	487.333.024	0,669193	1,070826
AMNOROESTE	402.469.509	0,624580	413.162.467	0,567344	0,954324
TOTAL DO ESTADO	60.880.355.205	85,000000	61.900.409.369	85,000000	100,000000

DISTRIBUIÇÃO DO I.C.M.S. POR ASSOCIAÇÕES



6 - ATIVIDADES DAS ASSESSORIAS TÉCNICAS

6.1 - ASSESSORIA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, CONTÁBEIS, FINANCEIROS E DE INFORMÁTICA

A Assessoria para Assuntos Administrativos, Contábeis, Financeiros e de Informática continuou, no exercício de 2007, o seu habitual trabalho de orientação aos setores de contabilidade, controle interno e vários outros da Administração Pública Municipal.

Acompanhamos a tramitação dos processos das Contas Anuais dos Municípios no Tribunal de Contas do Estado, onde foram obtidas 21 recomendações às Câmaras Municipais pela aprovação e apenas uma recomendação para rejeição. Sendo que esta, a Associação já está auxiliando no pedido de reapreciação.

A Associação dos Municípios manteve sua representação no Colégio Estadual de Contadores e de Controladores Internos da FECAM, participando de várias reuniões no Estado e de encontros com o TCE/SC para uniformizar e até mesmo propor alterações de entendimentos e procedimentos contábeis.

Um novo desafio será enfrentado pela Assessoria no exercício de 2008: o apoio na implantação no novo Plano de Contas do TCE/SC que está sendo exigido nos moldes do Plano de Contas da União.

A Assessoria ao Movimento Econômico dos Municípios, também recebeu atenção especial da equipe técnica, com a elaboração de recursos em 1ª instância da DIME/2007, para os Municípios Alfredo Wagner, Anitápolis, Garopaba e Leoberto Leal e em 2ª instância para o Município de Alfredo Wagner onde obtivemos resultados positivos nos seus deferimentos.

A seguir, de forma reduzida, para fins de registro, relacionamos algumas das atividades desenvolvidas no exercício de 2007:

ÁGUAS MORNAS

- 1 - Orientação sobre mudança de Alíquota do SAT.
- 2 - Orientação sobre pagamento de impostos para outros entes públicos.
- 3 - Orientação sobre contabilização do ISS oriundo do Simples Nacional.
- 4 - Orientação sobre criação de elemento de despesa no sistema de contabilidade.
- 5 - Orientação sobre nova importação de saldos iniciais para correção de históricos de receitas no sistema de contabilidade
- 6 - Atualização e orientação para enviar o arquivo das notas das Notas de Produtor Rural pelo sistema SISRURAL.
- 7 - Conversão do Sistema de Controle e Emissão das Notas de Produtor Rural – SISRURAL para o SisruralWeb, atualização e orientação para sua utilização (por telefone).

ALFREDO WAGNER

- 1 - Orientação sobre a possibilidade e a operacionalização de anulação de dotação da Câmara e suplementação na Prefeitura.
- 2 - Orientação sobre o cálculo da Receita Corrente Líquida.
- 3 - Orientação sobre a regulamentação e diferenças entre FUNDEF e FUNDEB,
- 4 - Orientação de regularidade de despesas no legislativo municipal.
- 5 - Orientação sobre a regularização de inscrição de Dívida Ativa do extinto RPPS.
- 6 - Orientação sobre possibilidade e contabilização do "leilão" da conta salários.

- 7 - Orientação sobre aplicação de recursos do FUNDEB em despesas com pessoal.
- 8 - Orientação sobre a classificação de receita orçamentária de convênio.
- 9 - Atualização e orientação para baixar as notas do Sistema de Emissão das Notas de Produtor Rural – SISRURAL (“In loco” em 09/02/2007).
- 10 - Elaboração e Apresentação de Recursos em 1ª e 2ª Instância de Empresas com sede no Município para o Movimento Econômico do ano base de 2006 exercício de 2007.

ANGELINA

- 1 - Orientação sobre bloqueio de dotações orçamentárias para o TCE/SC.
- 2 - Orientação sobre regularidade de Despesas
- 3 - Atendimento ao Contador da Câmara Municipal para repassar suas obrigações frente ao Legislativo.
- 4 - Orientação sobre o relacionamento do plano de contas do Município com a Portaria STN 101/07.
- 5 - Orientação sobre alteração orçamentária por fonte de recursos.
- 6 - Orientação sobre a possibilidade de receber prestações de contas com notas fiscais fotocopiadas.
- 7 - Auxílio na resposta de Diligência do TCE/SC sobre a Taxa de Administração do RPPS.
- 8 - Orientação à Câmara Municipal, sobre as fases de despesa e datas de emissão de empenhos, liquidações e documentos fiscais.
- 9 - Orientação sobre relação de contribuições previdenciárias para o INSS e RPPS.
- 10 - Orientação à Câmara Municipal, sobre lançamentos de conciliação bancária e despesas extra-orçamentárias.
- 11 - Orientação sobre prestação de contas de recursos de Assistência Social.
- 12 - Orientação sobre regularização contábil e tributária de cobrança de imposto de exercício anterior devido a falha no sistema.
- 13 - Orientação à Câmara Municipal, sobre prestação de contas ao Executivo.
- 14 - Orientação sobre classificação de despesas nos adiantamentos.
- 15 - Orientação sobre regularização de saldo indevido na conta Responsabilidades Financeiras.
- 16 - Orientação à Câmara Municipal sobre geração do e-Sfinge do TCE/SC.
- 17 - Orientação sobre contabilização de restituição de receitas públicas.
- 18 - Orientação sobre obrigatoriedade de apresentação de DCTF da Receita Federal.
- 19 - Elaboração dos lançamentos contábeis relativos a contabilização do Cálculo Atuarial no RPPS.
- 20 - Orientação sobre classificação de despesas para Câmara Municipal.
- 21 - Recuperação do Banco Dados do Sistema de Emissão das Notas de Produtor Rural - SISRURAL.

ANITÁPOLIS

- 1 - Orientação sobre Revisão Geral Anual de acordo com a Constituição Federal.
- 2 - Orientação sobre necessidade e emissão de CNPJ para a Câmara Municipal.
- 3 - Orientação sobre contabilização e providências relativas ao Simples Nacional.
- 4 - Orientação sobre envio de dados para o TCE/SC via e-Sfinge.
- 5 - Orientação sobre condições para firmar convênio e sua respectiva prestação de contas.
- 6 - Orientação sobre retenção de imposto de renda.
- 7 - Orientação sobre classificação de despesas.
- 8 - Atualização e orientação para baixar as notas do Sistema de Emissão das Notas de Produtor Rural – SISRURAL.
- 9 - Correção para envio do arquivo da DIME da Exatoria do ano base de 2006 exercício de 2007.
- 10 - Instalação e atualização da FAC.
- 11 - Elaboração e Apresentação de Recurso em 1ª Instância da unidade Conveniada do Município para o Movimento Econômico do ano base de 2006 exercício de 2007.

ANTÔNIO CARLOS

- 1 - Orientação sobre a possibilidade de pagamento de Sessões Extraordinárias.
- 2 - Viagem ao Município para elaborar documentos para contratação de operação de crédito.
- 3 - Viagem ao Município para orientar a elaboração de rotina e implantação do setor de compras.
- 4 - Orientação sobre formas e possibilidades de contratação de pessoal ou terceirização.

- 5 - Orientação para correção de erro no e-Sfinge.
- 6 - Atualização e orientação para enviar o arquivo das notas de Produtor Rural.
- 7 - Conversão do Sistema de Controle e Emissão das Notas de Produtor Rural – SISRURAL para o Sisrural/Web, atualização e orientação para utilização ("in loco" em 26/11/2007).

BIGUAÇU

- 1 - Orientação ao Fundo Municipal de Saúde sobre classificação das despesas.
- 2 - Orientação ao Fundo Municipal de Saúde sobre classificação de despesas públicas.
- 3 - Orientação ao Fundo Municipal de Saúde sobre definição de objeto de licitação.
- 4 - Orientação ao Fundo Municipal de Saúde sobre roteiros e comprovantes exigidos no pagamento de diárias.
- 5 - Orientação sobre condições para transferência de recursos a instituições privadas.
- 6 - Orientação sobre a redistribuição dos recursos do FUNDEB para os Municípios.
- 7 - Orientação sobre formação da codificação e operacionalização das destinações de recursos.
- 8 - Repassando informações sobre os gastos com ações e serviços públicos de saúde.
- 9 - Correção da massa de dados do Sistema de Controle e Emissão das Notas de Produtor Rural – SISRURAL.
- 10 - Atualização e orientação para enviar o arquivo das notas de Produtor Rural.

CANELINHA

- 1 - Orientação sobre regularidade de despesas públicas.
- 2 - Orientação sobre o entendimento das diferenças entre obras e serviços nos processos licitatórios.
- 3 - Orientação sobre cadastros de licitações para o e-Sfinge do TCE/SC.
- 4 - Orientação sobre contabilização das despesas com pessoal.
- 5 - Orientação sobre contabilização de Dação em Pagamento.
- 6 - Orientação sobre contabilização e procedimentos para apuração de Despesas de Exercícios anteriores.
- 7 - Orientação sobre classificação de despesas.
- 8 - Orientação sobre repercussão nos limites de gasto com folha de pagamento da Câmara Municipal relativamente a alteração orçamentária.
- 9 - Orientação sobre contabilização e utilização de recursos de indenização de seguro de veículo.
- 10 - Orientação sobre a possibilidade de reabertura de crédito especial aberto nos últimos quatro meses do exercício anterior.
- 11 - Orientação sobre coeficientes do FPM e apuração do excesso de arrecadação.
- 12 - Orientação sobre alteração da alíquota do SAT.
- 13 - Orientação sobre despesas classificáveis como educação.
- 14 - Orientação sobre abertura de crédito suplementar por fonte de recursos.
- 15 - Orientação sobre o número mínimo de participantes em processos licitatórios.
- 16 - Orientação sobre contabilização dos recursos da Saúde por Blocos de Financiamento.
- 17 - Orientação sobre contabilização de ajustes na receita do IPVA.
- 18 - Orientação sobre a possibilidade de acumulação de cargos públicos.
- 19 - Orientações sobre o cadastramento das Notas de Produtor Rural.
- 20 - Orientações sobre o cadastramento no e-Sfinge de Processo Licitatórios na modalidade Concorrência.
- 21 - Orientações sobre o preenchimento da DIME da exatária do exercício de 2007.
- 22 - Orientações para cadastramento de Produtores Rurais no sistema da Fazenda Estadual – FAC.
- 23 - Orientações sobre a digitação (baixa) das Notas de Produtor Rural.
- 24 - Recuperação do banco de Dados do Sistema de Emissão das Notas de Produtor Rural – SISRURAL.
- 25 - Atualização e orientação para enviar o arquivo das notas de Produtor Rural.

FLORIANÓPOLIS

- 1 - Orientação sobre contabilização de parcelamento junto ao Instituto de Previdência.
- 2 - Orientação sobre contabilização e criação do orçamento do Instituto de Previdência.

- 3 - Orientação sobre a Modalidade “91” na classificação da despesa pública.
- 4 - Orientação sobre preenchimento da DCTF da Receita Federal.
- 5 - Orientação sobre a contabilização de devolução de receita.
- 6 - Orientação sobre lançamentos de regularização das receitas do FUNDEF em relação ao FUNDEB.
- 7 - Orientação sobre a possibilidade de transferências bancárias da conta FUNDEB para pagamento da folha de salários.
- 8 - Orientação sobre lançamentos das receitas do ISS oriundos do Simples Nacional.
- 9 - Orientação sobre ajuste de lançamento de receita de IPVA.
- 10 - Orientação sobre incorporação de bens no sistema patrimonial de Fundos Municipais.
- 11 - Orientação sobre obrigatoriedade e preenchimento da DCTF da Receita Federal.
- 12 - Orientação sobre elaboração do Demonstrativo de Pessoal – Anexo I do Relatório de Gestão Fiscal.
- 13 - Orientação sobre prazos de recolhimento do PASEP.
- 14 - Atualização da massa de dados e orientações para utilização do Sistema do Movimento Econômico – DIME 2007.

GAROPABA

- 1 - Orientação sobre encerramento do exercício de 2006 e abertura do ano de 2007.
- 2 - Geração do sistema e-SFINGE durante o exercício de 2007.
- 3 - Orientação sobre classificação da despesa, segundo a Portaria 163/01 e suas alterações.
- 4 - Orientação sobre classificação da receita, segundo a Portaria 340/06.
- 5 - Análise do FUNDEB, das despesas com pessoal, saúde e comportamento orçamentário e financeiro durante o exercício de 2007.
- 6 - Elaboração de documentos contábeis.
- 7 - Elaboração dos relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- 8 - Orientação a Câmara Municipal sobre possibilidade de gastos do Legislativo.
- 9 - Elaboração do SIOP'S.
- 10 - Elaboração da coleta de dados contábeis para CEF com base na Lei de Responsabilidade Fiscal.
- 11 - Resposta de Relatório do TCE/SC.
- 12 - Participação na elaboração do orçamento para 2008.
- 13 - Elaboração do SIOPE.
- 14 - Instalação do Sistema de Emissão das Notas de Produtor Rural – SISRURAL, da Ficha de Atualização Cadastral – FAC, Sistema da Secretaria do Estado da Fazenda e Treinamento de pessoal (“in loco” em 04/06/2007).
- 15 - Elaboração e Apresentação de Recursos em 1ª Instância de Empresas e da Unidade Conveniada do Município para o Movimento Econômico do ano base de 2006 exercício de 2007.

GOVERNADOR CELSO RAMOS

- 1 - Orientação sobre a contabilização da regularização da receita do FUNDEF em relação ao FUNDEB
- 2 - Orientação sobre preenchimento da DCTF da Receita Federal.
- 3 - Orientação sobre responsabilidade de preenchimento da e-Sfinge Obras do TCE/SC.
- 4 - Orientação sobre regularidade de despesas públicas.
- 5 - Orientação sobre a composição do limite constitucional de repasse de recursos à Câmara Municipal.
- 6 - Orientação sobre a contabilização da compensação do INSS referente aos Agentes Políticos.
- 7 - Orientação sobre a obrigatoriedade de criação de CNPJ para o Fundo Municipal de Saúde e sua operacionalização.
- 8 - Atualização do Sistema de Emissão das Notas de Produtor Rural – SISRURAL e configuração da impressora (“in loco” em 17/04/2007).
- 9 - Orientação para utilização do Sistema de Emissão das Notas de Produtor Rural – SISRURAL, realizado na sede da GRANFPOLIS em 29/05/2007.

LEOBERTO LEAL

- 1 - Orientação sobre cancelamento de restos a pagar;
- 2 - Orientação sobre contabilização de convênio em relação as fontes de recursos.
- 3 - Orientação sobre o cálculo da Receita Corrente Líquida.
- 4 - Orientação sobre contratação de empresa para instalação de INTERNET e extensão de rede de energia elétrica.
- 5 - Auxílio em resposta de Relatório do TCE/SC para Câmara Municipal.
- 6 - Orientação sobre contabilização de restituição de despesa com telefone.
- 7 - Orientação sobre contabilização de devolução de recursos de convênios.
- 8 - Orientação sobre transporte escolar para o ensino superior.
- 9 - Orientação sobre limites de gasto com pessoal no legislativo.
- 10 - Orientação sobre contabilização de ajuste de receita de IPI.
- 11 - Orientação sobre abertura de crédito adicional suplementar por fonte de recursos.
- 12 - Orientação sobre informações do movimento da dívida pública para o e-Sfinge do TCE/SC.
- 13 - Orientação sobre preenchimento da DCTF da Receita Federal.
- 14 - Orientação sobre alteração orçamentária com relação as modificações no PPA e LDO.
- 15 - Orientação sobre a Aplicação dos Recursos do Transporte Escolar, oriundos do FNDE – PNATE.
- 16 - Orientação sobre o relacionamento de rubricas com as rubricas da e-Sfinge do TCE/SC.
- 17 - Orientação sobre classificação e formas de contratar despesas para classificação rural.
- 18 - Identificação e correção de diferença apurada pelo TCE/SC entre o Balanço Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais.
- 19 - Orientação sobre a necessidade de vinculação dos recursos do ICMS Exportação.
- 20 - Orientação sobre elaboração do Demonstrativo do Impacto Orçamentário e Financeiro para Expansão da Ação Governamental.
- 21 - Orientação sobre preenchimento do SISTN da CEF.
- 22 - Orientação sobre alteração orçamentária por Superávit Financeiro.
- 23 - Orientação sobre a contabilização dos ajustes de receitas do FUNDEB em relação ao FUNDEF.
- 24 - Orientação sobre pagamento de fatura telefônica fora do BESC.
- 25 - Orientação sobre classificação de receitas.
- 26 - Orientação sobre cadastramento de contratos para o e-Sfinge do TCE/SC.
- 27 - Orientação sobre a possibilidade de firmar convênio para ocupar patrimônio de particular.
- 28 - Orientação sobre cadastramento das novas fontes de recursos para elaboração da LDO e orçamento 2008.
- 29 - Orientação sobre elaboração da DCTF da Receita Federal.
- 30 - Orientação sobre cadastramento de pessoal para e-Sfinge do TCE/SC da Câmara Municipal.
- 31 - Atualização e orientação para baixar as notas do Sistema de Emissão das Notas de Produtor Rural – SISRURAL (Realizado no Município de Alfredo Wagner em 09/02/2007).
- 32 - Orientação para cadastramento de dotação orçamentária no sistema e-Sfinge do TCE-SC.
- 33 - Transferências de arquivos via FTP para a BETHA Sistemas.
- 34 - Atendimento ao Sr. Júlio, Diretor de Controle Interno, no dia 30/03/2007 para transferências dos arquivos do e-Sfinge do 1º Bimestre/2007 para o TCE/SC.
- 35 - Recuperação do banco de dados do sistema de Emissão das Notas de Produtor Rural – SISRURAL.
- 36 - Orientação e transmissão dos dados do e-Sfinge do 2º Bimestre para o TCE/SC, por conta de problemas de conexão com a INTERNET no Município com o Sr. Júlio, Diretor de Controle Interno, em 11/07/07.
- 37 - Atendimento ao Sr. Júlio, Diretor de Controle Interno, para transferências dos arquivos do e-Sfinge do 3º Bimestre/2007 para TCE/SC em 20/08/2007.
- 38 - Elaboração e apresentação de Recurso em 1ª Instância de Empresa com sede no Município para o Movimento Econômico do ano base de 2006 exercício de 2007.
- 39 - Orientação sobre instrumentos legais para alteração orçamentária da Câmara Municipal.

MAJOR GERCINO

- 1 - Orientação sobre criação de gratificação para servidores.
- 2 - Orientação sobre a possibilidade e forma de anulação de dotação aberta por crédito adicional especial.

- 3 - Instalação e atualização do Sistema de Emissão das Notas de Produtor Rural – SISRURAL em um novo computador (na sede da GRANFPOLIS).

NOVA TRENTO

- 1 – Orientação sobre contabilização da Previdência Municipal na Câmara Municipal.
- 2 – Orientação sobre a forma de contabilização da receita de ISS.
- 3 – Orientação sobre as fases de despesa pública e datas para emissão do empenho, liquidação e documentos fiscais para Câmara Municipal.
- 4 – Orientação sobre a forma de regularização de parcelamento indevido.
- 5 – Orientação sobre preenchimento dos Demonstrativos Previdenciários.
- 6 - Orientação à Câmara Municipal, sobre preenchimento do e-Sfinge do TCE/SC.
- 7 – Orientação sobre ajustes na contabilização da receita de IPI.
- 8 – Orientação sobre renúncia de Receita frente ao LRF.
- 9 – Orientação sobre cancelamento de Dívida – DDO.
- 10 – Orientação à Secretaria de Educação sobre FUNDEB.
- 11 – Orientação à Câmara Municipal sobre composição do Balancete Mensal.
- 12 – Orientação sobre preenchimento do DCTF da Receita Federal.
- 13 – Orientação sobre a contabilização dos ajustes da receita do FUNDEB em relação ao FUNDEF.
- 14 – Orientação sobre solicitação de CNPJ próprio para o Fundo Municipal de Saúde.
- 15 – Orientação sobre procedimentos de contabilização das faltas na folha de pagamento.
- 16 – Orientação sobre critérios de apuração e contabilização de despesas de exercícios anteriores.
- 17 – Orientação sobre a contabilização da compensação do INSS dos Agentes Políticos.
- 18 – Orientação no SAMAE, sobre geração do e-Sfinge do TCE/SC.
- 19 – Orientação sobre lançamento das Provisões para perdas em Investimentos no Instituto de Previdência.
- 20 – Orientação à Câmara Municipal sobre procedimentos para a criação e extinção de cargos.
- 21 – Orientação à Câmara Municipal sobre empenhamento de Rescisão Contratual.
- 22 – Orientação sobre a possibilidade de recebimento de patrocínio e contabilização das despesas de festa no Município.
- 23 – Orientação sobre exigência. Conteúdo e prazos de apresentação de Declaração de Bens.
- 24 – Orientação sobre definição do local das Audiências Públicas.
- 25 – Orientação sobre empenhamento da contribuição patronal para o RPPS.
- 26 – Orientação sobre pagamento de PASEP aos servidores em convênio com o Banco do Brasil.
- 27 – Orientação sobre resposta de Diligência do TCE/SC sobre as contas de 2006.
- 28 – Orientação à Câmara Municipal sobre as fases da Despesa Pública.
- 29 – Orientação à Câmara Municipal sobre cadastramento de concurso para o e-Sfinge do TCE/SC.
- 30 – Orientação sobre elaboração de PPA.
- 31 – Orientação à Câmara Municipal sobre contabilização, análise e procedimento de Adiantamento de Recursos.
- 33 – Orientação para utilização, na mesma obra, dos rendimentos de aplicação de recursos de convênio.
- 34 – Orientação para devolução de recursos de convênio.
- 35 – Atualização de valores pelo índice INPC da diferença de salário de funcionário da Prefeitura Municipal.

PALHOÇA

- 1 - Orientação à Câmara Municipal, sobre controle da Frota Municipal.
- 2 - Orientação sobre classificação de Despesas Públicas.
- 3 - Orientação sobre processo licitatório para contratação de vigilância eletrônica para saúde.
- 4 - Orientação sobre atendimento e contabilização de cálculo atuarial no RPPS.
- 5 - Orientação sobre acompanhamento da contribuição patronal para o RPPS.
- 6 - Orientação sobre obrigatoriedade do pregão nas despesas públicas.
- 7 - Orientação sobre bases de cálculo de INSS e IRRF.
- 8 - Palestra aos Conselheiros de Educação sobre o FUNDEB.
- 9 - Instalação e Treinamento de pessoal para o Sistema de Emissão das Notas de Produtor Rural – SISRURAL (“In loco” em 06/02/2007).

- 10 - Orientações sobre o cadastramento de informações contábeis no e-Sfinge de 2007.
- 11 - Atualização do Sistema de Emissão das Notas de Produtor Rural – SISRURAL e configuração da impressora ("in loco" em 18/04/2007).
- 12 - Esclarecimentos sobre o Decreto 6.170 de 25/07/2007 referente a Prestação de Contas de Recursos Federais.

PAULO LOPES

- 1 - Encerramento da contabilidade do exercício de 2006 e abertura do ano 2007.
- 2 - Geração do e-SFINGE do TCE durante o exercício de 2007.
- 3 - Orientação sobre classificação da despesa, segundo a Portaria 163/01 e suas alterações.
- 4 - Orientação sobre classificação da receita, segundo a Portaria 340/06.
- 5 - Análise do FUNDEB, gastos com pessoal, saúde e do comportamento orçamentário e financeiro durante o ano de 2007.
- 6 - Elaboração de documentos contábeis.
- 7 - Auxílio na conciliação bancária.
- 8 - Auxílio na elaboração de processos licitatórios.
- 9 - Elaboração dos relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- 10 - Elaboração de relatório ao TCE/SC sobre informações relacionadas a gastos com pessoal, saúde, educação, etc.
- 11 - Elaboração do SIOPS.
- 12 - Elaboração da Coleta de Dados contábeis para CEF com base na Lei de Responsabilidade Fiscal.
- 13 - Auxílio na elaboração do Orçamento e Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2008.
- 14 - Resposta de relatórios do TCE/SC.
- 15 - Elaboração do SIOPE
- 16 - Orientação para utilização do Sistema da Fazenda Estadual - FAC.
- 17 - Orientações para cadastramento de Produtores Rurais no sistema da Fazenda Estadual - FAC.
- 18 - Recuperação do banco de Dados e Atualização do Sistema de Emissão das Notas de Produtor Rural – SISRURAL.

RANCHO QUEIMADO

- 1 – Orientação sobre resolução de inconsistências apresentadas no e-SFINGE do TCE/SC.
- 2 – Orientação sobre controles, limites de gastos com saúde.
- 3 – Orientação sobre contratos e licitações.
- 4 – Orientação sobre cadastramento de atos de pessoal no e-SFINGE do TCE/SC.
- 5 – Atualização do Sistema de Emissão das Notas de Produtor Rural – SISRURAL ("In loco" em 19/04/2007).
- 6 – Geração do e-SFINGE do TCE/SC durante o exercício de 2007.
- 7 – Elaboração de documentos contábeis.
- 8 – Auxílio na elaboração de Processos Licitatórios.
- 9 – Auxílio na elaboração dos Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- 10 – Elaboração dos Relatórios do Controle Interno.
- 11 – Auxílio na elaboração da Lei das Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2008.
- 12 – Participação em dois Processos Licitatórios na Modalidade de Pregão como Pregoeiro Oficial.

SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

- 1 - Auxílio à Câmara Municipal em resposta de Relatórios do TCE/SC.
- 2 - Orientação sobre cobrança de IPTU e lançamento na receita.
- 3 - Orientação sobre contabilização do ISS oriundo do Simples Nacional.
- 4 - Orientação sobre processo licitatório e contrato de locação de imóvel para Câmara Municipal.
- 5 - Atualização do Sistema de Emissão das Notas de Produtor Rural – SISRURAL ("In loco" em 16/04/2007).
- 6 - Orientações sobre o cadastramento de bens patrimoniais no sistema BETHA Patrimônio.
- 7 - Esclarecimento sobre os tipos de bens.

SÃO BONIFÁCIO

- 1 - Orientação sobre elaboração de processos licitatórios.
- 2 - Orientação sobre obrigatoriedade de utilização do Pregão nas compras públicas.
- 3 - Orientação sobre entendimento de despesas com medicamentos a serem classificadas como Saúde ou Assistência Social.
- 4 - Orientação sobre digitação do Relatório de Gestão Fiscal no SISTN da CEF.
- 5 - Orientação sobre a possibilidade de aditivo contratual de até 25% nas compras.
- 6 - Orientação sobre a possibilidade e procedimentos para particular explorar bem público.
- 7 - Orientação sobre lançamento da Receita do ISS oriunda do Simples Nacional.
- 8 - Recuperação do banco de Dados do Sistema de Emissão das Notas de Produtor Rural – SISRURAL.
- 9 - Instalação do Sistema de Emissão das Notas de Produtor Rural – SISRURAL em um novo computador e Treinamento de pessoal (“in loco” em 15/05/2007).
- 10 - Esclarecimento sobre as inconsistências do Sistema e-SFINGE do TCE/SC.

SÃO JOÃO BATISTA

- 1 - Orientação sobre resposta de ofício do TCE/SC solicitando informações.
- 2 - Orientação sobre possibilidade e forma de concessão de valores para construção de casas populares.
- 3 - Orientação sobre contabilização de devolução de recursos de convênio.
- 4 - Orientação sobre ajuste de contabilização de receita do IPI.
- 5 - Orientação sobre abertura de Crédito Adicional no SISAM.
- 6 - Orientação sobre as contabilização de regularização de saldo da Dívida Ativa.
- 7 - Orientação sobre a regularização dos lançamentos de ajuste da receita do FUNDEB em relação ao FUNDEF.
- 8 - Orientação sobre retenção de Imposto de Renda de Pessoas Físicas.
- 9 - Orientação sobre as possibilidades de contratação de médicos.
- 10 - Orientação sobre necessidade de licitação para pagamento de tarifas bancárias.
- 11 - Orientação sobre abertura de crédito especial e suplementar com relação as exigências da e-SFINGE do TCE/SC.
- 12 - Orientação sobre a possibilidade de transferência de dotação orçamentária do SISAM para a Prefeitura.
- 13 - Orientação sobre abertura de Crédito Adicional por conta de operação de crédito.
- 14 - Orientação sobre a possibilidade de utilização da Reserva de Contingência.
- 15 - Orientação sobre limites constitucionais e da LRF para gastos com pessoal no Legislativo.
- 16 - Orientações para instalação do Sistema de Controle e Emissão das Notas de Produtor Rural – SISRURAL no servidor para uso em rede.
- 17 - Conversão do Sistema de Controle e Emissão das Notas de Produtor Rural – SISRURAL para o SisruralWeb, atualização e orientação para sua utilização (por telefone).
- 18 - Orientação para instalação de impressora no Sistema de Controle e Emissão das Notas de Produtor Rural – SISRURAL.

SÃO JOSÉ

- 1 - Orientação sobre legalidade de patrocínios e forma de contabilização;
- 2 - Orientação sobre contabilização das despesas com pessoal e formas de contratação.
- 3 - Orientação à Câmara Municipal, sobre sua prestação de contas.
- 4 - Orientação sobre a aplicação dos 25% em educação.
- 5 - Orientação sobre a possibilidade e forma de contratação de empresa de publicidade.
- 6 - Orientação sobre os critérios para os repasses de subvenções sociais e suas respectivas prestação de contas.
- 7 - Orientação sobre a regularidade de despesas com juros e multas.
- 8 - Orientação sobre a forma de contabilização de prestação de contas com devolução de recursos.
- 9 - Orientação sobre condições para repasse de recursos à entidades esportivas sem fins lucrativos.

- 10 - Atualização da massa de dados e orientações para utilização do Sistema do Movimento Econômico – DIME 2007.
- 11 - Repasse de informações do Movimento Econômico – DIME 2007.

SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

- 1 - Orientação sobre critérios e exigências para repasse de recursos a entidades privadas.
- 2 - Orientação sobre a necessidade de licitação para aquisição de móveis.
- 3 - Orientação sobre formas de alteração orçamentária.
- 4 - Orientação sobre a elaboração da DCTF da Receita Federal.
- 5 - Orientação sobre as despesas possíveis de serem realizadas com recursos da CIDE.
- 6 - Orientação sobre registro, regularidade e classificação de despesas com trator.
- 7 - Orientação sobre procedimentos para elaboração de processo licitatório para manutenção da frota.
- 8 - Orientação sobre digitação e acesso ao SISTN da CEF.
- 9 - Orientação sobre classificação de despesas públicas.
- 10 - Orientação sobre procedimentos e contabilização de devolução de encargos para o Instituto de Previdência.
- 11 - Orientação sobre regularidade de despesas públicas.
- 12 - Orientação sobre a forma de cálculo do Superávit Financeiro por fonte de recursos.
- 13 - Resposta de relatório sobre Decisão do TCE/SC.
- 14 - Orientação sobre Audiências Públicas.
- 15 - Orientação sobre abertura de Crédito Adicional por conta de operação de crédito.
- 16 - Atualização do Sistema de Emissão das Notas de Produtor Rural – SISRURAL ("In loco" em 17/04/2007).
- 17 - Orientações sobre cadastramento no sistema e-SFINGE do TCE/SC.

TIJUCAS

- 1 - Orientação sobre contabilização e controle do patrimônio da Câmara em relação a Prefeitura.
- 2 - Orientação para o SAMAE sobre necessidade de publicação dos contratos.
- 3 - Orientação sobre a possibilidade e condições de repasse de recursos à entidades com fins lucrativos.
- 4 - Orientação sobre a necessidade de autorização legislativa para baixa de bens do patrimônio.

GERAL

- 1 - Execução da contabilidade da Associação durante o exercício de 2007.
- 2 - Elaboração da Folha de Pagamento da Associação.
- 3 - Elaboração da DIRF, RAIS e Comprovantes de Rendimentos da Associação.
- 4 - Digitação de vários editais, contratos, leis, decretos, ofícios e outras para a Associação e Municípios da Região.
- 5 - Digitação do Relatório de Atividades e Prestação de Contas da Associação do exercício de 2006.
- 6 - Formatação e impressão do Relatório de Atividades e Prestação de Contas 2006.
- 7 - Realização de reuniões com os contadores e demais técnicos municipais para discussão de assuntos ligados a administração municipal.
- 8 - Distribuição de tabelas atualizadas do IRRF e INSS.
- 9 - Análise e orientação aos Municípios sobre as Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional.
- 10 - Elaboração de ofícios com orientações aos Municípios sobre atualização de Legislação, Prazos e outras obrigações a serem cumpridas pelos Municípios.
- 11 - Elaboração de estimativas da receita de FPM, ICMS, ICMS Exportação, IPI, FUNDEB e Salário Educação para os Municípios.
- 12 - Elaboração de relação de Principais Obrigações periódicas a serem cumpridas pelos Municípios.
- 13 - Acompanhamento de Processos dos Municípios no TCE/SC.
- 14 - Emissão dos recibos para os Institutos de Previdência.
- 15 - Participação de discussão sobre contabilização dos Regimes Próprios de Previdência Social.
- 16 - Participação em reuniões com o Tribunal de Contas do Estado – TCE/SC.

- 17 - Participação em reuniões com a Federação Catarinense de Municípios – FECAM e com o Colegiado de Contadores e Controladores Internos.
- 18 - Análise da situação das Prestações de Contas dos Municípios da Região junto ao FNDE.
- 19 - Digitação, formatação e impressão de apostilas e de certificados para os servidores municipais, participantes dos cursos disponibilizados pela Associação de Municípios.
- 20 - Atendimento a solicitação de envio de espelho das DIME's das empresas Brasil Telecom, CELESC, e CASAN para o Sr. Júlio César Klock, responsável pelo Movimento Econômico da AMMVI, com a finalidade de fazer simulação de rateio em programa de análise.
- 21 - Acompanhamento, análise e encaminhamento dos relatórios da DIME/2007 para os Municípios da Região.
- 22 - Participação em cursos sobre o Simples Nacional.
- 23 - Elaboração do requerimento de inclusão do Valor Adicionado das Unidades Conveniadas da Região da Grande Florianópolis e encaminhamento dos documentos comprobatórios, para a Secretaria de Estado da Fazenda.
- 24 - Elaboração de roteiro sobre a contabilização dos ajustes da receita do FUNDEB em relação ao FUNDEF.

6.2 - ASSESSORIA PARA ASSUNTOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

No ano de 2007, as ações da Assessoria de Assistência Social, continuaram de acordo com as atribuições específicas do setor.

Mantivemos constante acompanhamento e orientação, mediante processos de assessoramento técnico, quanto às modificações referentes à gestão da Política Pública de Assistência Social, sobretudo, quanto ao reordenamento das ações, serviços, programas e projetos, dentro da nova proposta instituída no país, destinada à garantia do atendimento das necessidades básicas, à garantia de direitos e de condições dignas de vida.

Esta nova proposta trata-se do novo modelo de gestão da Assistência Social, o SUAS – Sistema Único de Assistência Social, que em 2007 tivemos a continuidade em sua implementação em todo território nacional.

Lembramos que o SUAS é, o “modelo de gestão descentralizado e participativo, constituiu-se na regularização e organização em todo território nacional das ações sócio-assistenciais. Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade, pressupõe ainda, gestão compartilhada, co-financiamento da política para as três esferas de Governo e definição clara das competências técnico-políticas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com a participação e mobilização da sociedade civil, e estes tem o papel efetivo na sua implantação e implementação.” (PNAS/2004)

O SUAS é um marco histórico do setor assim como foi em 1993 a promulgação da LOAS. É inegável o avanço alcançado na reorganização do setor. Alterando o modelo de gestão no sentido de obter maior eficácia na atenção integral ao público alvo da Política de Assistência Social, ele regula e organiza, em todo país, os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais

Colaborando na efetivação do SUAS temos os Planos Plurianuais elaborados no ano anterior, por todos os municípios para o período de (2006-2009), sua elaboração foi responsabilidade do órgão gestor da política, que teve como orientação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, elaborá-lo de forma democrática e participativa.

Este Plano é um instrumento de planejamento estratégico, no qual está contemplado o elenco de prioridades relativas às ações, aos serviços, aos programas, aos projetos, e aos benefícios a serem prestados na esfera do território local, acompanhado das metas estabelecidas, dos recursos necessários e das fontes respectivas, por exercício financeiro, de modo a subsidiar a gestão da Política nos municípios.

O novo modelo de gestão SUAS e com isso os PPAS, marcam o início de um percurso de mudanças e adequações estruturais, que serão continuadas, num processo de aperfeiçoamento de mecanismos legais e operacionais para sua execução.

Vale destacar que os Planos Plurianuais foram elaborados para:

- reafirmar a política de assistência social como direito do cidadão e responsabilidade do Estado;
- aperfeiçoar o princípio de sistema descentralizado e participativo da Assistência Social (ainda há muita centralização, não estando garantida a descentralização, apenas com a adoção de novas tecnologias e inovações gerenciais);
- estabelecer o que deve ser de iniciativa da política de assistência social e no que ela deve ser apenas parceira (ações de responsabilidade direta de ações em que atua com co-responsabilidade), bem como, identificar melhor a sua atuação intersetorial;
- desenvolver instrumentos de participação popular;
- reverter a tendência política de Estado mínimo e de precarização do trabalho (terceirização)
- adotar políticas de informação, monitoramento e avaliação como táticas de ampliação e fortalecimento do campo assistencial, superando o campo dos favores políticos e da

- caridade; fortalecer a centralidade sócio-familiar (maior aproximação do cotidiano da vida das pessoas, onde os riscos e vulnerabilidades se constituem);
- organizar suas ações visando o desenvolvimento humano e social e não para o exercício da tutela e do assistencialismo, ou tão somente para prover necessidades ou vulnerabilidades sociais;
 - prever análises georeferenciadas das demandas por proteção social, para que estas não sejam genéricas, mas possuam explicações na realidade local (tornar visíveis os invisibilizados e as razões de sua vulnerabilidade social);
 - caracterizar a gestão do município, segundo o seu porte e habilitação;
 - fortalecer uma política pública de assistência social, regulada por ações normatizadas.

Dentre as atribuições da assessoria, orientamos os municípios para preencherem seus Planos de Ação 2007 e o Demonstrativo Sintético Anual de Execução Físico-Financeira do ano anterior, estes dois disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS para preenchimento, no SUASWeb.

O SUASWeb, é uma tecnologia criada para agilizar as transferências de recursos federais para estados e municípios. Com o SUASWeb, os municípios participam diretamente da operação por meio eletrônico, tornando o repasse de recursos financeiros mais ágil.

O Plano de Ação é o instrumento de gestão da Política de Assistência Social.

De acordo com a Instrução Normativa Nº 1, de 26 de abril de 2007 do MDS, que estabelece regras para o preenchimento do Plano de Ação de 2007 e do Demonstrativo Sintético Anual de Execução Físico-Financeira de 2006 no SUASWeb.

O Plano de Ação de 2007 contém dados sobre:

O Órgão do ente federativo; Órgão gestor; Fundo de Assistência Social; Conselho de Assistência Social; Previsão de atendimento físico (referente ao co-financiamento federal); Previsão Financiamento; Resumo Executivo e Parecer do Conselho de Assistência Social com aprovação do mesmo.

O órgão gestor e o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS fazem utilização de login e senha, que são necessários para acessar o sistema.

Destacamos que o parecer do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, deverá conter a análise do Plano de Ação, indicando se o mesmo está "regular" ou "não regular", e que somente será autorizado o repasse de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS para o, Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, se o Plano de Ação for considerado "regular".

Se o MDS verificar a omissão no preenchimento do Plano de Ação de 2007 ou outra irregularidade grave, este Ministério no exercício da fiscalização e supervisão que lhe compete adotará as medidas pertinentes e, no caso dos municípios, solicitará sua desabilitação à Comissão Intergestores Bipartite – CIB, e os repasses financeiros posteriores deverão migrar para o Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS até decisão final sobre seu nível de gestão.

Já o Demonstrativo Sintético Anual de Execução Físico-Financeira de 2006 no SUASWeb, trata-se do instrumento de prestação de contas dos recursos do co-financiamento federal das ações continuadas da assistência social no exercício de 2006 ele foi elaborado pelos gestores e submetido à avaliação dos Conselhos Municipais de Assistência Social, e após estes trâmites foi enviado por todos os nossos municípios, eletronicamente, para aprovação do MDS.

Aprovado também pelo MDS as reprogramações dos saldos dos recursos financeiros repassados pelo FNAS aos FMAS, estes, referem-se aos recursos dos serviços sócio-assistenciais repassados no exercício anterior que não foram gastos, os quais deveriam ser utilizados no exercício subsequente, nos termos do art. 19 da Portaria Nº 459, de 9 de setembro de 2005.

Os saldos dos recursos transferidos por piso de proteção social devem ter seus valores reprogramados, para o exercício subsequente, dentro do mesmo nível de proteção social e não podem gerar novas demandas.

Os saldos são utilizados para os serviços, programas e projetos sócioassistenciais das ações relacionadas à proteção social básica ou especial.

Verificada a omissão na prestação de contas ou outra irregularidade grave, o MDS, no exercício da fiscalização e supervisão que lhe compete adota às medidas pertinentes, instaurando, se necessário, a respectiva Tomada de Contas Especial e:

I - no caso dos municípios, solicitará sua desabilitação a CIB, após comunicação ao gestor estadual, nos termos da NOB/SUAS, e os repasses financeiros posteriores migram para o FEAS, até decisão final sobre seu nível de gestão.

Outro assunto importante marcou o ano de 2007, a transição da Educação Infantil integralmente para a Política da Educação.

Historicamente, a Assistência Social financiou parte da rede de educação infantil e mesmo após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) ter definido a educação infantil como 1ª etapa da Educação Básica, portanto uma atribuição da área de Educação, a Assistência Social manteve os recursos para o atendimento à criança de até 6 anos em creche e pré-escola. Isso ocorreu, dentre outros fatores, devido à falta de fontes específicas de financiamento para a Educação Infantil. Porém, em 2007, foi aprovada a Lei 11.494 do Fundeb, que cria um padrão de financiamento para toda a Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio).

A aprovação do Fundeb representou um passo importante, que reforça a natureza educacional das creches e pré-escolas. Segundo essa Lei, até janeiro de 2009, toda a rede de educação infantil será assumida pelo Sistema de Educação. Assim, a rede co-financiada com recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS será transferida, definitivamente, do âmbito da Assistência Social para o da Educação. Para que isso ocorra é necessário que as instituições cumpram o disposto no art.8º, §1º ao 4º da Lei 11.494/07.

A partir de janeiro de 2009, a Educação assumirá integralmente a responsabilidade pela educação infantil, inclusive pela rede atualmente financiada com recursos do FNAS, podendo a Assistência Social, por esse motivo, manter o co-financiamento da rede de educação infantil com recursos do Piso Básico de Transição, ao longo do ano de 2008. Contudo, não está autorizada a utilização dos recursos da Assistência Social no financiamento de matrículas já assumidas com recursos da educação.

Os municípios foram orientados para que quem ainda não iniciou e nem tão pouco concluiu a transferência da rede deverão, durante o ano de 2008, priorizar esse processo, para que em janeiro de 2009 a transição esteja concluída em todos os municípios, pois, a partir de 2009 a Assistência Social não mais financiará rede de educação infantil (creche e pré-escola), isso foi definido entre Ministério da Educação - MEC e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.

Tivemos ainda a continuidade do Projeto Encontro Marcado em parceria com o SESC/CAE, teve como objetivo, capacitar líderes comunitários, coordenadores, voluntários e pessoas interessadas no desenvolvimento de ações com grupos de idosos, ampliando e adquirindo conhecimentos sobre temas referentes a dinâmica da vivência em grupo, o processo de envelhecimento e questões referentes a organização e planejamento de ações coletivas nos municípios da Grande Florianópolis.

Realizamos também em parceria com SESC/CAE e Ação Social Arquidiocesana - ASA, encontros mensais nas Macrorregiões da GRANFPOLIS com o tema: Redes e Parcerias no Trabalho Social.

Em 2007 também foram realizadas as **Conferências Municipais de Assistência Social**, com o tema deliberado pelo CNAS que foi "Compromissos e Responsabilidades para Assegurar Proteção Social pelo Sistema Único da Assistência Social (SUAS)".

O 1º Objetivo foi o de discutir, em seu âmbito de responsabilidade, as metas de gestão do SUAS, de financiamento, recursos humanos e controle social, deliberadas na Conferência Municipal

de Assistência Social em 2005 e implementadas nestes últimos 2 (dois) anos, com a perspectiva de identificar os avanços, as dificuldades e os desafios a serem enfrentados nos próximos 8 (oito) anos, considerando as co-responsabilidades das 3 (três) esferas de governo na consolidação do SUAS. Essa avaliação trouxe subsídios para a revisão do Plano Decenal no âmbito do município.

E o 2º o de avaliar, discutir e deliberar metas sobre os direitos socioassistenciais para o município, a partir dos “10 Direitos Socioassistenciais” e dos resultados da pesquisa “Fotografia da Assistência Social no Brasil na perspectiva do SUAS” (Direitos dos Usuários dos Serviços Socioassistenciais), ambos aprovados na V Conferência Nacional de Assistência Social, realizada no ano de 2005.

Foi recomendado pelo MDS que os direitos dos usuários fossem analisados, tendo como referência às seguranças, contidas na PNAS/2004:

- Segurança de Acolhida;
- Segurança Social de Renda;
- Segurança do Convívio ou Vivência Familiar, Comunitária e Social;
- Segurança do Desenvolvimento da Autonomia Individual, Familiar e Social;
- Segurança de Sobrevivência a Riscos Circunstanciais.

A partir dos “10 Direitos Socioassistenciais”, aprovados na V Conferência Nacional de Assistência Social (Anexo I) e dos resultados da pesquisa “Fotografia da Assistência Social no Brasil na perspectiva do SUAS”, o município refletiu sobre:

1. Como se dá a efetivação dos direitos socioassistenciais no município, na garantia da proteção social, por meio da implementação dos serviços, programas, projetos e benefícios?

2. Quais as principais dificuldades encontradas para garantir estes direitos?

- Identificar, no conjunto das dificuldades encontradas, as 3 (três) principais para serem encaminhadas para a instância estadual.

3. Quais são as ações prioritárias ainda não realizadas e necessárias para garantir os direitos socioassistenciais, no âmbito do município, estado e União?

- Indicar 2 (duas) ações prioritárias por esfera de governo.

Essas deliberações constaram no Relatório da Conferência Municipal de Assistência Social e foi encaminhado ao Conselho Estadual e SST.

Realizadas também, as **Conferências dos Direitos da Criança e do Adolescente**, com o tema deliberado pelo CONANDA, “Concretizar Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes: Investimento Obrigatório”

O Objetivo geral foi o de deliberar sobre a política nacional de defesa e garantia de direito da criança e do adolescente, fortalecendo a relação entre o governo e a sociedade civil para uma maior efetividade na formulação, execução e controle da política para a criança e o adolescente. Definir eixos estratégicos que promovam a devida implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em consonância com o tema da conferência e promover, qualificar e garantir a participação de adolescentes na formulação e no controle das políticas públicas.

Como eixos estratégicos tivemos o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo, o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção, e o Orçamento criança e adolescente: garantia de direitos.

Para garantir a efetividade na implementação das novas ações e responsabilidades da Política de Assistência Social, foram realizados eventos nacionais organizados por diferentes entidades.

Relatamos nossa participação nestes eventos:

- IX Encontro Nacional do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS

O objetivo principal foi o de debater e compreender o Sistema Único de Assistência Social e o Plano Decenal e também a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOB/RH, seus avanços, desafios e urgências.

Realizado durante o IX Encontro reuniões com as regiões, objetivando:

Relato da conjuntura de cada Estado; Relato da situação dos Colegiados Estaduais; Definir a cidade que vai sediar o Encontro Regional; Definir o eixo do Encontro Regional; avaliação de três temas prioritários da região para serem tratados com urgência pelo CONGEMAS; indicação de representante para Comissão Revisora do Estatuto do CONGEMAS; indicação de representante para a Comissão Eleitoral que vai coordenar as eleições de 2008 para a nova diretoria do CONGEMAS.

Tivemos também a apresentação de painéis de experiências de diversos municípios do país, entre eles:

A importância do CRAS no acompanhamento do Bolsa Família; Proteção Social Básica nos Municípios de Pequeno Porte; Proteção Social Básica nos Municípios de Médio Porte; Proteção Social Básica nos Municípios de Grande Porte; Proteção Social Básica nas Metrópoles; População em situação de rua e a Ação Intersetorial e Intermunicipal; Capacitação Continuada; Inclusão Produtiva; Benefícios Assistenciais; Ações socioeducativas.

- Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS e 146ª Reunião Ordinária do CNAS

O Objetivo foi o de apresentar as diretrizes para a VI Conferência de Assistência Social e o Plano de Acompanhamento e Fortalecimento dos Conselhos de Assistência Social e outros assuntos apresentados abaixo:

Os temas discutidos foram de extrema relevância, entre eles:

- Diretrizes para a VI Conferência Nacional, apresentado pelo Representante da Comissão Organizadora, Representante da Subcomissão Programática e Presidente do CNAS.
- O exame da realidade: o que dizem as Pesquisas: - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)/IBGE, - Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), e Pesquisa de Entidade de Assistência Social (PEAS).
- Gestão de Informações do MDS.
- Automatização dos Processos de Trabalho e Fluxos do CNAS: o novo SIGNAS Web
- A Importância da Certificação de Entidades no Aprimoramento e Consolidação da Rede Suas.
- As Implicações do Financiamento na Execução da PNAS e no Controle Social.
- A relação do SUAS com a política de garantia de direito da criança e do adolescente: o desafio da efetivação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.
- O Controle Social – Plano de Acompanhamento e Fortalecimento dos Conselhos.

- Encontro Nacional sobre Gestão Social - ENAG

O Objetivo geral do evento foi o de apresentar estratégias para implementação de projetos sociais, gestão de recursos e formação de parcerias.

Entre os principais painéis apresentados temos:

- Desigualdade, Pobreza e Gênero; Empreendedorismo Social; Projetos Sociais e Gestão de Recursos; Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (*O caso brasileiro: a evolução dos indicadores sociais - Anna Peliano – Socióloga - Diretora da Diretoria de Estudos Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Estatísticas sociais do IBGE - Cristiane Soares - Técnica da Coordenação de População e Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Programa CAIXA Melhores Práticas em Gestão Local - Stella Maris Martins Garcia - Caixa*

Econômica Federal); Tecnologia da Informação a serviço das políticas sociais (Computadores para inclusão digital - Cristina Kiomi Mori - Assessora da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI/ Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, Cadastro Único de Programas Sociais - Ricardo Dutra - Coordenador-Geral de Tratamento da Informação, do Departamento de Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, GEPS - Gestão Estratégica de Políticas Sociais - Francisco Domingos Neto - Diretor-Presidente da PORTULAN); Responsabilidade Social no Brasil; Direitos Sociais Básicos (Educação e Cidadania - Maria de Salete Silva - Oficial de Projetos do Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, Saúde como direito social básico - Dr. Fernando Rocabado - Coordenador da Unidade Técnica de Promoção da Saúde da OPAS - Organização Pan-Americana de Saúde).

Relato das demais atividades desenvolvidas no ano de 2007

- Organizamos eventos de interesse da área social (seminários, reuniões de capacitação, etc), contribuindo na capacitação dos profissionais que trabalham na área social, gestores, técnicos, conselheiros e demais prestadores de serviços da Assistência Social, em parceria com diversas entidades.

- Divulgamos os programas e serviços sociais oferecidos pelo governo federal, estadual e sociedade civil, contribuindo para a garantia de acesso dos beneficiários em programas que visem a minimização dos problemas sociais;

- Acompanhamos através de sites, jornais, etc, assuntos relativos à Assistência Social, e divulgamos através de comunicados aos órgãos gestores municipais tais como:

- Programas oferecidos aos municípios e critérios para adesão aos programas;
- Liberações de recursos;
- Orientações acerca de decretos e portarias;
- Divulgação e/ou organização de eventos regionais, estaduais e nacionais;

- Realizamos contatos com técnicos do MDS para obtenção de informações sobre critérios, prazos, orientações, entre outros assuntos de interesse dos municípios.

- Representamos a Associação em eventos referentes a área social (colegiados, comissões, programas e eventos diversos), atendendo a convites de diversos órgãos governamentais e demais entidades, entre eles, destacamos que fomos eleita em 2006 em Assembléia Estadual para a representação da Grande Florianópolis na Câmara Técnica (Titular), do Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social - COEGEMAS/SC, com a atribuição conforme Estatuto do COEGEMAS/SC Art.28 §3º de:

I - Cumprir as determinações da Diretoria Executiva e do COEGEMAS - SC;

II - Definir estratégias e propostas visando análise e emissão de parecer sobre a habilitação, desabilitação e/ou renovação da habilitação dos municípios aos níveis de gestão da política de Assistência Social, assessorando os representantes do COEGEMAS – SC na CIB;

III - Estabelecer procedimentos necessários a pactuação de programas sócio-assistenciais e recursos específicos da área de assistência social, para que haja a distribuição e redistribuição aos municípios habilitados a gestão do SUAS;

IV - Desenvolver estudos e análises com vistas a assessorar e subsidiar a CIB, facilitando previamente as negociações em plenário;

V - Elaborar materiais de apoio sobre a Política de Assistência Social, gestão do SUAS e critério de partilha de recursos, subsidiando os municípios e o COEGEMAS – SC;

VI - Assessorar e organizar as Assembléias Gerais em conjunto com a Diretoria Executiva e o município sede.

Porém, na Assembléia de 2007, após aprovação do novo Estatuto do Colegiado, definiu-se que para participar da Câmara Técnica é obrigatória a vinculação do profissional a algum município, dessa forma, por fazermos parte do quadro funcional da Associação de Municípios da Grande Florianópolis, houve substituição.

- Contatos com os gestores e técnicos da GRANFPOLIS para participação nas Reuniões Ordinárias do COEGEMAS/SC e CIB/SC;

- Orientações sobre os prazos para envio de informações acerca das condicionalidades do Programa Bolsa Família e demais assuntos;

- Divulgamos e orientamos sobre a Legislação pertinente à Assistência Social, tais como, Resoluções, Instruções Normativas, Portarias, Normas Operacionais, entre outros;

- Atendimento aos técnicos e gestores dos municípios na sede da GRANFPOLIS, por telefone ou por e-mail, esclarecendo dúvidas sobre os procedimentos referentes à gestão da Política Pública de Assistência Social.

Nosso objetivo principal é o de assegurar efetivamente, a Assistência Social no campo das políticas públicas e articularmos, cada vez mais a integração dela com outras políticas que se unificam em torno do desenvolvimento social, especialmente saúde, previdência social, educação, habitação, e também buscar sua articulação com as redes locais, objetivando estabelecer mecanismos de participação mais efetivos entre poder público e demais entidades, contribuindo no desenvolvimento de ações que permitam enfrentar com eficácia as necessidades locais, superando dificuldades intersetoriais, e potencializando a atenção integral, promovendo, sobretudo a inclusão social da população usuária da Política Pública de Assistência Social.

6.3 - ASSESSORIA PARA ASSUNTOS DE EDUCAÇÃO

COLEGIADO DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

Órgão instituído, desde 2005, para melhor organizar as ações pertinentes à educação da região.

REUNIÕES DO COLEGIADO

Reunião do Colegiado em 29/03/2007.

SÃO JOSÉ/SC

Realizada no auditório da Escola do Mar na rua Heriberto Hülse, 4858, São José. Os trabalhos foram conduzidos pelo Presidente do Colegiado e Secretário Municipal de Educação de Florianópolis, Professor Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, que apresentou a agenda das ações do ano, convidou a todos para o evento da UNDIME, em Caçador, nos dias 25 a 27 de abril com o tema: "OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO BÁSICA: DILEMAS E PERSPECTIVAS".

A Secretária Municipal de Educação de São José, Professora Meri Terezinha de Melo Hang, anfitriã do evento, saudou todos os Secretários Municipais e, em especial, os Contadores das Prefeituras Municipais que participaram pela primeira vez da reunião do Colegiado.

A palestra principal ficou por conta do Assessor Contábil da Associação dos Municípios da Grande Florianópolis, Contador Gilberto Brasil, o qual, além de outros assuntos, abordou, principalmente, a Medida Provisória nº 339, de 28 de dezembro de 2006, que regulamentou pelo prazo de quatorze anos o FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

Foram feitos vários questionamentos sobre o FUNDEB: forma de cálculo do valor anual por aluno, percentuais por etapas e modalidades, fiscalização e controle do fundo.

O Professor Antão Antônio David falou sobre o novo sistema de pesquisa do transporte escolar que está sendo implantado com a colaboração de técnicos da FECAM e CIASC.

Foram entregues apostilas para a capacitação de profissional em cada prefeitura visando a coleta de dados que identifiquem o número de alunos e o custo por aluno transportado, comparando-os com o valor repassado pelo Estado.

Reunião do Colegiado em 28 e 29/06/2007

SÃO JOSÉ/SC

Realizada no auditório da Escola do Mar em São José.

A abertura do evento foi feita pela Secretária de Educação de São José, a Professora Méri Terezinha de Melo Hang, que desejou boas vindas, manifestou o carinho em recebê-los no Município, elogiou o entrosamento do grupo na viagem a Caçador no evento da UNDINE, passou informações sobre a agenda do evento e passou a palavra ao Primeiro Palestrante: Senhor Hélio Abreu Filho, que sucintamente apresentou a Universidade Livre – ULISEARTE – Uma organização não governamental que oferece cursos de capacitação e treinamento, não é uma Universidade de ensino formal, é uma auxiliar do Setor Educacional para repensar as bases do Projeto Político Pedagógico – Educacional e o Modelo de Gestão Empresarial. 2º Palestrante: Senhor Waldir Gorges Alves, Assessor Jurídico da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis, que discorreu sobre o ESTATUTO DO MAGISTÉRIO e PLANO DE CARGOS E VENCIMENTOS, distribuiu um texto contendo discussões como: Jornada de Trabalho, Quadro do Magistério, Estágio Probatório, Estabilidade, ACT e o Processo Seletivo. Respondeu os muitos questionamentos feitos, encerrou colocando-se à disposição para quaisquer outras dúvidas na Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis.

Antes do almoço, todos foram convidados para o reconhecimento da baía de São José com o barco da escola. À tarde, o Presidente do Colegiado, Professor Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, Secretário Municipal de Educação de Florianópolis, transmitiu algumas informações sobre o FÓRUM NACIONAL DA UNDIME, em São Luiz do Maranhão, agradeceu ao Professor Antão o apoio e a otimização de esforços para reunir sempre o grupo de secretários, em seguida, conduzindo a eleição da Nova Diretoria do COLEGIADO que ficou composta da seguinte forma: Presidente: Sra. Méri Terezinha de Melo Hang, de São José; Vice-Presidente: Sra. Jocelete Izaltina da Silveira Santos, de Palhoça; 1º Secretária: Sra. Mamede Pereira Pacheco da Silva, de Garopaba; 2º Secretária: Sra. Lucélia Firmino Silvano de Souza, de Paulo Lopes; Tesoureiro: Sr. Dauri Exterkoetter, de Angelina.

DIA 29 - MANHÃ

A Secretária de Educação de São José Meri Terezinha de Melo Hang, como boas vindas, apresentou vídeo sobre: A EDUCAÇÃO É O DESTAQUE e, mostrou como é desenvolvida a educação em São José.

A Consultora Educacional da UNDIME, Professora Scheila Maria Soares Marins, coordenou os trabalhos para a implantação do Plano Municipal de Educação em todos os Municípios da Região.

Iniciou com vídeo, que remeteu os presentes à reflexão sobre a importância da diversidade, de competência, das dificuldades, da colaboração mútua e cooperação comunitária para conquistar tão importante objetivo.

Foram distribuídos materiais informativos e também CD que será disponibilizado à Associação para ser reproduzido para cada Secretaria.

O Professor Airton Carlos Leite apresentou breve histórico do Plano Nacional e Estadual, comparando as dificuldades encontradas para poder ser elaborado o plano de educação Municipal.

TARDE – OFICINA EM GRUPOS – PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- Levantamento dos Membros para comissões;
- Avaliação e Acompanhamento de plano;
- Elaboração do Decreto de nomeação da comissão;
- Elaboração dos convites para reuniões;
- Composição das Subcomissões.

A Professora Scheila se dispôs a dar assessoria aos Municípios interessados.

Oportunamente o Secretário Municipal de Educação de Santo Amaro da Imperatriz, José Carlos Luckmann, observou que todos os Municípios de menor porte necessitariam de uma assessoria pois nas Prefeituras não existem profissionais técnicos e habilitados para executarem o Plano Municipal de Educação.

A Secretária Meri Terezinha de Melo Hang, ao encerrar a reunião, solicitou um tempo para efetuar o acordo para assessoria com a Consultora Scheila Maria Soares Marins, pois os Secretários necessitariam do aval dos Prefeitos Municipais.

Reunião do Colegiado em 13/08/2007

PALHOÇA/SC

Realizada no auditório da FADESC (Faculdade de Educação do Estado de Santa Catarina), Ponte de Imaruim – Palhoça. Os trabalhos foram conduzidos pela Presidente do Colegiado a Professora Méri Terezinha Hang, Secretária Municipal de São José, que passou a palavra à Sra. Jocelete Izaltina da Silveira Santos, anfitriã e Secretária Municipal de Educação, a qual agradeceu a presença de todos, falou sobre a experiência da terceirização da Merenda Escolar no Município, a SP ALIMENTAÇÃO que atende 11.700 refeições/dia, nas escolas municipais de Palhoça, que ofereceu delicioso café a todos participantes.

TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA NA EDUCAÇÃO, sob a responsabilidade do Senhor Marcos Fey Probst, Assessor Jurídico da Federação Catarinense de Municípios – FECAM, elucidou muitas questões em relação ao Ministério Público e também questões pertinentes à

contratação de ACT, Concurso Público, Utilização de Logomarca, Contratação de Gestante e Plano de Cargos e Vencimentos.

O Técnico da FECAM Emerson Souto contribuiu dando orientações sobre leis, elaboração de relatórios e pesquisa sobre o Transporte Escolar.

A Professora Maria Solange Coelho Borges, Assessora da Secretaria Municipal de Educação de São José, apresentou os principais indicadores de Avaliação, utilizados pelo MEC: IDEB, baseado na Prova Brasil e na taxa de rendimento, na evasão, reprovação e aprovação da Unidade Escolar. O SAEB, como indicador do Município e Estado e o ENEM com objetivo particular de pontuar a avaliação do aluno. Abordou os projetos do FNDE: Caminho da Escola – Pró-infância e Educação Especial.

A professora da Rede Municipal de Águas Mornas, Jucélia Lopes Bepler, apresentou o Plano Municipal de Educação em andamento, sua organização, os participantes, as suas comissões, elaboração do decreto, o diagnóstico obtido e como foi feita a coleta de dados.

Reunião do Colegiado e Prefeitos em 23/11/2007.

PALHOÇA/SC

Realizada no auditório da Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL – Campus da Pedra Branca em Palhoça, com a presença de Prefeitos, Presidentes de Câmaras Municipais, Vereadores, Professores, Secretários Municipais de Educação e Técnicos do Ministério da Educação, vindos de Brasília.

Presidiu a reunião o Vice-Presidente da Associação de Municípios o Senhor Sérgio Murilo Costa, Prefeito Municipal de Angelina. O Prefeito anfitrião Ronério Heiderscheidt fez a sua saudação dando boas vindas a todos e fez breve relato de sua administração.

O Colegiado foi representado, na mesa, pela Professora Meri Terezinha de Melo Hang, Secretária Municipal de Educação de São José e Presidente do Colegiado, e pelo Professor Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, Secretário Municipal de Educação de Florianópolis e Vice-Presidente da União dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME.

O Primeiro Palestrante Senhor JOSÉ PARENTE FILHO, Assessor da Diretoria do FNDE, (Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação) agradeceu a oportunidade e falou sobre os programas em execução, como Plano de Metas, Índice de Desempenho da Educação Básica, Plano de Ação Articulada ilustrando sua palestra com projeções em data-show.

Foi questionado por vários Prefeitos e Secretários, tendo respondido satisfatoriamente, agradeceu o convite da Associação e colocou-se à disposição de todos, em Brasília.

A seguir, o Sr. JOSÉ MARIA RODRIGUES, Coordenador Geral do Programa de Transporte Escolar e Saúde Escolar do FNDE, prestou informações sobre o Programa “CAMINHO DA ESCOLA” destinado a oferecer ônibus para os municípios que se habilitarem a obter financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES.

Informou que o Ministério da Educação estuda possíveis alterações no Programa para atender os alunos da creche e ensino médio.

Foram feitos questionamentos pelo Assessor de Educação da Associação Professor Antão Antônio David, pela Secretária Municipal de Educação de São José, Meri Terezinha Melo Hang e pelo Secretário Municipal de Educação de Florianópolis, Professor Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, o palestrante esclareceu todas as dúvidas, agradeceu a oportunidade, o convite da Associação e comprometeu-se a levar os pleitos à Direção do FNDE - Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação em Brasília.

FÓRUM ESTADUAL DA UNDIME em 25, 26 e 27/04/2007**CAÇADOR/SC****TEMA: UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO BÁSICA: DILEMAS E PERSPECTIVAS**

A maioria dos Secretários Municipais de Educação da Grande Florianópolis se fizeram presentes. Confortável ônibus para a viagem foi cedido pela Prefeitura de São José, para o transporte dos participantes.

Palestra de abertura Professor HAMILTON WERNECK – Pedagogo, especialista em educação, escritor, conferencista e Doutorando em Educação, motivou e entusiasmou os presentes com o tema:

UM OLHAR SOBRE O SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO: Reflexões e Propostas úteis.

Seguiram-se durante o evento palestras sobre:

- O ensino de nove anos: Professora Emília Cipriano Sanches;
- Relatório das Oficinas de Avaliação e Elaboração do Plano Municipal de Caçador – Professora Scheila Maria Soares Marins.
- Apresentação do Referencial Educacional da Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe: “Bússula Reflexões Compartilhadas”.
- Experiência: Núcleo de Apoio Pedagógico: Contribuindo para o acesso, permanência e sucesso dos alunos com necessidades educacionais na Rede Regular de Ensino de Joinville.
- Mesa Redonda: FUNDEF X FUNDEB – Professor Luiz Araújo, Consultor Educacional da UNDIME Nacional.

O Professor Antão Antônio David, Assessor de Educação da GRANFPOLIS apresentou relatório que aponta as dificuldades enfrentadas pelos Municípios Catarinenses em cumprir a responsabilidade de transportar alunos da rede pública municipal e estadual, representou ainda a FECAM, falando sobre o papel institucional da UNDIME e FECAM.

Foram eleitos representantes da GRANFPOLIS na UNDIME: O Professor Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, Secretário Municipal de Educação de Florianópolis como Vice-Presidente da UNDIME, a Professora Meri Terezinha de Melo Hang, Secretária de Educação de São José; como 2ª Secretário e o Professor José Carlos Luckmann, de Santo Amaro da Imperatriz, Conselheiro, registrou-se mais uma vez a presença da maioria dos Secretários o Presidente da UNDIME, Itamar Fávero, elogiou o destaque da nossa Associação no evento.

FORUM DA UNIÃO NACIONAL DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO - UNCME – LAGUNA/SC

- Participação de Encontro Regional de Formação Continuada de Conselheiros Municipais de Educação – UNCME.

O evento foi realizado pela União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação, nos dias 30/31 de maio e 01 de junho, no Laguna Turist Hotel, no Município de Laguna;

- 30/05 – Conferência de Abertura: O papel dos Conselhos Municipais de Educação na Democracia Participativa – Palestrante: Professora Lígia Helena Luckmann da Universidade Federal de Santa Catarina;
- 31/05 – Mesa Redonda: O Sistema Municipal de Ensino: O Município na Organização da Educação. OFICINA – elementos constitucionais e procedimentos para organização do Sistema de Ensino. Os problemas e desafios mais comuns no âmbito dos Conselhos Municipais de Educação.
- DEBATEDORES: Paulo Eduardo dos Santos – UNCME; Mirian Helena Schlickmann – UFSC; Almerinda Guedes de Costa – CME de Laguna; Vera Regina Simão Rzatki – CEE/SC.
- 01/06 – Apresentação das Sínteses das Oficinas. Conferência de Encerramento: O princípio da interdependência entre os Conselhos - Palestrante: Paulo Hentz – CEE/SC.

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A trajetória para elaboração dos Planos Municipais de Educação está encaminhada em todos os Municípios, tem alguns percalços e foi lenta no início mas, está se encaminhando muito bem.

Em março de 2007, começaram os debates e tramitações nas instituições educacionais dos Municípios com o objetivo de envolver toda a comunidade.

Por meio de várias reuniões dos Secretários, sob a orientação de consultora especializada, implantou-se, na região, sistema de trocas de informações e experiências para acompanhar a trajetória dos planos municipais, em cada uma de suas etapas, respeitando-se a autonomia de cada Município.

COMPROMISSO: TODOS PELA EDUCAÇÃO

Decreto Nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas, que integra a mobilização em torno da melhoria da Educação Básica no Brasil.

A base do compromisso é a configuração dos esforços da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, atuando em regime de colaboração.

O Compromisso Todos pela Educação propõe a articulação de espaços para a melhoria da qualidade, oferecendo um indicador – o IDEB, que é comparável em todas as redes de ensino.

Apresenta também um conjunto de diretrizes a serem adotadas pelos entes federados na gestão de suas redes e nas práticas pedagógicas.

Entre as diretrizes, há orientações para que se promova maior participação de todos, inclusive das famílias, no acompanhamento da educação e a constituição de um comitê do compromisso para que a sociedade possa colaborar e acompanhar os resultados.

TRANSPORTE ESCOLAR

A GRANFPOLIS, ciente das dificuldades enfrentadas pelos Municípios em cumprir a responsabilidade de transportar os alunos da rede pública municipal, estadual e até de 3º grau, e que os entes federados não observam a Lei nº 10.707, de 31 de julho de 2007 que determina que cada ente é responsável por seu aluno. A GRANFPOLIS, através do Assessor de Educação, Professor Antão Antônio David, junto com a Federação Catarinense de Municípios – FECAM representada pelo Técnico Emerson Souto, O CIASC representada pelos Senhores Marlei Luiz Rinaldi – Coordenador de Atendimento e Negócios; Gerson Luiz Fetter – Analista de Sistemas; Maio Bianchini Filho – Analista de Sistemas e Henrique Borba – Analista de Informática, participou de Grupo de trabalho visando estudar um modelo informatizado que controle os custos de cada aluno através de planilhas detalhadas. A planilha de cálculos e controle dos custos foi enviada aos Secretários, servidores responsáveis pelo transporte e contadores de cada Prefeitura.

A Nova Tabela (resultado em anexo) para o preenchimento das informações vem auxiliar as Associações de Municípios e a Federação Catarinense de Municípios nas negociações com o Governo do Estado destinado ao transporte escolar.

ESPECIFICAÇÕES: Identifica o número de alunos transportados, o custo do transporte de cada aluno e compara as informações dos valores repassados com os valores divulgados pela Secretaria de Estado.

METODOLOGIA: O levantamento será realizado nos municípios de abrangência da GRANFPOLIS por meio do Colegiado de Educação da Associação da GRANFPOLIS. Através do preenchimento do formulário, o Município fornecerá as informações necessárias para alcançar os objetivos da pesquisa. Informações distribuídas nos seguintes campos:

Informação do Município

- Nome do município;

Alunos Transportados

- Número de alunos do ensino Fundamental (estadual): é o número de alunos do ensino fundamental de responsabilidade do Estado e transportado pelo município (alunos da rede estadual);
- Número de alunos do ensino fundamental (municipal): é o número de alunos transportados do ensino Fundamental de responsabilidade do município (alunos da rede municipal);
- Número de alunos do ensino Infantil (estadual): é o número de alunos do ensino Infantil de responsabilidade do estado e transportado pelo município (aluno da rede estadual);
- Número de aluno do ensino Infantil (municipal): é o número de alunos transportados do ensino Infantil de responsabilidade do município (alunos da rede municipal);
- Número de alunos do ensino Médio (estadual): é o número de alunos do ensino Médio de responsabilidade do Estado e transportado pelo Município (alunos da rede estadual);
- Número de alunos do ensino Médio (municipal): é o número de alunos transportados do ensino Médio de responsabilidade do município (alunos da rede municipal);
- Número de alunos do ensino Superior: é o número de alunos transportados do ensino Superior;
- Número de alunos do ensino Educação Especial (estadual): é o número de alunos do ensino Educação Especial de responsabilidade do Estado e transportado pelo município (alunos da rede estadual);
- Número de Alunos do ensino Educação Especial (municipal): é o número de alunos transportados do ensino Educação Especial de responsabilidade do município (alunos da rede municipal);
- Número de professores: é o número de professores transportados pelo município.

Observação: O ideal para o município que possui a informação é cadastrar os alunos em relação à distância da escola, conforme a tabela anexa.

Custos do transporte escolar

- Custos dos veículos próprios (R\$): os custos de combustível, manutenção e dos profissionais relacionados ao veículo. Observação: a compra de bens (veículos) não pode ser contabilizada como custo do transporte escolar.
- Custos dos veículos terceirizados (R\$): os custos relacionados à contratação de veículos terceirizados para o transporte escolar.

Valores Recebidos (convênio)

- Repasse Convênio Ensino Fundamental – Estado (R\$): valores repassados pelo Estado referentes ao transporte dos alunos da rede estadual de ensino;
- Repasse Convênio – Federal (R\$): valores repassados pelo governo federal.

Caminho da Escola

Programa do Governo Federal que tem o FNDE como órgão executor e responsável pela regulamentação do programa, tem por objetivo renovar, ampliar e padronizar a frota de veículos de Transporte Escolar diário de alunos da educação básica transportados da zona rural dos sistemas estadual e municipal por meio de concessão de operações de crédito para aquisição, com a redução dos custos e por intermédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES.

Informações sobre:

- Itens financeiros;
- Medida provisória nº 382 de 24/07/07, que reduz a 0(zero) as alíquotas dos Impostos;
- Dinheiro disponível: 300 milhões de reais;
- Minuta de lei autorizativa municipal.

Levantamento dos Custos do Transporte Escolar dos Municípios da GRANFPOLIS no Exercício de 2006

Município	Área (Km²)	IIº Alunos	Alunos Rede Municipal (fund)	Alunos Rede Estadual (fund)	Alunos SED (fund)	Custo Total (R\$)	Custo Médio/Aluno (R\$) *	Custo Alunos Municipal (fund) (R\$)	Custo Alunos Estadual (fund) (R\$)	Repasso Convênio Estado (fund) (R\$)	Deficit Convênio Estado (R\$)
ÁGUAS MORNAS	360,757	568	136	432	427	510.376,40	898,55	122.202,80	388.173,60	114.243,51	(273.930,09)
ALFREDO WAGNER	732,277	1.443	863	580	287	1.020.474,30	498,28	430.015,64	289.002,40	87.990,57	(201.011,83)
ANGELINA	499,947	623	161	462	477	655.800,95	1.052,65	169.476,65	486.324,30	141.163,00	(345.161,30)
ANITÁPOLIS	542,38	421	214	207	408	507.658,43	926,38	198.245,32	191.760,66	105.035,33	(86.725,33)
ANTÔNIO CARLOS	229,118	713	234	479	492	413.880,95	382,87	89.591,58	183.394,73	113.545,60	(69.849,13)
BIGUAÇU **	324,521	1.965	1.150	815	823	337.795,61	151,89	174.673,50	123.790,35	236.805,18	113.014,83
CANELINHA	151,409	679	154	525	439	255.464,97	376,24	57.940,96	197.526,00	102.238,00	(95.288,00)
FLORIANÓPOLIS		4.076	4.076	0		887.971,00	198,10	807.455,60	0,00		0,00
GAROPABA	114,67	1.348	288	1.060	841	532.257,80	394,85	113.716,80	418.541,00	149.626,70	(268.914,30)
GOVERNADOR CELSO RAMOS	93,061	955	416	539	271	328.902,00	344,40	143.270,40	185.631,60	74.038,64	(111.592,96)
LEOBERTO LEAL	291,191	568	229	339	242	418.388,80	736,60	168.681,40	249.707,40	65.929,80	(183.777,60)
MAJOR GERCINO	285,679	554	240	314	202	302.628,04	546,26	131.102,40	171.525,64	35.659,98	(135.865,66)
NOVA TRENTO	402,118	1.384	967	417	248	760.549,52	549,53	531.395,51	229.154,01	50.168,88	(178.985,13)
PALHOÇA	394,662	2.540	1.005	1.535	1.510	308.693,53	120,68	121.283,40	185.243,80	283.663,88	98.420,08
PAULO LOPES	450,372	807	436	371	394	215.543,92	212,99	92.863,64	79.019,29	67.663,04	(11.356,25)
RANCHO QUEIMADO	286,432	220	43	177	285	392.449,34	938,87	40.371,41	166.179,99	73.300,00	(92.879,99)
SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	310,735	1.735	605	1.130	616	316.290,50	182,30	110.291,50	205.999,00	139.045,95	(66.953,05)
SÃO BONIFÁCIO	461,301	493	172	321	252	230.975,43	468,51	80.563,72	150.391,71	61.015,83	(89.375,88)
SÃO JOÃO BATISTA	220,726	2.088	873	1.215	808	365.504,40	175,05	152.818,65	212.685,75	126.501,80	(86.183,95)
SÃO JOSÉ	113,171	555		555	567	301.925,30	532,50	0,00	295.537,50	105.778,57	(189.758,93)
SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA	139,635	376	168	208	209	101.772,95	212,03	35.621,04	44.102,24	43.506,94	(595,30)
TIJUCAS	276,622	1.735	870	865	547	667.975,00	385,00	334.950,00	333.025,00	33.211,12	(299.813,88)

* Custo Médio/Aluno: o custo médio é calculado em cima do número total de alunos transportados não importando qual é o ensino que o aluno pertence.

** O valor total do custo do transporte escolar de biguaçu foi de R\$ 591.644,62, no entanto o custo do transporte com veículos próprio é de R\$ 161.434,42, dos veículos terceirizados R\$ 176.361,19 - totalizando apenas R\$ 337.795,61

ATIVIDADES DE CARÁTER GERAL

Além de inúmeras visitas às Secretarias Municipais de Educação da GRANFPOLIS, houve a participação em eventos, conferências, seminários e principalmente, reuniões, com destaque para:.

- Marcha à Brasília em Defesa dos Municípios – BRASÍLIA/DF.
- Audiência com Diretor do FNDE – Programas: IDEB – SAEB – ENEM.
- Reunião com Contadores e Conselhos Municipais de Educação – Palhoça.
- Reunião Confederação Nacional de Municípios – CNM – Hotel Castelmar – Florianópolis – “REFLEXOS DO FUNDEB NOS MUNICÍPIOS”.
- Reunião sobre “Transporte Escolar” – Diretoria da FECAM/ASSOCIAÇÕES, com o Secretário de Estado da Educação, Paulo Roberto Bauer.
- Participação de várias reuniões do Comitê Temático da Área Educacional/órgão da estrutura funcional da Secretaria de Desenvolvimento Regional, que abrange 13 municípios da GRANFPOLIS.
- Audiência com Promotor Público, sobre transporte escolar – Santo Amaro da Imperatriz.
- Atualização mensal dos endereços e-mails dos Secretários Municipais.
- Modelo de Projeto para Instituição do Sistema Municipal de Ensino – Objetivos, composição, princípios e fins, atribuições, direitos e deveres.

LEGISLAÇÃO REPASSADA AOS MUNICÍPIOS SOBRE O FUNDEB:

- Medida Provisória Nº 339, de 28 de dezembro de 2006, criou pelo prazo de catorze anos, O FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.
- Decreto Nº 6.091, 24 de abril de 2007 – Define e Divulga os parâmetros anuais de operacionalização do FUNDEB.
- Decreto Nº 4.804, de 25 de outubro de 2006 – Dispõe sobre a implantação do Ensino Fundamental, com duração de 09 (nove) anos, nas escolas da rede pública estadual de Santa Catarina.

6.4 - ASSESSORIA PARA ASSUNTOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

A Assessoria de Engenharia e Arquitetura durante o exercício de 2007, através de sua equipe, atendeu os municípios associados com serviços técnicos e com serviços de reprografia.

Foram realizados 288 (duzentos e oitenta e oito) trabalhos, englobando projetos, estudos, memoriais descritivos, pareceres, serviços de topografia, etc..., não incluindo as visitas aos municípios e inúmeras consultas feitas informalmente. O Município de Garopaba foi o que mais utilizou os serviços desta Associação com 28 (vinte e oito) trabalhos realizados.

Além dos trabalhos realizados, acima referidos, foram efetuados atendimentos aos municípios associados, não estão quantificados no Quadro abaixo. Esses atendimentos foram feitos no sentido de assessorar as prefeituras junto a órgãos públicos estaduais e federais – tais como, Ministério da Previdência Social e SES - Vigilância Sanitária, para a obtenção de recomendações normativas para elaboração de projetos e/ou para aprovação de projetos específicos.

Da mesma forma, foram feitos assessoramentos às prefeituras junto a empresas privadas e universidades para a realização de serviços técnicos desenvolvidos por terceiros.

Além do atendimento aos municípios associados, a Assessoria de Engenharia e Arquitetura representou a GRANFPOLIS em diversos eventos, assim como, atendeu a solicitações de órgãos públicos, empresas privadas e da comunidade acadêmica.

No Quadro a seguir apresentamos o resumo dos trabalhos desenvolvidos no exercício de 2007, referidos no segundo parágrafo.

Na seqüência, são discriminados os serviços realizados para cada um dos municípios, com as respectivas atividades.

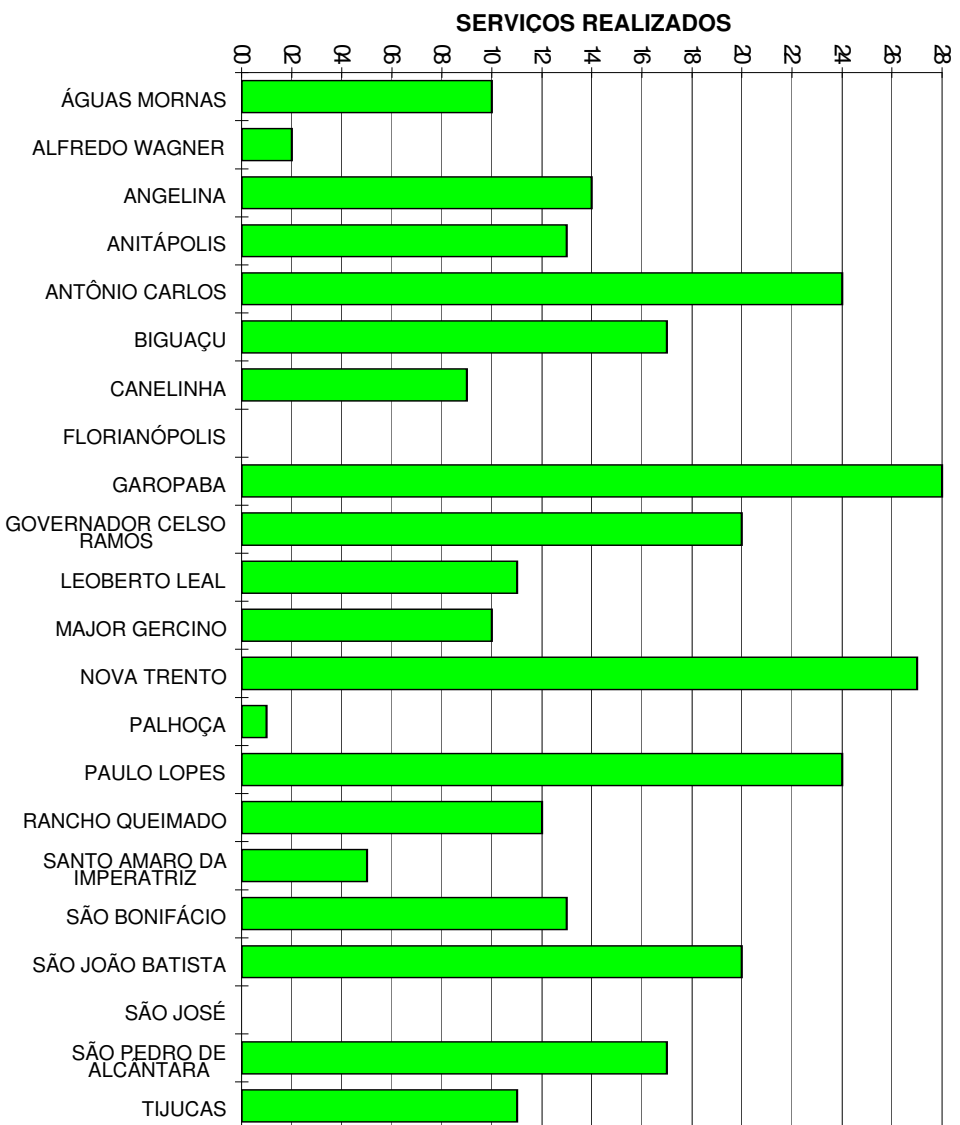
**ASSESSORIA PARA ASSUNTOS DE ENGENHARIA E
ARQUITETURA - QUANTIDADE DE SERVIÇOS REALIZADOS
ANO 2007**

MUNICÍPIO	SERVIÇOS REALIZADOS
ÁGUAS MORNAS	10
ALFREDO WAGNER	02
ANGELINA	14
ANITÁPOLIS	13
ANTÔNIO CARLOS	24
BIGUAÇU	17
CANELINHA	09
FLORIANÓPOLIS	-
GAROPABA	28
GOVERNADOR CELSO RAMOS	20
LEOBERTO LEAL	11
MAJOR GERCINO	10
NOVA TRENTO	27
PALHOÇA	01
PAULO LOPES	24
RANCHO QUEIMADO	12
SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	05
SÃO BONIFÁCIO	13
SÃO JOÃO BATISTA	20
SÃO JOSÉ	-
SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA	17
TIJUCAS	11
TOTAL	288

Granf\Tabelas Relatório\Relat4



SERVIÇOS EXECUTADOS PELA ASSESSORIA PARA ASSUNTOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA



ÁGUAS MORNAS

- 1 – Estrada Municipal AGM-080 – Trecho 4
 - Projeto de Drenagem
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 2 – Rua Samuel Kuhnen
 - Memorial Descritivo de Pavimentação e Drenagem
 - Orçamento
- 3 – Ginásio de Esportes de Santa Cruz da Figueira
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 4 – Moradia Econômica Padrão (38,12m²)
 - Atualização de Orçamento
 - Cronograma
- 5 – Ampliação da Escola Municipal de Santa Cruz da Figueira
 - Projeto Arquitetônico com 32,52m²
 - Memorial Descritivo
- 6 – Rua São Sebastião e Continuação da Rua nº 10
 - Levantamento Planialtimétrico com 61.780,73m²
 - Projeto Geométrico com 6.794,60m²

ALFREDO WAGNER

- 1 – Centro de Convivência de Idosos
 - Projeto Arquitetônico com 215,58m²
 - Memorial Descritivo
- 2 – Terreno do Cemitério Municipal
 - Levantamento Planialtimétrico com 2.290,00m²

ANGELINA

- 1 – Escola Municipal Isolada da Fartura
 - Projeto Arquitetônico de Ampliação com 42,60m²
 - Orçamento
- 2 – Pátio da Capela Nossa Senhora das Dores - Garcia
 - Levantamento Planialtimétrico com 8.062,34m²
- 3 – Estrada do Garcia (SC-481)
 - Atualização do Orçamento dos Trechos 1 e 2
- 4 – Rua Jorge Lacerda e Servidão
 - Projeto de Drenagem
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 5 – Ginásio de Esportes do Rio Novo
 - Atualização do Orçamento
- 6 – Escola Municipal Isolada Quebra Dentes
 - Vistoria e Relatório

- 7 – Acesso ao Cemitério de Barra Clara
- Levantamento Planialtimétrico com 8.091,37m²
 - Projeto Geométrico com 905,60m²
 - Projeto de Drenagem
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento

- 8 – Rua Terezinha Coelho - Palhocinha
- Levantamento Planialtimétrico com 12.766,42m²
 - Projeto Geométrico com 1.135,00m²

ANITÁPOLIS

- 1 – Acesso à Igreja Católica
- Orçamento de Pavimentação
- 2 – Rua do Passeio
- Orçamento de Pavimentação e Drenagem
- 3 – Ponte da Rua do Passeio
- Orçamento
- 4 – Rua Nº 3 – Vila Nova
- Projeto Geométrico com 1.324,80m²
 - Projeto de Drenagem
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
 - Cronograma
- 5 – Rua Nº 6 – Vila Nova
- Projeto Geométrico com 1.971,40m²
 - Projeto de Drenagem
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
 - Cronograma
- 6 – Rua Ângelo Carara, Rua Max Probst e Servidão
- Levantamento Planialtimétrico com 28.311,93m²
 - Projeto Geométrico com 3.172,40m²
 - Projeto de Drenagem
 - Orçamento
 - Cronograma

ANTÔNIO CARLOS

- 1 – Terreno do Futuro Centro de Eventos
- Levantamento Planialtimétrico com 147.469,11m²
- 2 – Galeria Pluvial – Antigo Leito do Rio Biguaçu
- Levantamento Planialtimétrico
 - Projeto de Drenagem
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 3 – Escola Municipal da Sede
- Anteprojeto Arquitetônico com 944,66m²

- Orçamento
- 4 – Estrada Geral de Santa Maria – Trecho 2
 - Levantamento Planialtimétrico com 271.291,08m²
 - Projeto Geométrico com 36,981,40m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 5 – Rua Luzia Pauli
 - Levantamento Planialtimétrico com 15.915,40m²
 - Projeto Geométrico com 2.194,75m²
- 6 – Ruas Projetadas “A” e “B” no Terreno do CTG
 - Levantamento Planialtimétrico com 266.376,18m²
 - Projeto Geométrico com 7.985,85m²
- 7 – Terreno da Prefeitura Municipal em Santa Maria
 - Levantamento Planialtimétrico com 13.609,38m²
- 8 – Estacionamento da Sede da Secretaria Municipal de Saúde
 - Projeto de Implantação e Paisagismo com 2.812,60m²
- 9 – Estacionamentos da Sede da Secretaria Municipal de Saúde
 - Novo Projeto de Implantação e Paisagismo com 1.981,42m²
- 10 – Rua da Área Industrial (Rua Afonso Scherer)
 - Projeto Geométrico com 6.119,82m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 11 – Continuação da Rua José Militão Coelho - Canudos
 - Levantamento Planialtimétrico com 168.632,89m²
 - Projeto Geométrico com 6.410,65m²
 - Projeto de Drenagem
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 12 – Local para Trevo de Acesso à Rachadel e Santa Maria
 - Levantamento Planialtimétrico com 6.277,71m²
- 13 – Ginásio de Esportes Padrão
 - Atualização de Orçamento

BIGUAÇU

- 1 – Rua Pedro José Adriano – Jardim Janaína
 - Levantamento Planialtimétrico com 15.157,74m²
 - Projeto Geométrico com 1.148,50m²
- 2 – Rua João Amorim e Rua Geraldino Cavalcante – Jardim Janaína
 - Levantamento Planialtimétrico com 8.547,40m²
 - Projeto Geométrico com 1.277,93m²
 - Projeto de Drenagem
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 3 – Rua Jovito José Sodré
 - Projeto de Drenagem
 - Memorial Descritivo

- Orçamento
- 4 – Rua Berto Cunha e Rua Pedro Veríssimo Neves
 - Projeto de Drenagem
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 5 – Rua Delorme dos Santos Martins – Jardim Janaína
 - Levantamento Planialtimétrico com 17.804,30m²
 - Projeto Geométrico com 1.724,20m²
- 6 – Rua José A Leal Neto – Jardim Janaína
 - Levantamento Planialtimétrico com 4.744,06m²
 - Projeto Geométrico com 647,96m²
- 7 – Rua Paulina de Souza e Rua Augusto Caetano
 - Levantamento Planialtimétrico com 8.236,45m²
 - Projeto Geométrico com 1.514,54m²
- 8 – Unidade Básica de Saúde Jardim Janaína
 - Anteprojeto Arquitetônico de Reforma e Ampliação com 288,65m²

CANELINHA

- 1 – Terreno da Casa da Cidadania
 - Levantamento Planialtimétrico com 5.462,99m²
- 2 – Terreno para Loteamento Popular
 - Levantamento Planialtimétrico com 41.469,64m²
- 3 – Creche Viva a Criança
 - Projeto Arquitetônico de Ampliação com 202,00m²
- 4 – Quadra de Futebol de Areia
 - Projeto Arquitetônico
 - Memorial Descritivo
- 5 – Avenida Joaquim Santana
 - Projeto de Drenagem
 - Orçamento
- 6 – Rua Leonel Marcelino Pereira (Estaca OPP a 19)
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 7 – Moradia Econômica Padrão (38,12m²)
 - Atualização de Orçamento
 - Cronograma

GAROPABA

- 1 – Escola Municipal Costa do Macacú
 - Projeto Arquitetônico com 271,01m²
- 2 – Escola Municipal Siriú
 - Projeto Arquitetônico com 534,65m²
 - Memorial Descritivo

- Orçamento
- 3 – Unidade Básica de Saúde da Gamboa
 - Projeto Arquitetônico de Reforma com 53,76m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 4 – Unidade Básica de Saúde da Encantada
 - Projeto Arquitetônico de Reforma e Ampliação com 99,45m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 5 – Unidade Básica de Saúde do Macacú
 - Projeto Arquitetônico de Reforma com 39,78m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 6 – Unidade Básica de Saúde da Costa do Macacú
 - Projeto Arquitetônico de Reforma com 62,73m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 7 – Escola Municipal da Costa do Macacú
 - Novo Projeto Arquitetônico com 376,00m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 8 – Estrada Geral da Gamboa – 1º Trecho
 - Projeto de Sinalização
 - Orçamento da 1ª Etapa da obra
 - Orçamento da 2ª Etapa da obra
 - Cronogramas
- 9 – Passeios da Estrada do Ouvidor
 - Levantamento Planimétrico
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 10 – Terreno do Centro Educacional de Ibiraquera
 - Levantamento Planialtimétrico com 2.529,19m²
- 11 – Unidade Básica de Saúde da Encantada
 - Projeto Arquitetônico de Ampliação com 106,53m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 12 – Unidade Básica de Saúde de Campo Duna
 - Projeto Arquitetônico de Reforma e Ampliação com 245,09m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 13 – Centro Educacional de Ibiraquera
 - Projeto Arquitetônico de Ampliação com 125,06m²
 - Projeto de Quadra Polivalente com 459,00m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 14 – Rua Josina Amélia da Silveira

- Orçamento de Pavimentação e Drenagem

GOVERNADOR CELSO RAMOS

- 1 – Rua Anastácio Soares, Rua Lindolfo Klausen e Travessa
 - Levantamento Planialtimétrico com 26.159,87m²
 - Projeto Geométrico com 5.661,36m²
 - Projeto de Drenagem
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento

- 2 – Rua Salomão A. Gomes - Fazenda da Armação
 - Levantamento Planialtimétrico com 8.604,20m²
 - Projeto Geométrico com 1.346,96m²

- 3 – Rua Julião José Teixeira – Fazenda da Armação
 - Levantamento Planialtimétrico com 12.043,00m²
 - Projeto Geométrico com 2.978,45m²

- 4 – Levantamento para Abertura de Rua – 2ª Parte
 - Levantamento Planialtimétrico com 18.343,80m²
 - Projeto Geométrico com 3.718,05m²

- 5 – Estrada de Areias à Fazenda da Armação (SC-410)
 - Projeto de Sinalização
 - Projeto de Drenagem
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
 - Modificação do Orçamento
 - Atualização do Orçamento

- 6 – Posto de Saúde Fazenda da Armação
 - Projeto de Captação e Aproveitamento de Águas Pluviais
 - Orçamento de construção

- 7 – Área para projeto de Trapiches – Fazenda da Armação
 - Levantamento Planialtimétrico com 48.620,09m²

- 8 – Terreno da Sociedade Divina Providência – Centro Educativo Nossa Senhora dos Navegantes - Calheiros
 - Levantamento Planialtimétrico com 1.980,67m²

- 9 – Área de Preservação Permanente (Proprietário Dico Pescados) – Fazenda da Armação
 - Levantamento Planialtimétrico com 351,57m²

- 10 – Área a ser requerida para construção de Rancho de Barcos – Praia das Cordas
 - Levantamento Planialtimétrico com 200,00m²

LEOBERTO LEAL

- 1 – Terreno do Centro Comunitário
 - Levantamento Planialtimétrico com 12.363,73m²

- 2 – Moradia Econômica Padrão (38,12m²)
 - Atualização do Orçamento

- 3 – Edificação de Marcos França

- Análise do Projeto e emissão de Parecer
- 4 – Edificação de Flávio Kreusch
 - Análise do Projeto e emissão de Parecer
- 5 – Edificação de Enézio Knaul
 - Análise do Projeto e emissão de Parecer
- 6 – Edificação de Elivande Hoffmann
 - Análise do Projeto e emissão de Parecer
- 7 – Rua Gasparino Ramos
 - Cronograma
- 8 – Rua Paulo Guchert
 - Cronograma
- 9 – Servidão Baldoíno
 - Cronograma
- 10 – Escola Nucleada de Rio das Pedras
 - Projeto Arquitetônico de Reforma e Ampliação com 517,76m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento

MAJOR GERCINO

- 1 – Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Monsenhor José Locks
 - Projeto Arquitetônico com 392,06m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 2 – Galpão de Triagem de Lixo
 - Medição
- 3 – Ruas de Pinheiral
 - Memorial Descritivo de Parcial
 - Orçamento
 - Cronograma
 - Quadro de Composição de Investimentos
- 4 – Unidade Básica de Saúde da Sede
 - Projeto Arquitetônico com 433,91m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 5 – Parque Infantil
 - Projeto de Implantação com 326,64m²
 - Memorial Descritivo
- 6 – Parque Infantil
 - Alteração do Projeto de Implantação 251,62m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento

NOVA TRENTO

- 1 – Acesso à Ponte da Ponta Fina

- Levantamento Planialtimétrico com 46.567,02m²
 - Projeto Geométrico com 5.337,19m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 2 – Unidade Básica de Saúde do Trinta Réis
- Projeto Arquitetônico com 483,58m²
 - Memorial Descritivo
- 3 – Creche
- Modificação de Projeto Arquitetônico existente com 466,84m²
 - Memorial Descritivo
- 4 – Rua Domenico Orsi
- Levantamento Planialtimétrico com 12.152,35m²
 - Projeto Geométrico com 2.731,10m²
 - Projeto de Drenagem
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 5 – Moradia Econômica Padrão (38,12m²)
- Atualização de Orçamento
- 6 – Rua Tijucas – Mato Queimado
- Projeto de Drenagem
 - Memorial Descritivo de Pavimentação e Drenagem
 - Orçamento
- 7 – Rua Florianópolis (Trecho Norte da SC-409)
- Projeto de Drenagem
 - Memorial Descritivo de Pavimentação e Drenagem
 - Orçamento
- 8 – Rua Santuário Bom Socorro (Trecho 1)
- Memorial Descritivo de Pavimentação e Drenagem
 - Orçamento
- 9 – Continuação da Rua Alferes
- Levantamento Planialtimétrico com 123.534,90m²
 - Projeto Geométrico com 22.856,41m²
 - Projeto de Drenagem
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 10 – Unidade Básica de Saúde do Trinta Réis
- Novo Projeto Arquitetônico com 158,42m²
 - Memorial Descritivo
- 11 – Rua Felipe Schmitz
- Projeto de Drenagem
 - Memorial Descritivo de Pavimentação e Drenagem
 - Orçamento
- 12 – Rua João Bayer Sobrinho
- Memorial Descritivo de Pavimentação e Drenagem
 - Orçamento
- 13 – Ruas Giácomo Poli e José Batistti Archer

- Memorial Descritivo de Pavimentação e Drenagem
- Orçamento

PALHOÇA

- 1 – Terreno da Colônia de Pescadores H-15 – Barra do Aririú
 - Levantamento Planialtimétrico com 2.608,00m²

PAULO LOPES

- 1 – Terreno da Área Industrial - Areias
 - Levantamento Planialtimétrico com 148.914,19m²
- 2 – Rua Ana Raupp de Sá – Estaca 11 a 35
 - Cronograma
 - Quadro de Composição de Investimentos
- 3 – Ruas Guilherme Januário, Ibraim B. de Souza e Milena Zille
 - Projeto de Drenagem
 - Memorial Descritivo de Pavimentação e Drenagem
 - Orçamento
- 4 – Rua Vidal da Rosa
 - Projeto de Drenagem
 - Memorial Descritivo – Estaca 15 a PF
 - Orçamento – Estaca 15 a PF
 - Memorial Descritivo – Estaca 15 a 30 + 11
 - Orçamento – Estaca 15 a 30 + 11
- 5 – Rua Ana Raupp de Sá – Estaca 35 a 81
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 6 – Rua Inácio Fernandes
 - Memorial Descritivo de Pavimentação e Drenagem
 - Orçamento
- 7 – Sanitário Padrão
 - Orçamento
- 8 – Rua Artur Liberato
 - Atualização de Orçamento
- 9 – Rua Tomaz Bittencourt
 - Atualização de Orçamento
- 10 – Moradia Econômica Padrão (38,12m²)
 - Atualização de Orçamento
- 11 – Rua Vidal da Rosa
 - Cronograma
 - Quadro de Composição de Investimento
- 12 – Área a ser adquirida pela Prefeitura Municipal de Paulo Lopes - Penha
 - Levantamento Planialtimétrico com 1.121,38m²
- 13 – Terreno do Futuro Conselho Comunitário de Paulo Lopes
 - Levantamento Planialtimétrico com 991,52m²

- 14 – Estrada Geral do Ribeirão – Estaca 15 a 50
 - Projeto de Drenagem
 - Memorial Descritivo de Pavimentação e Drenagem
 - Orçamento
- 15 – Ginásio de Esportes Padrão
 - Atualização do Orçamento
- 16 – Ponte Santa Rita
 - Atualização do Orçamento
- 17 – Ruas Ibrahim B. de Souza e Milena Zille
 - Cronograma
 - Quadro de Composição de Investimento
- 18 – Rua Ana Raupp de Sá – Estaca 35 a 54
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento

RANCHO QUEIMADO

- 1 – Praça Leonardo Sell
 - Projeto de modificações nos passeios da praça com 340,93m²
 - Orçamento
- 2 – Terreno da Área Industrial – Morro Chato
 - Levantamento Planialtimétrico com 364.235,66m²
- 3 – Continuação da Rua Dona Lia e Rua 121
 - Projeto de Drenagem
 - Memorial Descritivo de Pavimentação e Drenagem
 - Orçamento
- 4 – Moradia Econômica Padrão Rancho Queimado (42,39m²)
 - Projeto Arquitetônico com 42,39m²
 - Projeto Hidro Sanitário
 - Projeto Elétrico
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
 - Cronograma
- 5 – Terreno do Centro de Triagem de Resíduos Sólidos – Morro Chato
 - Levantamento Planialtimétrico com 7.396,12m²
- 6 – Unidade Básica de Saúde da Sede
 - Projeto de Captação e Aproveitamento de Águas Pluviais
 - Orçamento de Construção

SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

- 1 – Terreno da Escola Básica Municipal Judite Schürhaus – Sítio de Dentro
 - Levantamento Planialtimétrico com 2.100,00m²
- 2 – Escola Municipal Vila Santana
 - Orçamento

- 3 – Praça Gov. Ivo Silveira
 - Projeto Paisagístico de Reforma com 1.406,39m²
 - Memorial Descritivo
- 4 – Escola Municipal Judite Schürhaus – Sítio de Dentro
 - Projeto Arquitetônico com 517,76m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento

SÃO BONIFÁCIO

- 1 – Pavilhão de Exposição e Quadra – 3ª Etapa
 - Projeto Arquitetônico com 75,62m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 2 – Pavilhão de Exposições
 - 4ª Medição
 - 5ª Medição
 - 6ª Medição
 - 7ª Medição
 - Orçamento de Aditivo
 - Cronograma
- 3 – Pavilhão de Exposições e Quadra – 4ª Etapa
 - Projeto Arquitetônico com 152,19m
- 4 – Ampliação da Unidade Sanitária Central
 - Projeto Arquitetônico com 66,05m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 5 – Reforma e Ampliação do Salão Comunitário de Rio do Poncho
 - Orçamento
- 6 – Rua Jorge Lehmkuhl
 - Cronograma
 - Quadro de Composição de Investimentos
- 7 – Rua Juliana Schaffers
 - Cronograma
 - Quadro de Composição de Investimentos

SÃO JOÃO BATISTA

- 1 – Pórtico de Entrada da Cidade
 - Projeto Arquitetônico com 224,40m²
 - Memorial Descritivo
- 2 – Rua Luiz Malaquias Bozzano
 - Levantamento Planialtimétrico com 57.662,83m²
 - Projeto Geométrico com 8.100,15m²
- 3 – Rua Guilhermina Eccel
 - Levantamento Planialtimétrico com 24.097,88m²

- Projeto Geométrico com 5.010,00m²
 - Projeto de Drenagem
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 4 – Continuação da Rua Marcelino Francisco Vargas
- Levantamento Planialtimétrico com 14.065,50m²
 - Projeto Geométrico com 1.717,36m²
- 5 – Rua Jerônimo José Peixer
- Projeto de Drenagem
 - Memorial Descritivo de Pavimentação e Drenagem
 - Orçamento
- 6 – Continuação da Rua Jerônimo J. Peixer, Rua Dorvino Manoel (Rachadel e Rua de Acesso à Caixa D'Água
- Levantamento Planialtimétrico com 35.533,91m²
 - Projeto Geométrico com 3.974,08m²
 - Projeto de Drenagem
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 7 – Rua Dr. Almir Zunino – Jardim São Paulo
- Levantamento Planialtimétrico com 38.801,90m²
 - Projeto Geométrico com 2.243,10m²
 - Projeto de Drenagem
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 8 – Unidade Básica de Saúde da Sede
- Projeto Arquitetônico com 946,37m²
 - Memorial Descritivo

SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

- 1 – Trecho do Rio Maruim em Santa Tereza
- Levantamento Planialtimétrico com 132.155,60m²
- 2 – Centro de Educação Infantil Professora Leonida Vieira Francener
- Projeto Arquitetônico de Ampliação e Reforma com 361,59m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 3 – Rua de Acesso ao Posto de Saúde
- Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 4 – Telhado da E.B. Adalberto Tolentino de Carvalho – Santa Tereza
- Realização de Vistoria e Emissão de Laudo
- 5 – Quadra de Esportes – Grupo Catarinense Pró-Hanseniano
- Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 6 – Unidade Básica de Saúde de Santa Tereza
- Projeto de Reforma
 - Memorial Descritivo

- Orçamento
- 7 – Acesso ao Cemitério Municipal Professor Afonso Stähelin
 - Levantamento Planialtimétrico com 12.511,50m²
 - Projeto Geométrico com 1.218,65m²
- 8 – Rua Manoel Pedro Silveira
 - Levantamento Planialtimétrico com 13.229,48m²
 - Projeto Geométrico com 1.272,55m²
- 9 – Continuação da Rua Bertolino Manoel Dutra – Santa Tereza
 - Levantamento Planialtimétrico com 1.949,15m²
 - Projeto Geométrico com 121,50m²
- 10 – Parque de Lazer de Santa Tereza
 - Projeto Arquitetônico de Implantação com 6.268,00m²
 - Memorial Descritivo

TIJUCAS

- 1 – Terreno para construção de Posto de Saúde - Areias
 - Levantamento Planialtimétrico com 9.572,81m²
- 2 – Terreno para construção de Posto de Saúde – Nova Descoberta
 - Levantamento Planialtimétrico com 9.992,52m²
- 3 – Unidade Básica de Saúde – Bairro Areias
 - Projeto Arquitetônico com 308,53m²
- 4 – Projeto de Drenagem
 - Memorial Descritivo de Pavimentação e Drenagem
 - Orçamento
- 5 – Avenida Luiz Gomes
 - Projeto de Drenagem
 - Memorial Descritivo de Pavimentação e Drenagem
 - Orçamento
- 6 – Rua 13 de Junho e Rua da Paciência – Bairro da Praça
 - Levantamento Planialtimétrico com 18.018,56m²
 - Projeto Geométrico com 3.010,60m²
 - Projeto de Drenagem
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento

6.5 – ASSESSORIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

No exercício de 2007, a ASSESSORIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS, além de responder, pessoalmente ou via telefone, a consultas de Prefeitos, Vereadores e Técnicos Municipais, às vezes, emitindo pareceres escritos e redigindo minutas de contratos editoriais, bem como anteprojetos de leis e decretos, procurou manter-se atualizada, através do acompanhamento de publicações técnicas e participação em eventos jurídicos.

Os principais assuntos que foram objeto de tratativas com os Municípios são elencados a seguir, antecipados pelas atividades de caráter geral:

ATIVIDADES DE CARÁTER GERAL

01. Participação, discussão e revisão dos trabalhos de elaboração dos Planos Diretores Participativos.
02. Participação e discussão com vistas à aquisição de terreno para a nova sede da Associação.
- 03 – Participação como convidado da Assessoria para Assuntos da Educação para discutir o Plano de Carlos e Vencimentos do Pessoal do Magistério.
- 04 – Participação, como representante da Federação Catarinense de Municípios – FECAM, no Conselho de Consumidores da CELESC, com reuniões mensais.
- 05 – Participação, como representante da FECAM, em Comissão (CTIL) da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico Sustentável.
- 06 – Participação no IX Ciclo do TCE/SC.
- 07 – Participação em colegiado da FECAM.
- 08 – Visita ao TCE/SC para tratar da contratação de pessoal do PSF e Agentes Comunitários de Saúde.
- 09 – Participação em cursos sobre implantação do Simples Nacional.
- 10 – Participação, discussão e auxílio a outras assessorias em defesas administrativas, respostas a consultas e solução de problemas específicos.
- 11 – Participação em Curso sobre Retenção de Contribuição para o INSS e Imposto de Renda na Fonte.
- 12 – Respostas a consultas telefônicas a Prefeitos, Vice-Prefeitos, Presidentes de Câmaras, Vereadores e técnicos municipais, em média de cinco por dia.

2 – ATUALIZAÇÃO

- 2.1 – Revista Consulex
- 2.2 – Revista Prática Jurídica
- 2.3 – Manual do Servidor Público
- 2.4 – Jornal DIALEX
- 2.5 – Revista Jurídica
- 2.6 – Revista Síntese Trabalhista
- 2.7 – Revista Interesse Público
- 2.8 – Revista de Estudos Tributários
- 2.9 – Diário Oficial
- 2.10 – Diário da Justiça
- 2.11 – Boletim de Direito Administrativo
- 2.12 – Boletim de Direito Municipal
- 2.13 – Informativo de Direito Administrativo
- 2.14 – Informativo de Licitações e Contratos
- 2.15 – Revista Júris Plenum.

3 – ASSESSORIA E CONSULTORIA

ÁGUAS MORNAS

- 01 – Orientação sobre Decreto Legislativo sem assinatura do Relator no parecer da Comissão.
- 02 – Orientação sobre grau de parentesco – sobrinho de falecido.
- 03 – Instrução sobre convênio com sociedade desportiva.
- 04 – Orientação sobre desapropriação;
- 05 – Projeto de lei para convênio.
- 06 – Três visitas ao Município para reunião com lideranças esportivas, Vereadores e área técnico-financeira.
- 07 – COSIP – Cooperativa – Orientação.
- 08 – Explicação sobre como aferir grau de parentesco – nepotismo.
- 09 – Orientação sobre adesão ao Simples.
- 10 – Orientação sobre revisão geral anual.

ALFREDO WAGNER

- 01 – Orientação sobre contratação de rádio comunitária.
- 02 – Parecer sobre promoção para habilitação.
- 03 – Orientação sobre número de empresas em pregão.
- 04 – Orientação sobre microempresas em licitação.
- 05 – Projeto de Lei – Cemitérios.
- 06 – Recursos para FH em débito com a P Social.
- 07 – Minuta de contrato para Servidor Admitido em Caráter Temporário.
- 08 – Anteprojeto de Lei que “Institui a Taxa de Cemitério e dá outras providências”.
- 09 – Análise do Quadro de Cargos e Vencimentos dos Servidores.
- 10 – Parecer sobre contratação de instituição financeira para folha de pagamento.

ANGELINA

- 01 – Orientação e pesquisa sobre alíquota de ITBI.
- 02 – Anteprojeto de Lei que “Cria o Programa de Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Legislativo”.
- 03 – Resposta à consulta sobre IPTU de grandes glebas.
- 04 – Câmara – Orientação sobre CPI.
- 05 – Câmara – Reunião sobre Quadro de Cargos e Vencimentos.

ANITÁPOLIS

- 01 – Orientação sobre servidor-Vereador-aposentado – Instituto Próprio e INSS.
- 02 – Servidora aposentada por invalidez e presidente do hospital – pode assinar convênio?
- 03 – Defesas de ex-Prefeito junto a órgãos do Governo Federal.
- 04 – Orientação sobre licitação para concessão de direito real de uso com minuta de contrato.
- 05 – Orientação sobre eleição da Mesa Diretora da Câmara.
- 06 – Orientação e procedimento de sessão de eleição da Mesa, determinada por ordem judicial e suspensão, em razão destruição das cédulas, já apurados os resultados.
- 07 – Diligência em licitação (43, § 3º).
- 08 – Orientação sobre diligência Ministério de Assistência Social.
- 09 – Orientação sobre reajuste de vencimento.
- 10 – Orientação sobre licitação – 6
- 11 – Resposta a consultas de Assessoria Jurídica – 13.

ANTÔNIO CARLOS

- 01 – Orientação – Contribuição Sindical.
- 02 – Orientação – licença para tratamento de saúde de Vereador.
- 03 – Orientação sobre licitação de passagem aérea para Câmara Municipal.
- 04 – Anteprojeto de Lei sobre instalação de empresas no Município.
- 05 – Visitas ao Município – duas.
- 06 – Projeto de Alteração – Subsídio.
- 07 – Projeto sobre alteração das atribuições do cargo de fiscal.
- 08 – Orientação sobre parcelamento do solo urbano.
- 09 – Orientação sobre implantação de empresa.
- 10 – Orientação sobre reversão de móvel em uso por entidade dispositiva.
- 11 – Orientação sobre coleta e destinação de lixo.
- 12 – Orientação sobre serviços gratuitos de terceiros para implantação de empresa.
- 13 – Orientação sobre área industrial.

BIGUAÇU

- 01 – Câmara – Diligência em prestação de contas.
- 02 – Câmara – Licença de Vereador por doença – remuneração.
- 03 – Câmara – Suplementação de dotação.
- 04 – Câmara – Orientação sobre reposição salarial.
- 05 – Câmara – Orientação sobre renovação de contrato de locação da sede.
- 05 – Câmara – Orientação sobre defesa no TCE/SC.

CANELINHA

- 01 – Orientação sobre projeto de prédio x veículo – alterando orçamento da Câmara.
- 02 – Orientação sobre nomeação de servidor do Executivo para cargo no Legislativo.
- 03 – Orientação sobre licitação – 06.
- 04 – Orientação sobre pessoal – 09.
- 05 – Orientação sobre processo legislativo – 04.

GAROPABA

- 01 – Elaboração Edital para construção de casas populares.
- 02 – Procedimento – Prefeito – ausentar-se do país.
- 03 – Câmara – anteprojeto criando cargo de Assessor Jurídico e alterando lei antiga (1030).
- 04 – Orientação sobre Projeto de Lei mudando destinação de área urbana e redução de denominação de via pública.
- 05 – Faixa de Domínio Estadual – pesquisa da legislação.
- 06 – Parecer sobre alvará para pessoa física.
- 07 – Visitas à Prefeitura – 3.
- 08 – Parecer sobre IPTU de terreno isolado.
- 09 – Parecer sobre Quadro de Servidores do SAMAE.
- 10 – Isenção de Rádio – ISS.
- 11 – Licitação – Participação de microempresa.
- 12 – Cinco visitas ao Município.
- 13 – Análise e elaboração do Quadro de Cargos e Vencimentos da Câmara.
- 14 – Orientação à Câmara sobre vencimento e cargo em comissão.
- 15 – Fornecimento de alvará para lanchonete.
- 16 – Anteprojeto de Lei disciplinando a isenção tributária.
- 17 – Orientação sobre despesa da educação em ônibus recebido da Receita Federal.
- 18 – Análise do Projeto de Lei que “Institui Marca Turística do Municípios de Garopaba e dá outras providências”.
- 19 – Minuta de Edital de Convocação de Audiência Pública.

- 20 – Resposta à consulta se a despesa de fonoaudiologia pode ser considerada como de manutenção e desenvolvimento do ensino”.
- 21 – Análise de Parecer Prévio sobre as contas do Município, apontado algumas restrições.
- 22 – Anteprojeto de Decreto Legislativo aprovando as contas do Município.
- 23 – Resposta à Câmara sobre Renúncia de Receita.
- 24 – Anteprojeto de Lei que Regulamenta a Contratação de Profissionais na área da saúde.
- 25 – Análise e sugestões à minuta de convênio com o 1º Grupamento de Bombeiro Militar.
- 26 – Análise do Processo Licitatório de Tomada de Preços nº 06/2007.
- 27 – Parecer sobre participação de Pessoa Física em Processo Licitatório;
- 28 – Parecer sobre isenção do IPTU;
- 29 – Parecer sobre ISS sobre serviços de comunicação e Provedores de Acesso a INTERNET.
- 30 – Declaração de Regularidade em Convênios Federais.

FLORIANÓPOLIS

- 01 – Câmara – Publicação – Convite e TP – Microempresa – prazos e regularidade fiscal

GOVERNADOR CELSO RAMOS

- 01 – Minuta de Portaria que “Constitui Comissão Especial de Auditoria”.
- 02 – Contados com a CEF sobre saque do FGTS de Servidores celetários não optantes.
- 03 – Revisão do Projeto de Regulamento da Brincadeira de Boi.
- 04 – Minuta de Decreto regulamentando perícia médica.
- 05 – Minuta de Decreto regulamentando a cobrança da taxa de limpeza.
- 06 – Minuta de Decreto Legislativo autorizando Prefeito a viajar para o exterior.
- 07 – Visita ao Município para assuntos de fiscalização, atribuições de fiscal e Plano Diretor.
- 08 – Orientação sobre simples.
- 09 – Orientação sobre licitação – 10.

LEOBERTO LEAL

- 01 – Orientação sobre abreviaturas em projeto de lei.
- 02 – Orientação sobre terras particulares para estrada.
- 03 – Orientação sobre exoneração de servidor licenciado.
- 04 – Minuta de Decreto que Regulamenta a inspeção médica para fins de licenças e outros benefícios aos servidores municipais.
- 05 – Orientação sobre pessoal – 06.
- 06 – Orientação sobre licitação – 03.
- 07 – Visita ao Município em 12/12, em comemoração ao Dia da Emancipação.

MAJOR GERCINO

- 01 – Três defesas administrativas de Ex-Prefeito.
- 02 – Elaboração de Anteprojeto de Lei que “Cria a Gratificação pelo Exercício de atividade financeira”.
- 03 – Orientação sobre diárias na Câmara.
- 04 – Acompanhamento de Processo do Ministério Público Federal pela degradação ambiental na Fazenda Boa Esperança.
- 05 – Visita ao INCRA sobre situação dos posseiros na localidade.
- 06 – Visita ao Município com a presença do Juiz Federal Ambiental de Florianópolis.
- 07 – Orientação sobre pessoal – 04.
- 08 – Orientação em licitações – 07.

NOVA TRENTO

- 01 – Orientação de gratificação para membros de comissão com anteprojeto.

- 02 – Orientação sobre férias e substituição de Secretário.
- 03 – Visita ao Município em 02/02, para tratar do Quadro de Servidores e Vencimentos e outras – 03.
- 04 – Anteprojeto dispondo sobre o regime especial de adiantamento de despesa.
- 05 – Orientação sobre adiantamento para pequenas despesas.
- 06 – Câmara – Projeto de Lei – Adiantamento – emendas – Vereador Cinelândia.
- 07 – Análise de Projeto de Lei do SAMAE.
- 08 – Aposentadoria de Professores – Parecer.

PALHOÇA

- 01 – Orientação sobre defesa do Município nos Processos Trabalhistas nº 3983/06 e 2688/06, nas Varas do Trabalho de São José (2º e 3º).
- 02 – Orientação – Câmara – nomeação de servidor concursado.
- 03 – Orientação sobre direitos de servidor efetivo nomeado para outro cargo efetivo.
- 04 – Visita ao Município – 4 (quatro).
- 05 – Participação – Comissão – Estatuto do Magistério.
- 06 – Reuniões na Associação sobre Estatuto do Magistério – três.
- 07 – Orientação sobre defesas judiciais – cinco.
- 08 – Orientação ao IPPA sobre licitação e contratos – cinco.
- 09 – Orientação sobre Pessoal – três.
- 10 – Orientação de licitação e contratos – seis.

PAULO LOPES

- 01 – Orientação sobre cadastramento de OSCIP.
- 02 – Contratação de estagiário.
- 03 – Revisão de Minuta de Contrato Temporário de Servidores.
- 04 – Anteprojeto de Lei que “Permite a autorização do uso do espaço do alambrado do Ginásio de Esportes.
- 05 – Análise de proposta da Rede Orgânica de Produtos Naturais Ltda.
- 06 – Análise de Edital para Seleção de propostas para Hortas Comunitárias e Cozinhas Populares.
- 07 – Orientação sobre Certidão de Dívida Ativa do INSS.
- 08 – Anteprojeto de Lei que “Autoriza a receber área de terras em doação.
- 09 – Anteprojeto de Lei que reduz a base de cálculo do ISS de serviços em rodovias.
- 10 – Projeto de Lei que Cria o Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Paulo Lopes.
- 11 – Anteprojeto de Lei Complementar dispondo sobre reposições e indenizações aos cofres municipais pelos servidores.

SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

- 01 – Parecer sobre Vereador assumir cargo no Estado.
- 02 – Minuta de Contrato de Locação de Imóvel para sede do Poder Legislativo.
- 03 – Análise de locação de imóvel com dispensa ou inexigibilidade de licitação.
- 04 – Análise de Projeto de Lei de Cargos e Vencimentos dos Servidores da Câmara.
- 05 – Elaboração de anteprojeto de lei sobre o assunto anterior.
- 06 – Parecer sobre Vereador designado para função gratificada no Estado.

SÃO BONIFÁCIO

- 01 – Orientação sobre acidente automobilístico com patrola.
- 02 – Procuração – Brasília – esclarecimento.
- 03 – Nepotismo – esclarecimento.
- 04 – Anteprojeto de Lei que “Autoriza Convênio com Universidade”.
- 05 – Quatro visitas ao Município.
- 06 – Propositura de 10 ações de Execução Fiscal.

- 07 – Acompanhamento da Ação de Desapropriação contra Mitra de Florianópolis.
- 08 – Três defesas administrativas junto ao COREN/SC.
- 09 – Resposta à Consulta sobre Requerimento de município sobre a viabilidade de edificação unifamiliar.
- 10 – Resposta do Prefeito no Inquérito Policial nº 2007.04.00.016835-5/SC, em curso no Tribunal Regional Federal da 4ª Região.
- 11 – Parecer em Processos Licitatórios - 32.
- 12 – Orientação em licitação – seis.
- 13 – Orientação em Controle Interno – oito.
- 14 – Visitas ao Município – três.

SÃO JOÃO BATISTA

- 01 – 22/05 – Visita à Prefeitura – Prestação de Contas do FNDE.
- 02 – Resposta à consulta sobre etapas de execução de obra licitada.

SÃO JOSÉ

- 01 – Fundação de Esporte – Bolsa de estímulo à prática do Esporte.

SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

- 01 – Procedimento para contratar segundo colocado em processo licitatório, face a desistência da vencedora.
- 02 – Único presente no pregão e relação de bens e serviços comuns.
- 03 – Orientação sobre denominação de prédio público.
- 04 – Orientação para ex-Prefeito em Ação Pública.
- 05 – Defesas de ex-Prefeitos no TCE/SC.
- 06 – Defesa de ex-Prefeitos junto a órgãos do Governo Federal.
- 07 – Orientações sobre tributação e fiscalização – oito.
- 08 – Orientação sobre licitações – onze.

6.6 – ASSESSORIA PARA ASSUNTOS PREVIDENCIÁRIOS

Em 2007 o Ministério da Previdência Social iniciou uma série de procedimentos de Auditoria-Fiscal nos Regimes Próprios da Região da Grande Florianópolis, a fim de ser verificada a implementação dos dispositivos constantes da Lei Federal nº 9717/98. Outrossim, neste exercício restou lançada a nova Resolução do Conselho Monetário Nacional acerca das aplicações dos Regimes, buscando maior segmentação e transparência nos investimentos.

Para fins de registro e prestação de contas, no exercício de 2007, foram assessorados os seguintes Institutos de Previdência Municipal: IPAM (Águas Mornas), IPREANCARLOS (Antonio Carlos), IPREGOBA (Garopaba), IPRELL (Leoberto Leal), IPREVENT (Nova Trento), IPRERQ (Rancho Queimado), IPRESJB (São João Batista), IPRESANTOAMARO (Santo Amaro da Imperatriz), INSPA (São Pedro de Alcântara), PREVBIGUAÇU (Biguaçu), através do desenvolvimento dos seguintes trabalhos:

1. Atendimento pessoal na sede da GRANFPOLIS, aos Prefeitos Municipais, Diretores-Executivos dos Institutos, Vereadores, membros dos Conselhos Administrativo e Fiscal e aos segurados e dependentes;
2. Visitas aos Institutos, em sua sede para realização de trabalhos específicos;
3. Análise da documentação dos segurados ou dependentes para possíveis concessões de aposentadorias ou pensões;
4. Confecção de pareceres jurídicos de aposentadoria e pensão por morte, devidamente instruídos com despacho de Concessão, Carta de Concessão e Memória de Cálculo do Benefício e elaboração das médias definidas pela Lei Federal nº 10.887/04;
5. Elaboração de pareceres sobre quaisquer consulta formulada pela Diretoria-Executiva ou Conselheiros das autarquias, relativas a matéria administrativa, constitucional ou previdenciária;
6. Treinamento de estagiários e funcionários para desenvolver atividades de coleta de dados e atos administrativos nos Institutos;
7. Acompanhamento das perícias médicas realizadas para a concessão de aposentadorias por invalidez, através do encaminhamento para a empresa prestadora dos serviços de perícias, discussões com os médicos-peritos sobre cada caso e elaboração do Manual de Perícias Médicas dos Institutos de Previdência Municipal a ser aprovado em 2008;
8. Elaboração dos quesitos técnicos complementares para auxiliar a emissão do laudo médico à concessão de aposentadoria por invalidez;
9. Acompanhamento dos processos de aposentadoria e pensão remetidos ao Tribunal de Contas para registro e posterior recebimento da Compensação Previdenciária;
10. Acompanhamento do registro do convênio para recebimento dos valores pecuniários advindos da Compensação Previdenciária;
11. Acompanhamento em conjunto com os Diretores-Executivos da emissão da Certidão de Regularidade Previdenciária;
12. Elaboração de projetos de lei atinentes à matéria previdenciária, dentre outros: alteração do projeto originário em face de novas determinações estabelecidas pela legislação federal ou alterações procedidas no Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais, alteração de alíquotas dado o cálculo atuarial anual, autorização para parcelamento de dívida previdenciária;
13. Elaboração de Termos de Confissão de Dívida e contrato de parcelamento de dívidas previdenciárias;
14. Confecção de Portarias, Decretos, Memoriais, Notas Técnicas, Despachos, Pedidos de Diligência, Ofícios aos órgãos da Administração federal, estadual e municipal, para préstimo de informações ou cumprimento de medidas legais;
15. Participação nas reuniões dos Conselhos Administrativo e Fiscal, para prestar esclarecimentos relativos à legislação e sua aplicação;
16. Acompanhamento de processos eleitorais para nomeação de Diretores-Executivos e membros dos Conselhos e dos demais atos administrativos para seu perfeito encerramento;
17. Confecção de respostas à correspondências e solicitação de informações promovidas pelo Ministério da Previdência e Tribunal de Contas;
18. Confecção de consultas ao Ministério da Previdência, Banco Central e ao Tribunal de Contas para pacificar posicionamento administrativos e jurídicos sobre temas previdenciários;

19. Acompanhamento do censo cadastral dos segurados para coleta de dados funcionais e pessoais a título de formação do arquivo documental do Instituto e aprimoramento dos dados utilizados para a confecção do cálculo atuarial, bem como de seus dependentes;
20. Acompanhamento da elaboração do cálculo atuarial e posterior discussão e apresentação à Administração Municipal e aos segurados;
21. Préstimo de informações em Mandados de Segurança impetrados contra o Instituto, na pessoa de seu Diretor-Executivo;
22. Interposição de recursos às ações judiciais propostas contra o Instituto, com conseqüente acompanhamento;
23. Acompanhamento dos processos licitatórios e confecção de contratos e aditivos;
24. Orientação e acompanhamento do preenchimento do Demonstrativo de Receitas e Despesas e Demonstrativo de Pessoal a ser enviado para o Ministério da Previdência Social;
25. Participação em reuniões com Vereadores e esclarecimento de suas dúvidas na Câmara Municipal;
26. Elaboração e condução dos processos administrativos de cobrança de contribuições aos segurados e dependentes dos Institutos;
27. Integração e discussão com as demais áreas técnicas da GRANFPOLIS, para perfeita prestação dos trabalhos atinentes aos Regimes Próprios de Previdência;
28. Acompanhamento de discussões com Vereadores sobre as implicações previdenciárias das modificações nos Estatutos dos Servidores Públicos, bem com as tendências impostas pelas Emendas Constitucionais n° 41/2003 e 47/2005;
29. Participação nas Assembléias de Quotistas dos Fundos de Investimentos anteriormente administrados pelo Banco Santos, bem como acompanhamento dos demais procedimentos relativos a esta entidade;
30. Aprimoramento do software PREVCALC, desenvolvido pela empresa Guirguis Informática para geração de cálculo dos benefícios nos termos da Lei Federal n° 10887/04 e as alterações impostas pela Emenda Constitucional n° 4705.
31. Confecção de Recursos em Decisões-Notificação promovidas pelo Ministério da Previdência Social contra os Municípios de Santo Amaro da Imperatriz, Biguaçu, Nova Trento, São Pedro de Alcântara, Garopaba e São João Batista;
32. Confecção do Manual de Aposentadorias e Pensões (Cartilha) destinado aos servidores Municipais;
33. Realização da Semana da Previdência no Município de Santo Amaro da Imperatriz, com a realização de palestras sobre a concessão de benefícios;
34. Realização de palestras sobre a nova Resolução do Conselho Monetário Nacional acerca das aplicações financeiras dos Regimes Próprios de Previdência Social.
35. Em meses alternados foram realizadas reuniões técnicas na sede dos Institutos de Previdência com a presença dos Diretores-Executivos e outros técnicos das autarquias previdenciárias para discutir normas e procedimentos administrativos e legais dos Regimes Próprios.

6.7 – ASSESSORIA PARA ASSUNTOS DE SAÚDE

Implantado em maio de 2006 na Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis, a Assessoria Técnica para Assuntos da Saúde, visa fortalecer a gestão dos municípios na área de planejamento e execução das ações de saúde, conforme habilitação dos mesmos, acreditando, que, com sua contribuição os gestores se sintam motivados a desempenharem suas funções, nos melhores padrões de qualidade, contribuindo, assim, para o aprimoramento da Gestão do SUS e para a garantia dos direitos dos seus munícipes.

No exercício de 2007 continuamos auxiliar tecnicamente os municípios não somente no setor saúde, mas também na Administração, Setor Financeiro, Jurídico, Recursos Humanos e Câmara de Vereadores, particularmente sobre mudança da Legislação da Saúde.

A Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis participa desde dezembro de 2006, da Câmara Técnica da Comissão Intergestora Bipartite – CIB e Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Santa Catarina – COSEMS conforme documento abaixo.

DELIBERAÇÃO 132/CIB/06.

A Comissão Intergestores Bipartite – CIB/SC, no uso de suas atribuições, em sua 120ª Reunião Ordinária, no dia 15 de dezembro de 2006, APROVA a formação de um Grupo Gestor para conduzir a Agenda Catarinense na implantação do Pacto pela Saúde, tendo em sua composição os representantes da SES – Flávio Magajeswski, Luis Antônio Silva e Maria Teresa Locks e por parte do COSEMS – Clécio Espezim, Hélio Livino e Teresinha Niehues.

A Comissão SES/COSEMS nomeada pela Deliberação CIB 123/2006 terá como atribuições:

- Coordenar o processo de pactuação definido nesta Deliberação e acompanhar o desenvolvimento dos planos e atividades definidos no **Artigo 2º** da Deliberação nº 043/2007;
- **Artigo 2º** - A pactuação entre os gestores do SUS em Santa Catarina se dará pela negociação permanente dos compromissos e instrumentos de gestão abaixo relacionados:

I – Atualização do Plano Diretor de Regionalização - PDR a partir das diretrizes do PDR aprovado em 2002, especialmente quanto à definição do número de regiões que serão consideradas para a constituição dos Colegiados Regionais de Gestão e os pólos de referências para ações e serviços de saúde, assim como os municípios de abrangência e referências interestaduais;

II - Readequação da Programação Pactuada e Integrada - PPI para as regiões consideradas no PDR;

III - Elaboração do Plano Diretor de Investimento – PDI a partir da análise da PPI e da densidade tecnológica estabelecida para a resolutividade dos módulos assistenciais regionais;

IV - Elaboração do Plano Operativo de Regulação;

V - Elaboração e aprovação da Política Estadual de Promoção à Saúde;

VI – Definição de critérios comuns para a contratualização dos prestadores de serviços e realização da contratualização de 100% dos prestadores de serviços do SUS pelo gestor estadual e pelos gestores municipais com responsabilidade pela gestão de prestadores;

VII – Avaliação dos protocolos clínicos e administrativos existentes e identificação das áreas que necessitam criar de novos protocolos clínicos e de acesso e/ou atualização dos já

existentes;

VIII – Criação e instalação dos Colegiados Regionais de Gestão nas regiões de saúde consideradas pelo PDR;

IX – Informatização dos Termos de Compromisso de Gestão, para a efetivação da pactuação entre Estado e Municípios;

X – Pactuação e atualização dos indicadores unificados dos pactos de que trata a Portaria 91/2007 e os demais indicadores constantes do Pacto pela Saúde, assim como os mecanismos de monitoramento dos mesmos.

- Avaliar a adequação da macroalocação do Teto Global da Assistência do Estado e propor alterações se necessário;
- Analisar e emitir parecer quanto às propostas de Termo de Compromisso de Gestão apresentadas pelos municípios e pelo Estado;
- Propor mecanismos para o acompanhamento do cumprimento dos indicadores pactuados;

As atribuições do Grupo Gestor que refere as Deliberações da CIB foram determinadas pelas seguintes portarias:

- Portaria nº 399/GM de 22 de Fevereiro de 2006 que divulga o Pacto pela Saúde 2006;
- Portaria nº 699/GM de 30 de Março de 2006 que aprova as diretrizes operacionais do referido pacto;
- Portaria nº 153/GM de 17 de Janeiro de 2007 que define a data de 30 de setembro de 2007 para a conclusão do processo de pactuação do termo de compromisso de gestão incluindo a revisão dos indicadores de que trata a Portaria nº 91/01/2007/GM;

OUTRAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA ASSOCIAÇÃO COM OU / PARA OS MUNICIPIOS DA GRANFPOLIS EM 2007:

- Participação nas reuniões do Grupo Gestor da Agenda Catarinense do Pacto de Gestão, realizadas na Secretaria de Estado da Saúde e Diretoria de Epidemiologia;
- Reuniões Mensais do Colegiado de Secretários Municipais de Saúde da Região da Grande Florianópolis de março a dezembro;
- Participação nas oficinas realizadas nos Encontros de Secretários Municipais de Saúde de Santa Catarina realizados em Brusque, Canoinhas, Joaçaba e Criciúma;
- Participação nas oficinas realizadas no XXIII Congresso Nacional das Secretarias Municipais de Saúde e IV Congresso Brasileiro de Saúde, Cultura de Paz e Não-Violência, no período de 27 a 30 de junho de 2007, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina;
- Participação na Coordenação e palestras nas Conferências Municipais de Saúde realizadas pelos municípios;
- Gestão das agendas dos serviços de Ultra-sonografia, Tomografia Computadorizada e Ressonância Magnética pelo SUS, garantindo as cotas de cada município;
- Orientação da escolha do conteúdo das pautas das Reuniões do Colegiado durante o ano de 2007;
- Oficinas realizadas com os Gestores Municipais de Saúde sobre assuntos diversos;
- Representação dos Municípios em eventos com a Secretaria de Estado da Saúde e Ministério da Saúde;
- Capacitação dos Municípios sobre "Blocos de Financiamentos da Saúde" juntamente Técnicos da Secretaria Estadual de Saúde e COSEMS em diversas regiões do Estado de Santa Catarina;
- Acompanhamento e envio de novas publicações de portarias do Ministério da Saúde aos municípios;
- Orientação sobre legislação da assistência farmacêutica municipal;

- Participação direta no credenciamento pelo SUS de prestadores de serviços de Ultrasonografia;
- Execução de serviços com técnicos do Setor de Orçamento, Credenciamento e Programação Pactuada e Integrada – PPI dos municípios;
- Reunião com a Secretaria Municipal de Saúde, Diretoria Administrativa / Medica do Hospital São Francisco de Assis e Prestadores de serviços de laboratório de Santo Amaro da Imperatriz sobre Pactuação e cotas de serviços de Média Complexidade;
- Apoio Técnico para execução de processos de Credenciamento de prestadores de serviços de saúde dos municípios de Santo Amaro da Imperatriz e Palhoça;
- Representação dos Municípios no Treinamento sobre Ficha de Programação Orçamentária – FPO do Sistema de Informação Ambulatorial SIA/SUS de forma magnética (portaria da SAS/ MS nº 496).
- Orientação aos municípios sobre documentação da Reestruturação do Fundo Municipal de Saúde;
- Orientação e capacitação aos Técnicos dos municípios sobre alimentação do Banco de Dados enviado mensalmente ao Ministério da Saúde: SIA, BPA, SIAB; SIFAB e outros;
- Atendimento individual aos Prefeitos, Secretários Municipais de Saúde e demais técnicos dos municípios sobre assuntos diversos na Associação;
- Orientação e preenchimento do Relatório de Gestão 2006/2007 de vários municípios;
- Participação em reuniões dos Conselhos Municipal de Saúde sobre plano de aplicação financeiro e credenciamento de serviços pelo SUS;
- Orientação sobre serviços de Controle, avaliação e auditoria das Secretarias Municipais de Saúde;
- Orientação sobre preenchimento e prestação de contas dos Laudos para emissão de AIHs e APACs das cirurgias eletivas;
- Orientação sobre atualização da Legislação e eleição dos Conselhos Municipais de Saúde;
- Reuniões com Secretários Municipais de Saúde sobre Gestão compartilhada das ações de Média Complexidade e credenciamento de serviços do SUS;
- Organização das viagens dos Secretários de Saúde nos Encontros Estaduais de Secretários Municipais de Santa Catarina;
- Informação técnica sobre assuntos diversos via fone aos 22 municípios da Região da Grande Florianópolis;
- Manutenção da pactuação dos protocolos dos processos de Tomografias Computadorizada e Ressonâncias Magnéticas dos municípios da Região da Grande Florianópolis, exceto São José e Florianópolis

PRESTAÇÃO DE CONTAS

PRESTAÇÃO DE CONTAS

SUMÁRIO

- 1 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS**
- 2 - RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS**
- 3 - RESUMO GERAL DA DESPESA**
- 4 - COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**
- 5 - COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA**
- 6 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**
- 7 - BALANÇO FINANCEIRO**
- 8 - BALANÇO PATRIMONIAL**
- 9 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**
- 10 - DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE**

**SANTA CATARINA****ASSOC. DOS MUNICIPIOS DA REGIAO DA GRANDE FPOLIS**Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 1
Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2007

Receitas		Despesas	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
RECEITAS CORRENTES	2.374.224,99	DESPESAS CORRENTES	1.913.441,59
RECEITA PATRIMONIAL	225.311,02	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.259.333,12
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.128.333,33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	654.108,47
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	20.580,64		
		Superavit	460.783,40
Superavit do Orçamento Corrente	460.783,40		
RECEITAS DE CAPITAL	377,00	DESPESAS DE CAPITAL	3.723,00
ALIENAÇÃO DE BENS	377,00	INVESTIMENTOS	3.723,00
		Superavit	457.437,40
Total:	461.160,40	Total:	461.160,40

Resumo

RECEITAS CORRENTES	2.374.224,99	DESPESAS CORRENTES	1.913.441,59
RECEITAS DE CAPITAL	377,00	DESPESAS DE CAPITAL	3.723,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00
		Superavit	457.437,40
Total:	2.374.601,99	Total:	2.374.601,99

FLORIANÓPOLIS 07/01/2008



FERNANDO MELQUIADES ELIAS
Presidente



MIGUEL AUGUSTO F. FARACO
Secretário Executivo



GILBERTO BRASIL
Contador CRC/SC-020709/O-9



SANTA CATARINA
ASSOC. DOS MUNICIPIOS DA REGIAO DA GRANDE FPOLIS
Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
1.0.0.0.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			2.374.224,99
1.3.0.0.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		225.311,02	
1.3.2.0.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS		225.311,02	
1.3.2.5.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	225.311,02		
1.7.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		2.128.333,33	
1.7.2.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		2.128.333,33	
1.7.2.3.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS	2.128.333,33		
1.7.2.3.01.00.00	CONTRIBUIÇÕES ESTATUTÁRIAS	1.893.830,50		
1.7.2.3.01.01.00	Águas Mornas	46.359,00		
1.7.2.3.01.02.00	Alfredo Wagner	46.359,00		
1.7.2.3.01.03.00	Angelina	46.359,00		
1.7.2.3.01.04.00	Anitápolis	46.359,00		
1.7.2.3.01.05.00	Antônio Carlos	46.359,00		
1.7.2.3.01.06.00	Biguaçu	169.048,00		
1.7.2.3.01.07.00	Canelinha	46.359,00		
1.7.2.3.01.08.00	Florianópolis	249.395,50		
1.7.2.3.01.09.00	Garopaba	76.838,00		
1.7.2.3.01.10.00	Governador Celso Ramos	61.492,00		
1.7.2.3.01.11.00	Leoberto Leal	46.359,00		
1.7.2.3.01.12.00	Major Gercino	46.359,00		
1.7.2.3.01.13.00	Nova Trento	62.483,00		
1.7.2.3.01.14.00	Palhoça	178.928,00		
1.7.2.3.01.15.00	Paulo Lopes	46.359,00		
1.7.2.3.01.16.00	Rancho Queimado	46.359,00		
1.7.2.3.01.17.00	Santo Amaro da Imperatriz	92.208,00		
1.7.2.3.01.18.00	São Bonifácio	46.359,00		
1.7.2.3.01.19.00	São João Batista	76.838,00		
1.7.2.3.01.20.00	São José	277.065,00		
1.7.2.3.01.21.00	São Pedro de Alcântara	46.359,00		
1.7.2.3.01.22.00	Tijucas	93.227,00		
1.7.2.3.02.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS INST. DE PREVIDÊNCIA	99.502,83		
1.7.2.3.02.01.00	Inst. de Previdência de Águas Mornas	7.776,12		
1.7.2.3.02.03.00	Inst. de Previdência de Antônio Carlos	9.155,92		
1.7.2.3.02.04.00	Inst. de Previdência de Biguaçu	17.207,28		
1.7.2.3.02.05.00	Inst. de Previdência de Garopaba	9.051,35		
1.7.2.3.02.06.00	Inst. de Previdência de Leoberto Leal	7.800,00		
1.7.2.3.02.07.00	Inst. de Previdência de Nova Trento	9.821,76		
1.7.2.3.02.08.00	Inst. de Previdência de Rancho Queimado	7.776,12		
1.7.2.3.02.09.00	Inst. de Previdência de Santo Amaro da Imperatriz	14.035,92		
1.7.2.3.02.10.00	Inst. de Previdência de São João Batista	12.678,36		
1.7.2.3.02.11.00	Inst. de Previdência de São Pedro de Alcântara	4.200,00		
1.7.2.3.03.00.00	CONTRIBUIÇÃO P/ ELABORAÇÃO DOS PLANOS DIR	135.000,00		
1.7.2.3.03.03.00	Plano Diretor de Angelina	45.000,00		
1.7.2.3.03.04.00	Plano Diretor de Anitápolis	45.000,00		
1.7.2.3.03.10.00	Plano Diretor de Rancho Queimado	45.000,00		
1.9.0.0.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		20.580,64	
1.9.3.0.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		17.650,00	
1.9.3.2.00.00.00	Rec. Div. Ativ. não Tributária	17.650,00		
1.9.3.2.22.00.00	Receita da Dívida Ativa - Contrib. Estatutárias	17.650,00		
1.9.9.0.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		2.930,64	
1.9.9.0.99.00.00	Outras Receitas	2.930,64		
2.0.0.0.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			377,00
2.2.0.0.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS		377,00	
2.2.1.0.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		377,00	

Handwritten signature/initials

Handwritten signature/initials



SANTA CATARINA
ASSOC. DOS MUNICIPIOS DA REGIAO DA GRANDE FPOLIS
 Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta

Betha Sistemas
 Exercício de 2007

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
2.2.1.9.00.00.00.00	Aqen. de Outros Bens Móveis	377,00		
FLORIANOPOLIS - 07/01/2008				Total: 2.374.601,99
FERNANDO MELQUIADES ELIAS Presidente	MIGUEL AUGUSTO F. FARAÇO Secretário Executivo		GILBERTO BRASIL Contador CRC/SC-020709/O-9	

Betha Sistemas
Exercício de 2007



SANTA CATARINA
ASSOC. DOS MUNICIPIOS DA REGIAO DA GRANDE FPOLIS
Resumo Geral da Despesa - Anexo 2 - Administração Direta

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			1.913.441,59
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			1.259.333,12
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.259.333,12	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	951.925,44		
3.1.90.12.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar	627,38		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigacoes Patronais	306.780,30		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			654.108,47
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		654.108,47	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diarias - Civil	32.778,00		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	52.172,27		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	1.355,00		
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	25.704,86		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	55.723,40		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	477.103,47		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	9.271,47		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			3.723,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			3.723,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		3.723,00	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	3.723,00		
			Total:	1.917.164,59

FLORIANOPOLIS 07/01/2008

FERNANDO MELQUIADES ELIAS
Presidente

MIGUEL AUGUSTO F. FARACO
Secretário Executivo

GILBERTO BRASIL
Contador CRC/SC-020709/O-9



SANTA CATARINA

ASSOC. DOS MUNICIPIOS DA REGIAO DA GRANDE FPOLIS

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10 - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2007

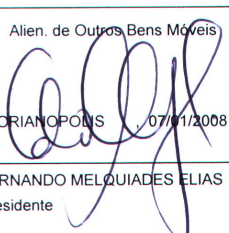
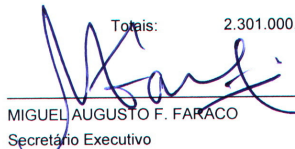
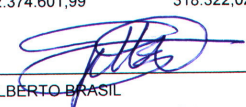
Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
RECEITAS CORRENTES	2.261.000,00	2.374.224,99	318.322,02	205.097,03
RECEITA PATRIMONIAL	75.000,00	225.311,02	150.311,02	0,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	75.000,00	225.311,02	150.311,02	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários	75.000,00	225.311,02	150.311,02	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.186.000,00	2.128.333,33	147.430,36	205.097,03
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	2.186.000,00	2.128.333,33	147.430,36	205.097,03
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS	2.186.000,00	2.128.333,33	147.430,36	205.097,03
CONTRIBUIÇÕES ESTATUTÁRIAS	1.986.000,00	1.893.830,50	98.952,00	191.121,50
Águas Mornas	45.000,00	46.359,00	1.359,00	0,00
Alfredo Wagner	45.000,00	46.359,00	1.359,00	0,00
Angelina	45.000,00	46.359,00	1.359,00	0,00
Anitápolis	45.000,00	46.359,00	1.359,00	0,00
Antônio Carlos	45.000,00	46.359,00	1.359,00	0,00
Biguaçu	132.000,00	169.048,00	37.048,00	0,00
Canelinha	45.000,00	46.359,00	1.359,00	0,00
Florianópolis	440.000,00	249.395,50	0,00	190.604,50
Garopaba	75.000,00	76.838,00	1.838,00	0,00
Governador Celso Ramos	51.000,00	61.492,00	10.492,00	0,00
Leoberto Leal	45.000,00	46.359,00	1.359,00	0,00
Major Gercino	45.000,00	46.359,00	1.359,00	0,00
Nova Trento	63.000,00	62.483,00	0,00	517,00
Palhoça	170.000,00	178.928,00	8.928,00	0,00
Paulo Lopes	45.000,00	46.359,00	1.359,00	0,00
Rancho Queimado	45.000,00	46.359,00	1.359,00	0,00
Santo Amaro da Imperatriz	88.000,00	92.208,00	4.208,00	0,00
São Bonifácio	45.000,00	46.359,00	1.359,00	0,00
São João Batista	75.000,00	76.838,00	1.838,00	0,00
São José	274.000,00	277.065,00	3.065,00	0,00
São Pedro de Alcântara	45.000,00	46.359,00	1.359,00	0,00
Tijucas	78.000,00	93.227,00	15.227,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DOS INST. DE PREVIDÊNCIA	110.000,00	99.502,83	3.478,36	13.975,53
Inst. de Previdência de Águas Mornas	11.000,00	7.776,12	0,00	3.223,88
Inst. de Previdência de Angelina	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
Inst. de Previdência de Antônio Carlos	10.000,00	9.155,92	0,00	844,08
Inst. de Previdência de Biguaçu	18.000,00	17.207,28	0,00	792,72
Inst. de Previdência de Garopaba	10.000,00	9.051,35	0,00	948,65
Inst. de Previdência de Leoberto Leal	5.000,00	7.800,00	2.800,00	0,00
Inst. de Previdência de Nova Trento	11.000,00	9.821,76	0,00	1.178,24
Inst. de Previdência de Rancho Queimado	8.000,00	7.776,12	0,00	223,88
Inst. de Previdência de Santo Amaro da Imperatriz	15.000,00	14.035,92	0,00	964,08
Inst. de Previdência de São João Batista	12.000,00	12.678,36	678,36	0,00
Inst. de Previdência de São Pedro de Alcântara	5.000,00	4.200,00	0,00	800,00
CONTRIBUIÇÃO P/ ELABORAÇÃO DOS PLANOS DIRETORES	90.000,00	135.000,00	45.000,00	0,00
Plano Diretor de Angelina	0,00	45.000,00	45.000,00	0,00
Plano Diretor de Anitápolis	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00
Plano Diretor de Rancho Queimado	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	20.580,64	20.580,64	0,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	0,00	17.650,00	17.650,00	0,00
Rec. Div. Ativ. não Tributária	0,00	17.650,00	17.650,00	0,00
Receita da Dívida Ativa - Contrib. Estatutárias	0,00	17.650,00	17.650,00	0,00
RECEITAS DIVERSAS	0,00	2.930,64	2.930,64	0,00
Outras Receitas	0,00	2.930,64	2.930,64	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	40.000,00	377,00	0,00	39.623,00
ALIENAÇÃO DE BENS	40.000,00	377,00	0,00	39.623,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	40.000,00	377,00	0,00	39.623,00



SANTA CATARINA
ASSOC. DOS MUNICIPIOS DA REGIAO DA GRANDE FPOLIS
 Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10 - Administração Direta

Betha Sistemas
 Exercício de 2007

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
Alien. de Outros Bens Móveis	40.000,00	377,00	0,00	39.623,00
Totais:	2.301.000,00	2.374.601,99	318.322,02	244.720,03

 FLORIANOPOLIS, 07/01/2008 FERNANDO MELQUIADES ELIAS Presidente	 MIGUEL AUGUSTO F. FARACO Secretário Executivo	 GILBERTO BRASIL Contador CRC/SC-020709/O-9
---	---	---



SANTA CATARINA

ASSOC. DOS MUNICIPIOS DA REGIAO DA GRANDE FPOLIS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Betha Sistemas
Exercício de 2007

Entidade : ASSOC. DOS MUNICIPIOS DA REGIAO DA GRANDE FPOLIS

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários		
01 SECRETARIA EXECUTIVA	630.000,00	0,00	480.191,44	149.808,56
01.01 SECRETARIA EXECUTIVA	630.000,00	0,00	480.191,44	149.808,56
0101.04 Administração	630.000,00	0,00	480.191,44	149.808,56
0101.04.121 Planejamento e Orçamento	630.000,00	0,00	480.191,44	149.808,56
01.01.04.121.0001 Planejamento e Orçamento	630.000,00	0,00	480.191,44	149.808,56
01.01.04.121.0001.2.001 Manutenção da Secretaria Executiva	630.000,00	0,00	480.191,44	149.808,56
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0 Aplicacoes Diretas	180.000,00	0,00	171.580,71	8.419,29
3.1.90.11.00.00.00.0.1.0 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	385.000,00	0,00	124.461,69	76.389,27
3.1.90.13.00.00.00.0.1.0 Obrigacoes Patronais			47.119,02	
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0 Aplicacoes Diretas			308.610,73	
3.3.90.14.00.00.00.0.1.0 Diarias - Civil			18.791,50	
3.3.90.30.00.00.00.0.1.0 Material de Consumo			2.032,38	
3.3.90.32.00.00.00.0.1.0 Material de Distribuicao Gratuita			1.355,00	
3.3.90.33.00.00.00.0.1.0 Passagens e Despesas com Locomocao			15.571,62	
3.3.90.36.00.00.00.0.1.0 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica			563,00	
3.3.90.39.00.00.00.0.1.0 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica			268.929,84	
3.3.90.47.00.00.00.0.1.0 Obrigacoes Tributarias e Contributivas			1.367,39	
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0 Aplicacoes Diretas	65.000,00	0,00	0,00	65.000,00
02 ASSESSORIA P/ ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS	85.000,00	0,00	72.753,89	12.246,11
02.01 ASSESSORIA P/ ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS	85.000,00	0,00	72.753,89	12.246,11
02.01.04 Administração	85.000,00	0,00	72.753,89	12.246,11
0201.04 Administração	85.000,00	0,00	72.753,89	12.246,11
0201.04.122 Administração Geral	85.000,00	0,00	72.753,89	12.246,11
02.01.04.122.0005 Organização e Modernização Administrativa	85.000,00	0,00	72.753,89	12.246,11
0201.04.122.0005.2.002 Manut. da Assessoria p/ Assuntos Administrativos	85.000,00	0,00	72.753,89	12.246,11
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0 Aplicacoes Diretas	55.000,00	0,00	51.354,28	3.645,72
3.1.90.11.00.00.00.0.1.0 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			39.038,10	
3.1.90.13.00.00.00.0.1.0 Obrigacoes Patronais			12.316,18	
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0 Aplicacoes Diretas	25.000,00	0,00	21.399,61	3.600,39
3.3.90.30.00.00.00.0.1.0 Material de Consumo			2.705,04	
3.3.90.39.00.00.00.0.1.0 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica			18.694,57	
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



SANTA CATARINA
ASSOC. DOS MUNICIPIOS DA REGIAO DA GRANDE FPOLIS
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Betha Sistemas
 Exercício de 2007

Entidade : ASSOC. DOS MUNICIPIOS DA REGIAO DA GRANDE FPOLIS

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários		
03 ASSES.P/ASSUNTOS CONTÁBEIS E FINANCEIRO	230.000,00	0,00	185.258,08	44.741,92
03.01 ASSES.P/ASSUNTOS CONTÁBEIS E FINANCEIROS	230.000,00	0,00	185.258,08	44.741,92
0301.04 Administração	230.000,00	0,00	185.258,08	44.741,92
0301.04.122 Administração Geral	45.000,00	0,00	17.044,27	27.955,73
03.01.04.122.0005 Organização e Modernização Administrativa	45.000,00	0,00	17.044,27	27.955,73
03.01.04.122.0005.2.003 Manutenção da Assessoria de Informática	45.000,00	0,00	17.044,27	27.955,73
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0 Aplicacoes Diretas	30.000,00	0,00	14.116,27	15.883,73
3.3.90.30.00.00.00.0.1.0 Material de Consumo	10.000,00	0,00	6.966,67	7.149,60
3.3.90.39.00.00.00.0.1.0 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	10.000,00	0,00	2.928,00	7.072,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0 Aplicacoes Diretas	185.000,00	0,00	168.213,81	16.786,19
4.4.90.52.00.00.00.0.1.0 Equipamentos e Material Permanente	185.000,00	0,00	168.213,81	16.786,19
0301.04.123 Administração Financeira	185.000,00	0,00	168.213,81	16.786,19
03.01.04.123.0005 Organização e Modernização Administrativa	185.000,00	0,00	168.213,81	16.786,19
03.01.04.123.0005.2.004 Manut. da Asses. para Assuntos Contábeis e Financ.	155.000,00	0,00	152.646,10	2.353,90
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0 Aplicacoes Diretas	155.000,00	0,00	115.723,96	627,38
3.1.90.11.00.00.00.0.1.0 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	20.000,00	0,00	36.284,76	4.432,29
3.1.90.12.00.00.00.0.1.0 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar	20.000,00	0,00	15.567,71	4.432,29
3.1.90.13.00.00.00.0.1.0 Obrigações Patronais	20.000,00	0,00	3.243,00	28,80
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	12.045,91	10.000,00
3.3.90.14.00.00.00.0.1.0 Diarias - Civil	200.000,00	0,00	177.155,50	22.844,50
3.3.90.33.00.00.00.0.1.0 Passagens e Despesas com Locomocao	200.000,00	0,00	177.155,50	22.844,50
3.3.90.36.00.00.00.0.1.0 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	200.000,00	0,00	177.155,50	22.844,50
3.3.90.39.00.00.00.0.1.0 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	200.000,00	0,00	177.155,50	22.844,50
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0 Aplicacoes Diretas	200.000,00	0,00	177.155,50	22.844,50
04 ASSESSORIA P/ASSUNTOS JURÍDICOS	200.000,00	0,00	177.155,50	22.844,50
04.01 ASSES.P/ASSUNTOS JURIDICOS	200.000,00	0,00	177.155,50	22.844,50
0401.04 Administração	200.000,00	0,00	177.155,50	22.844,50
0401.04.122 Administração Geral	200.000,00	0,00	177.155,50	22.844,50
04.01.04.122.0005 Organização e Modernização Administrativa	200.000,00	0,00	177.155,50	22.844,50
04.01.04.122.0005.2.005 Manutenção da Assessoria para Assuntos Jurídicos	200.000,00	0,00	177.155,50	22.844,50
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0 Aplicacoes Diretas	170.000,00	0,00	162.174,71	7.825,29
3.1.90.11.00.00.00.0.1.0 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	170.000,00	0,00	125.421,51	7.825,29

Betha Sistemas
Exercício de 2007

SANTA CATARINA
ASSOC. DOS MUNICIPIOS DA REGIAO DA GRANDE FPOLIS
Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11



Entidade - ASSOC. DOS MUNICIPIOS DA REGIAO DA GRANDE FPOLIS

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários		
04 ASSESSORIA P/ ASSUNTOS JURÍDICOS	200.000,00	0,00	177.155,50	22.844,50
04.01 ASSES.P/ASSUNTOS JURIDICOS	200.000,00	0,00	177.155,50	22.844,50
0401.04 Administração	200.000,00	0,00	177.155,50	22.844,50
0401.04.122 Administração Geral	200.000,00	0,00	177.155,50	22.844,50
04.01.04.122.0005 Organização e Modernização Administrativa	200.000,00	0,00	177.155,50	22.844,50
04.01.04.122.0005.2.005 Manutenção da Assessoria para Assuntos Jurídicos	200.000,00	0,00	177.155,50	22.844,50
3.1.90.13.00.00.00.0.1.0 Obrigações Patronais	36.753,20		36.753,20	
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0 Aplicacoes Diretas	14.480,79		14.480,79	
3.3.90.30.00.00.00.0.1.0 Material de Consumo	324,00		324,00	
3.3.90.33.00.00.00.0.1.0 Passagens e Despesas com Locomocao	44,40		44,40	
3.3.90.39.00.00.00.0.1.0 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	14.112,39		14.112,39	
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0 Aplicacoes Diretas	500,00	0,00	500,00	4.500,00
4.4.90.52.00.00.00.0.1.0 Equipamentos e Material Permanente	500,00		500,00	
05 ASSES.P/ASSUNTOS DE ENG. E ARQUITETURA	1.064.219,19	0,00	864.647,60	199.571,59
05.01 ASSES.P/ASSUNTOS DE ENG. E ARQUITETURA	1.064.219,19	0,00	864.647,60	199.571,59
0501.04 Administração	1.064.219,19	0,00	864.647,60	199.571,59
0501.04.121 Planejamento e Orçamento	1.064.219,19	0,00	864.647,60	199.571,59
05.01.04.121.0001 Planejamento e Orçamentação	1.064.219,19	0,00	864.647,60	199.571,59
05.01.04.121.0001.2.006 Manut. da Asses. p/ Assuntos de Eng. e Arquitetura	570.000,00	0,00	387.700,37	182.299,63
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0 Aplicacoes Diretas	320.000,00	0,00	272.248,28	47.751,72
3.1.90.11.00.00.00.0.1.0 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	204.780,25		204.780,25	
3.1.90.13.00.00.00.0.1.0 Obrigações Patronais	67.468,03		67.468,03	
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0 Aplicacoes Diretas	115.452,09	0,00	115.452,09	109.547,91
3.3.90.30.00.00.00.0.1.0 Material de Consumo	35.116,80		35.116,80	
3.3.90.33.00.00.00.0.1.0 Passagens e Despesas com Locomocao	44,40		44,40	
3.3.90.36.00.00.00.0.1.0 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	850,00		850,00	
3.3.90.39.00.00.00.0.1.0 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	79.440,89		79.440,89	
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0 Aplicacoes Diretas	25.000,00	0,00	25.000,00	25.000,00
05.01.04.121.0001.2.007 Assessoramento na Elaboração dos Planos Diretores	494.219,19	0,00	476.947,23	17.271,96
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0 Aplicacoes Diretas	180.000,00	0,00	165.662,46	14.337,54
3.1.90.00.00.00.00.0.1.1 Aplicacoes Diretas	119.362,78	0,00	119.362,78	0,00
3.1.90.00.00.00.00.0.3.1 Aplicacoes Diretas	68.219,19	0,00	68.219,19	0,00
3.1.90.11.00.00.00.0.1.0 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	96.071,70		96.071,70	



SANTA CATARINA

ASSOC. DOS MUNICIPIOS DA REGIAO DA GRANDE FPOLIS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Betha Sistemas
Exercício de 2007

Entidade : ASSOC. DOS MUNICIPIOS DA REGIAO DA GRANDE FPOLIS

Titulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
05 ASSES.PI/ASSUNTOS DE ENG. E ARQUITETURA	1.064.219,19	0,00	1.064.219,19	864.647,60	199.571,59
05.01 ASSES.PI/ASSUNTOS DE ENG. E ARQUITETURA	1.064.219,19	0,00	1.064.219,19	864.647,60	199.571,59
0501.04 Administração	1.064.219,19	0,00	1.064.219,19	864.647,60	199.571,59
0501.04.121 Planejamento e Orçamento	1.064.219,19	0,00	1.064.219,19	864.647,60	199.571,59
05.01.04.121.0001 Planejamento e Orçamento	1.064.219,19	0,00	1.064.219,19	864.647,60	199.571,59
05.01.04.121.0001.2.007 Assessoramento na Elaboração dos Planos Diretores	494.219,19	0,00	494.219,19	476.947,23	17.271,96
3.1.90.11.00.00.00.0.1.1 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				116.214,87	
3.1.90.11.00.00.00.0.3.1 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				53.159,58	
3.1.90.13.00.00.00.0.1.0 Obrigações Patronais				69.590,76	
3.1.90.13.00.00.00.0.1.1 Obrigações Patronais				3.147,91	
3.1.90.13.00.00.00.0.3.1 Obrigações Patronais				15.059,61	
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0 Aplicacoes Diretas	111.000,00	0,00	111.000,00	108.065,58	2.934,42
3.3.90.00.00.00.00.0.1.1 Aplicacoes Diretas	15.637,22	0,00	15.637,22	15.637,22	0,00
3.3.90.30.00.00.00.0.1.0 Material de Consumo				3.533,00	
3.3.90.33.00.00.00.0.1.0 Passagens e Despesas com Locomocao				850,20	
3.3.90.36.00.00.00.0.1.0 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica				52.460,40	
3.3.90.36.00.00.00.0.1.1 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica				1.600,00	
3.3.90.39.00.00.00.0.1.0 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica				43.317,90	
3.3.90.39.00.00.00.0.1.1 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica				14.037,22	
3.3.90.47.00.00.00.0.1.0 Obrigações Tributárias e Contributivas				7.904,08	
06 ASSESSORIA PI/ ASSUNTOS EDUCACIONAIS	65.000,00	0,00	65.000,00	29.722,42	35.277,58
06.01 ASSESSORIA PI/ ASSUNTOS EDUCACIONAIS	65.000,00	0,00	65.000,00	29.722,42	35.277,58
0601.12 Educação	65.000,00	0,00	65.000,00	29.722,42	35.277,58
0601.12.122 Administração Geral	65.000,00	0,00	65.000,00	29.722,42	35.277,58
06.01.12.122.0005 Organização e Modernização Administrativa	65.000,00	0,00	65.000,00	29.722,42	35.277,58
0601.12.122.0005.2.008 Manut. da Asses. pi/ Assuntos Educacionais	65.000,00	0,00	65.000,00	29.722,42	35.277,58
3.1.90.11.00.00.00.0.1.0 Aplicacoes Diretas	40.000,00	0,00	40.000,00	17.777,50	22.222,50
3.1.90.11.00.00.00.0.1.0 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				17.777,50	
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0 Aplicacoes Diretas	20.000,00	0,00	20.000,00	11.944,92	8.055,08
3.3.90.14.00.00.00.0.1.0 Diarias - Civil				1.948,00	
3.3.90.30.00.00.00.0.1.0 Material de Consumo				1.494,38	
3.3.90.33.00.00.00.0.1.0 Passagens e Despesas com Locomocao				3.254,82	
3.3.90.39.00.00.00.0.1.0 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica				5.247,72	
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00

Coel.

AS

SANTA CATARINA
ASSOC. DOS MUNICIPIOS DA REGIAO DA GRANDE FPOLIS
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11



Betha Sistemas
 Exercício de 2007

Entidade : ASSOC. DOS MUNICIPIOS DA REGIAO DA GRANDE FPOLIS

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários		
			Total	
07 ASSESSORIA P/ ASSUNTOS DE SAÚDE	70.000,00	0,00	70.000,00	18.665,81
07.01 ASSESSORIA P/ ASSUNTOS DE SAÚDE	70.000,00	0,00	70.000,00	18.665,81
0701.10 Saúde				
0701.10.122 Administração Geral	70.000,00	0,00	70.000,00	18.665,81
07.01.10.122.0005 Organização e Modernização Administrativa	70.000,00	0,00	70.000,00	18.665,81
07.01.10.122.0005.2.009 Manut. da Asses. p/ Assuntos de Saúde	70.000,00	0,00	70.000,00	18.665,81
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0 Aplicacoes Diretas	45.000,00	0,00	45.000,00	6.776,83
3.1.90.11.00.00.00.0.1.0 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				
3.1.90.13.00.00.00.0.1.0 Obrigacoes Patronais	20.000,00	0,00	20.000,00	7.183,98
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0 Aplicacoes Diretas				
3.3.90.14.00.00.00.0.1.0 Diarias - Civil				
3.3.90.33.00.00.00.0.1.0 Passagens e Despesas com Locomocao				
3.3.90.39.00.00.00.0.1.0 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica				
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	4.705,00
4.4.90.52.00.00.00.0.1.0 Equipamentos e Material Permanente				
08 ASSESSORIA P/ ASSUNTOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	70.000,00	0,00	70.000,00	13.898,53
08.01 ASSESSORIA P/ ASSUNTOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	70.000,00	0,00	70.000,00	13.898,53
0801.08 Assistência Social				
0801.08.122 Administração Geral	70.000,00	0,00	70.000,00	13.898,53
08.01.08.122.0005 Organização e Modernização Administrativa	70.000,00	0,00	70.000,00	13.898,53
08.01.08.122.0005.2.010 Manut. da Asses. p/ Assuntos de Assistência Social	70.000,00	0,00	70.000,00	13.898,53
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0 Aplicacoes Diretas	45.000,00	0,00	45.000,00	4.916,06
3.1.90.11.00.00.00.0.1.0 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				
3.1.90.13.00.00.00.0.1.0 Obrigacoes Patronais				
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0 Aplicacoes Diretas	20.000,00	0,00	20.000,00	3.982,47
3.3.90.14.00.00.00.0.1.0 Diarias - Civil				
3.3.90.33.00.00.00.0.1.0 Passagens e Despesas com Locomocao				
3.3.90.39.00.00.00.0.1.0 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica				



Betha Sistemas
Exercício de 2007

SANTA CATARINA
ASSOC. DOS MUNICIPIOS DA REGIAO DA GRANDE FPOLIS
Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11



Entidade : ASSOC. DOS MUNICIPIOS DA REGIAO DA GRANDE FPOLIS

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orcamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários		
08 ASSESSORIA P/ ASSUNTOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	70.000,00	0,00	56.101,47	13.898,53
08.01 ASSESSORIA P/ ASSUNTOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	70.000,00	0,00	56.101,47	13.898,53
0801.08 Assistência Social	70.000,00	0,00	56.101,47	13.898,53
0801.08.122 Administração Geral	70.000,00	0,00	56.101,47	13.898,53
08.01.08.122.0005 Organização e Modernização Administrativa	70.000,00	0,00	56.101,47	13.898,53
08.01.08.122.0005.2.010 Manut. de Asses. p/ Assuntos de Assistência Social	70.000,00	0,00	56.101,47	13.898,53
4.4.90.00.00.00.00.0.1.1 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
Total por Entidade:	2.414.219,19	0,00	1.917.164,59	497.054,60
Total Geral:	2.414.219,19	0,00	1.917.164,59	497.054,60

FLORIANOPOLIS, 07/01/2008

FERNANDO MELQUIADES ELIAS
Presidente

MIGUEL AUGUSTO F. FARACO
Secretário Executivo

GILBERTO FERREIRA
Contador CRC/SC-020709/O-9



SANTA CATARINA
ASSOC. DOS MUNICIPIOS DA REGIAO DA GRANDE FPOLIS
 Balanço Orçamentário - Anexo 12 - Administração Direta

Betha Sistemas
 Exercício de 2007

Títulos	Previsão/Fixação R\$	Execução R\$	Diferenças R\$
Receita			
RECEITAS CORRENTES	2.261.000,00	2.374.224,99	113.224,99
RECEITA PATRIMONIAL	75.000,00	225.311,02	150.311,02
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.186.000,00	2.128.333,33	-57.666,67
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	20.580,64	20.580,64
RECEITAS DE CAPITAL	40.000,00	377,00	-39.623,00
ALIENAÇÃO DE BENS	40.000,00	377,00	-39.623,00
Soma:	2.301.000,00	2.374.601,99	73.601,99
Déficit:	113.219,19	0,00	-113.219,19
Total:	2.414.219,19	2.374.601,99	-39.617,20

Despesa

Créditos Oçamentários e Suplementares	2.414.219,19	1.917.164,59	-497.054,60
Créditos Especiais	0,00	0,00	0,00
Créditos Extraordinários	0,00	0,00	0,00
Soma:	2.414.219,19	1.917.164,59	-497.054,60
Superávit:	0,00	457.437,40	457.437,40
Total:	2.414.219,19	2.374.601,99	-39.617,20

FLORIANÓPOLIS - 07/01/2008

FERNANDO MELQUIADES ELIAS
 Presidente

MIGUEL AUGUSTO F. FARACO
 Secretário Executivo

GILBERTO BRASIL
 Contador CRC/SC-020709/O-9



SANTA CATARINA
ASSOC. DOS MUNICIPIOS DA REGIAO DA GRANDE FPOLIS

Balanco Financeiro - Anexo 13 - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2007

Anexo - 13

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	2.374.601,99	Despesa Orçamentária	1.917.164,59
RECEITA PATRIMONIAL	225.311,02	Administração	1.780.006,51
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.128.333,33	Assistência Social	56.101,47
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	20.580,64	Saúde	51.334,19
ALIENAÇÃO DE BENS	377,00	Educação	29.722,42
Receita Extraorçamentária	276.683,05	Despesa Extraorçamentária	798.383,94
APLICACOES A PRAZO FIXO	55.000,00	APLICACOES A PRAZO FIXO	574.387,56
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	221.683,05	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	223.996,38
Saldo Exercício Anterior	156.008,53	Saldo para o Exercício Seguinte	91.745,04
APLICACOES NO MERCADO ABERTO	0,00	APLICACOES NO MERCADO ABERTO	0,00
BANCO C/ MOVIMENTO	87.789,34	BANCO C/ MOVIMENTO	91.745,04
BANCOS C/ VINCULADA	68.219,19	BANCOS C/ VINCULADA	0,00
CAIXA	0,00	CAIXA	0,00
Total	2.807.293,57	Total	2.807.293,57

FLORIANOPOLIS, 07/11/2008

FERNANDO MELQUIADES ELIAS
Presidente

MIGUEL AUGUSTO F. FARACO
Secretário Executivo

GILBERTO BRASIL
Contador CRC/SC-020709/O-9


SANTA CATARINA
ASSOC. DOS MUNICIPIOS DA REGIAO DA GRANDE FPOLIS

Balança Patrimonial - Anexo 14

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2007

Ativo		Passivo	
Títulos	Valor R\$	Títulos	Valor R\$
ATIVO FINANCEIRO	2.921.650,29	PASSIVO FINANCEIRO	5.352,41
DISPONIVEL	91.745,04	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	5.352,41
BANCO C/ MOVIMENTO	91.745,04		
REALIZAVEL	2.829.905,25		
APLICACOES A PRAZO FIXO	2.829.905,25		
ATIVO PERMANENTE	1.011.888,40		
BENS MOVEIS	544.214,90		
MOVEIS	544.214,90		
BENS IMOVEIS	100.000,00		
IMOVEIS	100.000,00		
CREDITOS	213.523,50		
DIVIDA ATIVA	213.523,50		
VALORES	154.150,00		
PARTICIPACOES SOCIETARIAS	154.150,00		
Soma do Ativo Real	3.933.538,69	Soma do Passivo Real	5.352,41
SALDO PATRIMONIAL	0,00	SALDO PATRIMONIAL	3.928.186,28
Passivo Real Descoberto	0,00	Ativo Real Liquido	3.928.186,28
ATIVO COMPENSADO	5.000,00	PASSIVO COMPENSADO	5.000,00
DIVERSOS	5.000,00	CONTRAPARTIDAS	5.000,00
RESPONSAVEIS POR ADIANTAMENTO	5.000,00	CONTRAPARTIDAS SINTETICAS	5.000,00
TOTAL GERAL	3.938.538,69	TOTAL GERAL	3.938.538,69
FLORIANOPOLIS, 07/01/2008			
FERNANDO MELQUIADES ELIAS	MIGUEL AUGUSTO F. FARACO	GILBERTO BRASIL	
Presidente	Secretário Executivo	Contador CRC/SC-020709/O-9	



SANTA CATARINA
ASSOC. DOS MUNICIPIOS DA REGIAO DA GRANDE FPOLIS

Betha Sistemas

Exercício de 2007

Demonstrações das Variações Patrimoniais - Anexo 15

Administração Direta

Variações Ativas		Variações Passivas	
Títulos	Valor R\$	Títulos	Valor R\$
RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	2.374.601,99	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	1.917.164,59
RECEITA PATRIMONIAL	225.311,02	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.259.333,12
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.128.333,33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	654.108,47
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	20.580,64	INVESTIMENTOS	3.723,00
ALIENAÇÃO DE BENS	377,00		
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	0,00		
CAMARA MUNICIPAL C/ SUPRIMENTOS	0,00		
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	3.723,00	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	18.027,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA FUNDADA	0,00	ALIENACAO DE BENS DE NATUREZA INDUSTRIA	0,00
AMORTIZACAO DE ARRENDAMENTO MERCANTI	0,00	ALIENACAO DE BENS E DIVERSOS	0,00
AMORTIZACAO DE DEBITOS CONSOLIDADOS	0,00	ALIENACAO DE BENS IMOVEIS	0,00
AQUISICAO DE BENS DIVERSOS	0,00	ALIENACAO DE BENS MOVEIS	377,00
AQUISICAO DE BENS MOVEIS	3.723,00	ALIENACAO DE TITULOS E VALORES	0,00
AQUISICAO DE TITULOS E VALORES	0,00	EMPRESTIMOS TOMADOS	0,00
CONSTR.E AQUIS.DE BENS DE NATUREZA INDU	0,00	RECEBIMENTO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDO:	0,00
CONSTRUCAO E AQUISICAO DE BENS IMOVEIS	0,00	RECEBIMENTOS DE CREDITOS DIVERSOS	17.650,00
EMPRESTIMOS CONCEDIDOS	0,00		
FORMACAO DE CREDITOS DIVERSOS	0,00		
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	154.000,00	INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	0,00
BAIXA DE PASSIV.PRESCRITAS OU INDEVIDAS	0,00	BAIXA DE ALMOXARIFADO	0,00
BAIXAS DE DÍVIDAS PASSIVAS	0,00	BAIXA DE BENS INCINERADOS	0,00
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR	0,00	BAIXA DE BENS INSERVIVEIS	0,00
CANCELAMENTOS DE DIVIDAS PASSIVAS	0,00	BAIXA DE BENS POR DOACAO	0,00
CONVERSAO MONETARIA	0,00	BAIXA DE BENS POR FURTO OU ROUBO	0,00
INCORPORACAO DE ALMOXARIFADO	0,00	BAIXA DE BENS POR PERMUTA	0,00
INCORPORACAO DE BENS E VALORES	154.000,00	BAIXA DE TITULOS E VALORES	0,00
INSCRICAO DA DIVIDA ATIVA	0,00	CANCELAMENTO DA DIVIDA ATIVA	0,00
INSCRICAO DE OUTROS CREDITOS	0,00	CANCELAMENTO DE CREDITOS	0,00
REAVALIACAO DE BENS	0,00	CONVERSAO MONETARIA	0,00
RECEBIMENTO DE BENS EM DOACAO	0,00	CORRECAO DE DIVIDAS PASSIVAS	0,00
RESULTADO AUMENTATIVO DO EXERCÍCIO	0,00	DEPRECIACAO DE BENS	0,00
TRANSF.DE OBRAS EM ANDAM.P/CUSTO FINAL	0,00	DEVOLUCAO DE BENS	0,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	0,00	ENCAMPACAO DE DIVIDAS PASSIVAS	0,00
		RESULTADO DIMINUTIVO DO EXERCÍCIO	0,00
		TRANSF. DE BENS EM PROCESSO DE COMPRA	0,00
		TRANSF.DE OBRAS EM ANDAMENT.P/CUSTO FI	0,00
		TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	0,00

Total de Variações Ativas 2.532.324,99

Total de Variações Passivas 1.935.191,59

RESULTADO PATRIMONIAL
Superávit Verificado 597.133,40

Total Geral 2.532.324,99

Total Geral 2.532.324,99

FLORIANOPOLIS, 07/01/2008

FERNANDO MELOUIADES ELIAS
Presidente

MIGUEL AUGUSTO F. FARACO
Secretário Executivo

GILBERTO BRASIL
Contador CRC/SC-020709/O-9



SANTA CATARINA
ASSOC. DOS MUNICIPIOS DA REGIAO DA GRANDE FPOLIS

Demonstração da Dívida Flutuante
Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2007

ANEXO 17

Títulos	Saldo do Exercício Anterior	Movimentação no Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixa	
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS				
I.A.P.A.S.	0,00	75.106,91	75.106,91	0,00
IRRF	7.665,74C	136.717,75	139.031,08	5.352,41C
CONTRIBUICAO SINDICAL	0,00	1.393,41	1.393,41	0,00
SEAM	0,00	332,00	332,00	0,00
ISS	0,00	117,00	117,00	0,00
COFINS, PIS/PASEP e CSLL	0,00	8.015,98	8.015,98	0,00
Subtotal :	7.665,74C	221.683,05	223.996,38	5.352,41C
Total :	7.665,74C	221.683,05	223.996,38	5.352,41C

FLORIANOPOLIS, 07/01/2008

FERNANDO MELQUIADES ELIAS
Presidente

MIGUEL AUGUSTO F. FARACO
Secretário Executivo

GILBERTO BRASIL
Contador CRC/SC-020709/O-9